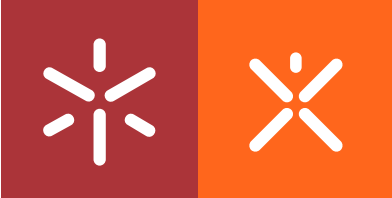


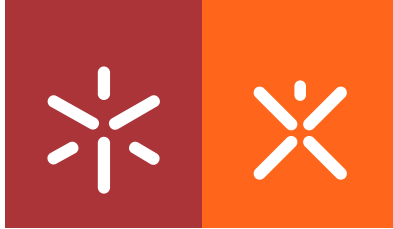


**Relações de Namoro entre Adolescentes
em Casas de Acolhimento de Crianças e
Jovens: Desafios e Oportunidades**

Alice Sevivas Santos

Universidade do Minho
Instituto de Educação





Universidade do Minho
Instituto de Educação

Alice Sevivas Santos

**Relações de Namoro entre Adolescentes
em Casas de Acolhimento de Crianças e
Jovens: Desafios e Oportunidades**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Estudos da Criança

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Zélia Ferreira Caçador Anastácio

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgual
CC BY-NC-SA

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Agradecimentos

Este projeto assinala o fim de um percurso exigente, mas enriquecedor, que só foi possível graças ao apoio de várias pessoas e instituições.

À minha orientadora, Professora Doutora Zélia Anastácio, deixo um agradecimento especial pela dedicação, pelos conselhos valiosos e pelo acompanhamento que foram determinantes para a concretização deste trabalho. À Universidade do Minho e, em particular, ao Centro de Investigação em Estudos da Criança (Instituto de Educação), agradeço o acolhimento e as condições disponibilizadas, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste projeto.

À minha família, quero expressar um profundo agradecimento pelo interesse constante, pela confiança que sempre depositaram em mim e nas minhas capacidades, pela paciência nos momentos em que tive de me ausentar das responsabilidades familiares para me dedicar a este trabalho. O vosso apoio incondicional foi, sem dúvida, um pilar essencial ao longo deste percurso.

Às minhas amigas, o meu sincero obrigado por me fazerem sentir acompanhada em todas as fases deste desafio. Um agradecimento especial à Cláudia, pela sua amizade e energia positiva, que tantas vezes trouxe leveza e motivação aos dias mais difíceis.

Aos jovens que participaram neste estudo, o meu reconhecimento mais profundo. A vossa disponibilidade, entusiasmo e abertura foram a essência que deu vida e sentido a este trabalho.

Um agradecimento muito especial aos jovens de quem tive o privilégio de ser educadora. Estou profundamente grata por tudo o que me ensinaram, pelas experiências que partilhamos e por terem tornado este percurso ainda mais significativo e especial.

Às equipas educativas e a todos os profissionais envolvidos, agradeço profundamente a colaboração generosa. Um especial obrigado ao Dr. Edson, pela sua dedicação, humanidade e disponibilidade, que foram determinantes para o sucesso deste projeto.

Não poderia deixar de agradecer a todas as pessoas que cruzaram o meu caminho durante este percurso. Cada uma, à sua maneira, deixou uma marca importante nesta etapa da minha vida.

Por fim, reconheço o esforço e a resiliência que dediquei a este percurso. Este trabalho não representa apenas uma etapa do meu percurso académico, mas também um compromisso com uma área que me toca profundamente e na qual espero continuar a contribuir no futuro.

A todos os que, de forma direta ou indireta, tornaram este projeto possível, o meu mais sincero e sentido obrigado.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Relações de Namoro entre Adolescentes em Casas de Acolhimento de Crianças e Jovens: Desafios e Oportunidades

Resumo

Esta dissertação teve como objetivo desenvolver estratégias educativas e políticas para a compreensão e regulamentação das relações de namoro entre jovens em Acolhimento Residencial (AR), analisando os desafios e potencialidades dessas interações.

A investigação consistiu num estudo do tipo observacional, analítico e transversal, que seguiu uma metodologia mista de análise de dados, recolhidos através da aplicação de um questionário misto, preenchido de forma on-line utilizando o *Google forms*. A amostra incluiu 109 jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos ou mais, residentes em casas de acolhimento dos distritos de Braga e Viana do Castelo. O questionário integrou uma componente de caracterização sociodemográfica, com variáveis independentes, e escalas reconhecidas e validadas, tais como a Escala de Autoestima de Rosenberg (1965) e a Escala de Inteligência Emocional de Wong e Law (2002), bem como uma questão fechada destinada a avaliar a violência nas relações de namoro, sendo estas variáveis dependentes. Incluíram-se ainda questões abertas sobre as conceções dos jovens acerca do namoro em contexto de acolhimento.

O estudo foi desenvolvido em conformidade com os critérios éticos, tendo sido o projeto aprovado pela Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Minho.

A análise dos dados recolhidos foi feita no programa SPSS, tendo sido realizada análise estatística dos dados de questões fechadas e análise de conteúdo das respostas às questões abertas.

Os resultados indicaram uma autoestima globalmente positiva, mas com algumas fragilidades, sobretudo em sentimentos de incompetência. No domínio da inteligência emocional, verificaram-se competências adequadas, mas dificuldades no controlo emocional em situações de stress. No que respeita à violência no namoro, destacaram-se comportamentos de controlo, ciúmes e pressão para justificar ações. Em relação aos namoros em contexto de AR, os desafios mais apontados foram fatores relacionais, sugerindo-se a "aceitação e normalização" destes. Nos temas a abordar em programas de Educação Sexual, destacaram-se compromissos, noção de sexualidade e respeito pela diversidade.

Conclui-se que é essencial implementar programas de educação sexual adaptados ao AR e capacitar os profissionais para lidar com esta realidade.

Palavras-chave: Acolhimento residencial, Adolescência, Desenvolvimento socio emocional, Educação sexual, Relações de namoro.

Romantic Relationships Among Adolescents in Residential Care for Children and Youth: Challenges and Opportunities

Abstract

This dissertation aimed to develop educational strategies and policies for understanding and regulating romantic relationships among young people in Residential Care (RC), analyzing the challenges and potential of these interactions.

The research was an observational, analytical, and cross-sectional study, following a mixed-method approach. Data were collected through an online mixed questionnaire using Google Forms. The sample consisted of 109 young people, aged between 12 and 18 or older, living in residential care facilities in the districts of Braga and Viana do Castelo. The questionnaire included a sociodemographic characterization, independent variables, and validated scales, such as the Rosenberg Self-Esteem Scale (1965) and the Wong and Law Emotional Intelligence Scale (2002). It also included a closed question on dating violence and open-ended questions about the participants' perceptions of romantic relationships in residential care.

The study complied with ethical guidelines and was approved by the Ethics Committee for Research in Social Sciences and Humanities of the University of Minho.

Data analysis was performed using SPSS, with statistical analysis of closed questions and content analysis of open-ended responses.

The results showed generally positive self-esteem, despite some fragilities, particularly regarding feelings of incompetence. In terms of emotional intelligence, participants displayed adequate competencies but faced difficulties in regulating emotions, especially under stress. Regarding dating violence, behaviors such as control, jealousy, and pressure to justify actions were highlighted. In the context of romantic relationships in RC, the main challenges identified were relational factors, with a suggestion for greater "acceptance and normalization" of these relationships. The most mentioned topics for sexual education programs included commitments, understanding of sexuality, and respect for diversity.

It is concluded that implementing sexual education programs tailored to the realities of RC and training professionals to address this issue is crucial.

Keywords: Adolescence, Residential care, Romantic relationships, Sexual education, Socio-emotional development.

Lista de Abreviaturas

AR – Acolhimento Residencial

CEICSH – Comissão de Ética para a Investigação nas Ciências Sociais e Humanas

CJENAS – Criança e Jovem Estrangeiro Não Acompanhado

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

DGE – Direção-Geral da Educação

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

EIS – Educação Integral em Sexualidade

IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis

LPCJP – Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

MMR – Mixed Methods Research

OMS – Organização Mundial da Saúde

SSR – Saúde Sexual e Reprodutiva

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Índice

Introdução.....	1
Capítulo 1 - Definição do problema em estudo	4
1.1. Escolha do tema e questão de investigação	4
1.2. Objetivos de Investigação	4
1.3. Importância e justificação do estudo	5
1.4. Resultados esperados e previsão de riscos, desconfortos e benefícios para a investigação....	6
Capítulo 2 – Enquadramento teórico.....	7
2.1. O Acolhimento Residencial e o seu impacto nas Crianças e Jovens	7
2.2. A importância da vinculação nas relações interpessoais desde a infância até à idade adulta	10
2.2.1. Adolescência: Desafios e Educação Sexual Integral	14
2.3. Relações íntimas e/ou de namoro e violência no contexto de intimidade	19
2.4. Desafios na Saúde Sexual e Relacional de Jovens em Casas de Acolhimento	23
2.5. Capacitação das crianças e jovens acolhidas e uma abordagem baseada no desenvolvimento de competências.....	26
Capítulo 3 - Metodologia da investigação.....	29
3.1. Tipo de Estudo e Método.....	29
3.2. População e Amostra	30
3.3. Instrumento de Recolha de Dados: questionário, variáveis e escalas validadas.....	31
3.3.1. Estudo piloto e pré-validação do questionário	33
3.3.2. Recolha de dados	34
3.3.3. Tratamento e análise de dados	34
3.4. Considerações éticas.....	35
Capítulo 4- Apresentação dos resultados.....	37
4.1. Caracterização Sociodemográfica e Contextual	37
4.1.1. Idade, ano de escolaridade, sexo e orientação sexual	38
4.1.2. Motivo, tempo, modalidade e tipo de acolhimento	38
4.2. Autoestima e emoções	43
4.2.1. Análise da autoestima e da consistência interna da Escala de Autoestima de Rosenberg (1965)	43
4.2.2. Análise dos Dados da Escala de Inteligência Emocional de Wong e Law (2002).....	45
4.3. Relações de namoro.....	48

4.3.1. Percepções dos jovens em acolhimento residencial sobre o conceito de relação de namoro..	48
4.3.2. Itens para Avaliação da Violência no Namoro.....	50
4.4. Relações de namoro em contexto de Acolhimento Residencial.....	53
4.4.1. Desafios e oportunidades nas relações de namoro em contexto de acolhimento.....	53
4.4.2. Regras de namoro em casas de acolhimento: perspectivas dos jovens e propostas de melhoria e desafios	57
4.4.3. Fontes de apoio para esclarecimento de dúvidas sobre relacionamentos afetivos em casas de acolhimento	61
4.5. Sexualidade dos jovens a residir em casas de acolhimento	63
4.5.1. Temas Relevantes para Sessões de Esclarecimento sobre Sexualidade	63
4.5.2. Motivações, Sentimentos e Dinâmicas nas Relações Íntimas.....	65
4.5.3. Utilização de métodos contraceptivos e outras práticas.....	68
4.6. Reflexões e opiniões finais sobre relacionamentos de namoro em casas de acolhimento	69
Capítulo 5	73
Discussão	73
Capítulo 6	80
Conclusão.....	80
Referências bibliográficas	83
Apêndices	89
Apêndice I.....	89
Questionário (Google Forms)	89
Apêndice II	100
ASSENTIMENTO INFORMADO PARA JOVENS	100
Apêndice III.....	103
CONSENTIMENTO INFORMADO	103
Apêndice IV.....	104
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO	104
Apêndice V.....	106
CONSENTIMENTO INFORMADO PARA QUEM ACOMPANHA O JOVEM NO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO.....	106
Anexo I.....	109

Parecer Favorável da Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH)	
.....	109

Lista de Figuras

Figura 1- Padrões de vinculação	12
Figura 2- Tempo de acolhimento.....	42
Figura 3- Resultados da escala de autoestima de Rosenberg (1965).....	44
Figura 4- Resultados da escala de inteligência emocional de Wong e Law (2002).....	47
Figura 5- Resultados da avaliação da Violência no namoro	52
Figura 6- Frequência de recurso a fontes de informação sobre relacionamentos afetivos.....	62
Figura 7- Nível de concordância com os temas abordados em sessões de esclarecimento	65
Figura 8- Motivações para o início da atividade sexual	67
Figura 9- Sentimentos vivenciados nas suas relações sexuais.....	68

Lista de quadros

Quadro 1 - Variáveis e tipos de questões utilizadas -	32
Quadro 2 - Categorização e sub-categorização à posteriori do motivo de acolhimento	40
Quadro 3- Categorias e subcategorias sobre as experiências de namoro na casa de acolhimento.....	48
Quadro 4- Categorias e subcategorias sobre as experiências de namoro na casa de acolhimento	53
Quadro 5- Categorias - Melhorias das normas sobre o namoro em casas de acolhimento	57
Quadro 6- Perceções dos jovens sobre a abordagem do tema “relações de namoro” com a equipa ...	59
Quadro 7- Categorias e subcategorias – Reflexões e opiniões finais	69

Introdução

A presente dissertação tem como tema central as relações amorosas entre jovens que partilham o mesmo ambiente de Acolhimento Residencial (AR), um tema de particular relevância, tanto no contexto acadêmico como prático. Este trabalho procura contribuir para o aprofundamento do conhecimento científico nesta área e para a construção de políticas e intervenções mais eficazes, que promovam ambientes saudáveis e garantam o bem-estar e o desenvolvimento integral destes jovens.

Neste âmbito, o estudo de Martins (2024), evidencia que a maioria dos cuidadores manifesta necessidade de mais formação em educação sexual. Entre as principais dificuldades enfrentadas, destacam-se o trabalho por turnos, a sobrecarga associada ao desequilíbrio no rácio de cuidadores por criança, a escassez de recursos e a baixa remuneração, fatores que comprometem o bem-estar e o desempenho das equipas educativas. Além disso, a falta de formação especializada e de práticas baseadas em evidências leva a que muitos cuidadores adotem as suas próprias referências educativas, gerando divergências sobre os cuidados a prestar. É neste sentido que é fundamental proporcionar formação específica em temas relevantes, como a educação para a sexualidade saudável e abrangente, para melhorar a qualidade do AR.

Além disso, é fundamental respeitar o direito das crianças e dos jovens a terem uma voz ativa nas decisões que impactam as suas vidas. Estes não devem ser vistos como simples recetores de informação, mas sim como participantes ativos na formação da sua identidade. Neste processo, o papel dos adultos é crucial, não só ao incentivar escolhas conscientes e informadas, mas também ao valorizar e respeitar as perspetivas individuais dos mais jovens.

Compreender as relações de namoro em contexto de acolhimento implica analisar múltiplos fatores, desde os desafios e oportunidades que estas relações apresentam, até ao impacto que têm no desenvolvimento emocional e na construção da própria identidade. Assim, esta investigação procura explorar esta realidade de forma estruturada, estando organizada em seis capítulos que serão brevemente descritos.

O **Capítulo 1**, intitulado "*Definição do problema em estudo*", contextualiza a problemática principal. Este capítulo sublinha a relevância do tema e a necessidade de desenvolver estratégias educativas e políticas que respondam às necessidades destes jovens. Apresenta ainda os objetivos da investigação, destacando a importância de uma abordagem educacional abrangente no que diz respeito à sexualidade neste contexto. Adicionalmente, apresentam-se os benefícios esperados da investigação para os participantes e para as próprias instituições, refletindo sobre os possíveis riscos e desconfortos associados à recolha de dados.

O **Capítulo 2**, "*Enquadramento teórico*", oferece uma revisão abrangente da literatura que sustenta esta pesquisa. Aborda o impacto do AR no desenvolvimento emocional e social dos jovens, a importância das relações interpessoais e os desafios próprios da adolescência. Explora ainda as dinâmicas das relações de namoro e o seu papel no desenvolvimento emocional e social, bem como questões relacionadas com a educação sexual e as práticas institucionais no acolhimento residencial. Por fim, reflete sobre o empoderamento dos jovens enquanto fator-chave para promover relações equilibradas e decisões conscientes.

O **Capítulo 3**, "*Metodologia da investigação*", caracteriza o tipo de estudo, o método, a amostra, os instrumentos utilizados na recolha de dados e os procedimentos éticos que asseguraram a confidencialidade e o respeito pelos participantes.

O **Capítulo 4**, intitulado "*Apresentação dos resultados*", organiza e analisa os principais dados recolhidos durante a investigação. Para além de abordar as dinâmicas das relações de namoro, este capítulo explora aspetos fundamentais como a sexualidade, a autoestima, a inteligência emocional e o apoio percebido pelos jovens no contexto institucional.

O **Capítulo 5**, "*Discussão*", reflete sobre os resultados obtidos, articulando-os com o enquadramento teórico previamente apresentado. Este capítulo promove uma análise crítica das variáveis estudadas.

Por fim, o **Capítulo 6**, "*Conclusão*", sintetiza os principais contributos da investigação. Reforça a necessidade de implementar políticas e práticas que promovam um acompanhamento adequado das relações de namoro em contexto de acolhimento e apresenta recomendações práticas, como a criação de programas de educação sexual adaptados às especificidades destas instituições. São ainda apontadas recomendações para futuras investigações, com o objetivo de fomentar ambientes que promovam o desenvolvimento saudável e inclusivo dos jovens, principalmente, nestes contextos.

**“O amor e a atração sexual, enquanto emoções humanas, são
universalmente intemporais”**

- Lavinias, 2023, p. 24

Capítulo 1 - Definição do problema em estudo

1.1. Escolha do tema e questão de investigação

O tema desta investigação surgiu a partir da observação dos múltiplos desafios que os jovens em casas de acolhimento enfrentam no que diz respeito ao namoro, afeto e sexualidade. Enquanto educadora numa casa de acolhimento, testemunhei grandes dificuldades por parte dos jovens na construção da sua identidade e, consequentemente, na gestão das suas relações afetivas e na compreensão da própria sexualidade e do que ela significa.

Além disso, enquanto equipa, enfrentávamos dificuldades em lidar com as questões relacionadas com o namoro quando ocorre neste contexto, desde a definição de limites até à orientação dos jovens no sentido de construírem relações saudáveis entre si. Esta temática despertou em mim um grande interesse e reforçou a necessidade de aprofundar o meu conhecimento nesta área, levantando a presente questão de investigação, permitindo identificar não só estratégias que capacitem os jovens para tomar decisões conscientes e informadas, mas também estratégias que apoiem os profissionais na gestão destas situações de forma educativa e inclusiva.

Assim, a principal questão de investigação foi a seguinte:

- De que forma as relações de namoro entre jovens que vivem no mesmo contexto de acolhimento residencial são aceites, compreendidas e orientadas numa perspetiva de sexualidade saudável?

1.2. Objetivos de Investigação

O objetivo geral desta investigação é desenvolver estratégias educativas e políticas de compreensão, aceitação e regulamentação das relações de namoro entre jovens que vivem no mesmo contexto de Acolhimento Residencial (AR). Para atingir o objetivo geral, identifiquei alguns objetivos específicos:

1. Identificar características das relações de namoro dos jovens a viver em contexto de acolhimento residencial;
2. Identificar potencialidades e constrangimentos do namoro entre jovens a viverem no mesmo centro de acolhimento residencial;
3. Analisar criticamente, possibilidades de ressignificação do namoro no contexto de acolhimento residencial;
4. Promover ações de educação para a sexualidade abrangente e saudável em contexto de acolhimento residencial.

1.3. Importância e justificação do estudo

Os jovens em acolhimento enfrentam desafios únicos, que advêm das suas histórias de vida marcadas por vulnerabilidade, trauma e instabilidade. A forma como as relações de namoro são vividas e percecionadas nestes contextos pode oferecer contributos valiosos para a criação de práticas e políticas mais ajustadas às suas realidades. No entanto, em Portugal, verifica-se uma lacuna significativa de orientações específicas para abordar estas questões em casas de acolhimento, sendo a sexualidade frequentemente negligenciada ou desvalorizada, apesar de ser uma preocupação real para os jovens.

A aceitação das relações de namoro em contexto de acolhimento varia consoante a instituição e as perspetivas dos profissionais que lá trabalham. Muitos demonstram receios quanto ao impacto destas relações no ambiente institucional, temendo potenciais conflitos ou desestabilizações. Por outro lado, há instituições que encaram estas relações como uma oportunidade educativa, normalizando-as dentro de determinados limites e utilizando-as como ponto de partida para promover competências sociais e emocionais nos jovens.

Segundo Anastácio (2019), o desafio de oferecer uma educação sexual adequada neste contexto é ainda maior, pois difere substancialmente da realizada em ambiente escolar, dado que as casas de acolhimento carecem de orientações formais específicas. Para responder a estas necessidades, é fundamental que os profissionais estejam preparados para abordar questões relacionadas com a sexualidade e as relações interpessoais de forma educativa e inclusiva. Tal inclui temas como o respeito, os direitos sexuais e reprodutivos, a identidade de género e a prevenção de comportamentos de risco, tal como previsto no Referencial de Educação para a Saúde (Carvalho, et al., 2017).

Esta investigação propõe explorar as dinâmicas das relações de namoro quando ocorrem em contexto de acolhimento e apresentar recomendações para melhorar as práticas institucionais nesta área, encarando o namoro como parte integrante do desenvolvimento de todos os jovens. Tal como afirma Martins (2024):

O desenvolvimento da sexualidade acontece durante todo o ciclo vital do indivíduo e ocorre de forma diferente de pessoa para pessoa, estando dependente de uma multiplicidade de fatores como características genéticas, interações ambientais e, condições socioculturais. O desenvolvimento ocorre durante os diferentes estágios fisiológicos: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade (p. 2)

1.4. Resultados esperados e previsão de riscos, desconfortos e benefícios para a investigação

Os potenciais benefícios para os participantes incluem a possibilidade de contribuirmos para o desenvolvimento de estratégias e políticas que promovam a compreensão, a aceitação e a regulamentação das relações amorosas, como um direito a ser garantido a todos os jovens a viver em acolhimento residencial.

A participação dos jovens na investigação permitiu considerar as suas opiniões e experiências, contribuindo para identificar fatores que podem influenciar futuras políticas e intervenções. Além disso, ao recolher dados de todos os jovens, tornou-se possível obter uma visão abrangente, incluindo as perspetivas daqueles que optam por não estabelecer relações de namoro ou que relatam desconforto perante tais acontecimentos.

Não se previam riscos ou desconfortos significativos associados à participação na investigação. Contudo, caso algum jovem se sentisse desconfortável durante a recolha de dados, poderia interromper a sua participação imediatamente e seria encaminhado para apoio especializado. No entanto, isto nunca se revelou necessário.

Para minimizar qualquer eventualidade, seriam disponibilizadas informações claras e detalhadas sobre o projeto, assegurando a confidencialidade, o anonimato e a voluntariedade da participação antes do início da recolha de dados. Adicionalmente, foram seguidos todos os protocolos éticos em investigação, com aprovação prévia da Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH), garantindo assim a proteção e o respeito pelos participantes em todas as fases do estudo.

Capítulo 2 – Enquadramento teórico

2.1. O Acolhimento Residencial e o seu impacto nas Crianças e Jovens

A intervenção destinada a proteger crianças e jovens em situação de perigo em Portugal, conforme delineado nos artigos 1.º e 2.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) (Lei n.º 147/99) (Portugal, 1999), visa promover os direitos e salvaguardar o bem-estar e desenvolvimento integral destes indivíduos. Esta legislação estabelece o regime jurídico da intervenção social do Estado e da Comunidade na Promoção e Proteção dos direitos individuais, sociais, económicos e culturais da criança e do jovem (Ramião, 2017, citado por Rodrigues, 2019). Na base dos princípios orientadores desta intervenção está a priorização do Interesse Superior da Criança, como previsto na Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989; UNICEF, 2019), alinhado com os seus direitos fundamentais. Sublinha-se, igualmente, a importância das relações psicológicas profundas que moldam o seu desenvolvimento, favorecendo, sempre que possível, medidas no seu ambiente natural de vida e a possibilidade de (re)integração familiar (Rodrigues, 2019).

Pedro Vaz Santos, no seu livro, salienta:

O princípio orientador da aplicação da LPCJP defende a prevalência da família, princípio que se encontra acolhido na alínea h) do Artigo 4.º, determinando uma subsidiariedade das medidas em meio natural de vida em detrimento das medidas de colocação. Neste sentido, não basta a verificação de uma situação de perigo para ocorrer a retirada da criança ou do adolescente do seu meio natural de vida. É necessário verificar-se que a intervenção em meio natural de vida com vista à remoção da situação de perigo não se mostra adequada ou se revela ineficaz. Só constatada a frustração deste objetivo é que se coloca a hipótese das medidas de colocação.

(Vaz Santos, 2023, p. 4)

A implementação das medidas de Promoção e Proteção pode ser realizada por Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ), pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) ou pelos Tribunais.

Entre as várias medidas de Promoção e Proteção estipuladas no artigo 35.º da LPCJP, destacam-se as medidas de colocação, que incluem o Acolhimento Familiar (AF) que consiste:

Na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, proporcionando a sua integração em meio familiar e a prestação de

cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral. (art. 46.º n.º 1 da LPCJP)

O Acolhimento Residencial (AR) é uma medida de carácter temporário, considerada uma opção de último recurso, aplicada quando não existem condições efetivas na família biológica, nuclear ou alargada para garantir a segurança da criança ou jovem, e visa a sua integração numa “entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados” (art. 49.º n.º 1 da LPCJP).

De acordo com o Relatório CASA de 2023 (Departamento de Desenvolvimento Social / Unidade de Infância e Juventude, 2024), a 1 de novembro, encontravam-se em situação de acolhimento 6.446 crianças e jovens, estando a maioria (83,9%) em casas de acolhimento, 1,4% em casas de acolhimento especializado, 0,6% em casas especializadas para Criança e Jovem Estrangeiro Não Acompanhado (CJENA), 3,1% em apartamentos de autonomização, 4,1% em acolhimento familiar e 6,9% noutras respostas de acolhimento, como colégios de ensino especial ou comunidades terapêuticas. Registou-se um aumento significativo de crianças e jovens em apartamentos de autonomização (22%) e em famílias de acolhimento (16%) face a 2022. Numa análise comparativa com o ano de 2022, constata-se em 2023 um crescimento significativo das medidas de promoção e proteção em meio natural de vida, com um aumento global de 18,8%. Este crescimento deve-se, sobretudo, às medidas de apoio junto dos pais (16,2%) e de apoio junto de outro familiar (2,6%).

Em termos gerais, de 2022 para 2023, registou-se uma diminuição na proporção das medidas de colocação em relação ao total. Enquanto em 2022 estas medidas representavam 13,8% do total e as restantes 86,2% correspondiam ao meio natural de vida, em 2023 as medidas de colocação diminuíram para 12%, aumentando assim para 88% as aplicadas no meio natural de vida. Mantém-se a tendência dos anos anteriores, com a maioria das crianças e jovens em acolhimento a ser composta por jovens com mais de 15 anos, representando 51% do total. Por outro lado, embora ainda constituam apenas 25% do total, as crianças até aos 9 anos registaram um aumento de cerca de 7% no sistema de acolhimento.

Continuando a tendência dos anos anteriores, os problemas de comportamento são a característica mais comum entre as crianças e jovens acolhidos, representando quase 25% dos casos. Seguem-se a deficiência mental (9,2%) e a doença mental (6%). Destaca-se ainda um aumento de 25% no diagnóstico de problemas de saúde mental em comparação com o período anterior. A maior parte dos acolhimentos resulta de negligência, que representa 75% dos casos, seguida de maus-tratos

psicológicos (16,5%), como violência doméstica e abuso de autoridade (Departamento de Desenvolvimento Social / Unidade de Infância e Juventude, 2024).

Perante estes dados, é fundamental compreender os desafios que estas crianças e jovens enfrentam, especialmente no que se refere ao impacto da institucionalização, que pode agravar as consequências das situações de negligência e de outros tipos de maus-tratos no seu desenvolvimento emocional e psicossocial. As consequências do acolhimento residencial são amplamente discutidas na literatura, com diversas perspetivas sobre como este processo pode, muitas vezes, contribuir para a perpetuação de traumas, em vez de ajudar a superá-los.

As consequências do AR em crianças e jovens são amplamente debatidas na literatura e existem divergências no que concerne a esta temática. Há quem defenda que “a institucionalização pode constituir-se, muitas vezes, a melhor saída para algumas crianças e jovens que vivem em situação familiar caótica e adversa” (Santos, 2014, p. 17). Na sua perspetiva, Dell Vale e Zurita (1996, citado por Silva, 2021) enumeram várias vantagens do AR em comparação com outras medidas. Destacam a capacidade de fornecer diversos serviços para tratar problemas específicos; a facilidade de contacto com a família biológica, quando permitido pelo tribunal, ao contrário do que ocorre nas famílias de acolhimento; as casas de acolhimento, estruturadas com regras e limites, são cruciais para as crianças e jovens que vêm de contextos sem rotina e ambiente desorganizado; e a experiência de viver em grupo pode ser benéfica para os adolescentes ao facilitar a construção de relações com diferentes adultos e pares.

Por outro lado, Carvalho (2002, citado por Santos, 2010), ressalta questões negativas associadas ao AR, enfatizando o atendimento impessoal e padronizado, com tendência para uma menor expressão da individualidade e singularidade de cada sujeito (Bento, 2010, citado por Carvalho et al., 2016, p. 341), a elevada proporção de crianças por cuidador, a falta de atividades planeadas e a fragilidade das redes de apoio social e afetivo, contribuindo para experiências desestruturadas, aumentando a probabilidade de desenvolverem trajetórias de vida marcadas por desvio, marginalização e exclusão social, quando comparados com indivíduos que não passaram pelo AR. Na mesma linha de pensamento, Alberto (2002, cit. por Santos, 2010) afirma que:

(...) pelas características inerentes a qualquer institucionalização, as consequências desta são negativas em diversos domínios e comporta riscos objetivos e reais no desenvolvimento das crianças e jovens acolhidas: a vivência subjetiva de afastamento e abandono das crianças relativamente à família, a desvalorização da autoestima, a regulamentação excessiva da vida

quotidiana, que pode ser invasora da própria individualidade, a influência que a vida em grupo pode exercer na organização da intimidade, o impacto que a organização institucional e a permanência prolongada pode exercer ao nível da construção da autonomia pessoal e do projeto de vida, o bloqueio na construção de vínculos e expressão de afetos. (p. 30)

Para podermos compreender o impacto que a institucionalização pode ter na vida destas crianças e jovens, é imprescindível considerarmos também as suas experiências e vivências passadas. Muitas vezes, estas crianças e jovens trazem consigo históricos familiares marcados pelo abandono, rejeição, negligência e vitimização (Santos et al., 2010). A exposição a eventos traumáticos pode contribuir para o desenvolvimento de comportamentos antissociais, tornando-os suscetíveis ao desenvolvimento de vinculações afetivas inseguras, competências socioemocionais precárias e sintomas como ansiedade, depressão e isolamento (Stroufe, 2005), assim como para o desenvolvimento de distúrbios emocionais e comportamentais (Hukkanen et al., 1999). Além disso, a carência afetiva e dificuldades em estabelecer limites (Vectore & Carvalho, 2008) são características comuns entre estes jovens, o que promove o desenvolvimento de emoções como raiva, tristeza e angústia, podendo ter repercussões negativas nas interações que estabelecem com os outros (Carvalho et al., 2016).

2.2. A importância da vinculação nas relações interpessoais desde a infância até à idade adulta

Segundo Vaz (2023), os bebés nascem com uma predisposição inata para estabelecer relações sociais e vínculos afetivos. Quando recebem cuidados de forma sensível e responsiva, preferencialmente de um dos cuidadores, é possível observar, a partir dos 18 meses, o desenvolvimento de um padrão organizado de vinculação. O autor refere que este processo envolve a criação de um esquema mental que se traduz em comportamentos organizados, os quais, por sua vez, geram uma resposta regular em situações de stress.

Esta conceção é sustentada pela teoria da vinculação de John Bowlby (1969) e consequentes linhas de investigação (Ainsworth et al., 1978), que defendem que “os seres humanos estão biologicamente predispostos a procurarem cuidado em determinadas situações, particularmente em situações de ameaça, insegurança, perturbação ou necessidade” (Sousa, 2013, p.47). Sendo assim, a formação do vínculo e do apego, nos primeiros anos de vida, constituem experiências determinantes (Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007), onde se prima a regulação emocional.

De acordo com essa perspetiva, quando uma criança tem pais afetivos e cresce num ambiente caracterizado por amor e afeto, tende a desenvolver sensações de bem-estar, segurança e autoconfiança. No entanto, quando uma criança é afastada do ambiente familiar ou cresce em situações adversas, é

provável que desenvolva sentimentos de insegurança e ansiedade. Estas experiências podem ter um impacto negativo no seu desenvolvimento, prejudicando as suas relações interpessoais, tanto no presente como ao longo da sua vida futura (Caieiro & Vieira, 2013; Alexandre & Vieira, 2004).

A privação de cuidados parentais na infância prejudica o desenvolvimento saudável do indivíduo, o que se irá refletir nas ligações afetivas que este estabelece ao longo da sua vida. Isto demonstra que os vínculos emocionais não se limitam apenas à infância, existe uma continuidade destes desde a infância até à idade adulta, o que significa que, à semelhança da relação entre cuidador e bebé, os adultos também depositam confiança nos seus parceiros íntimos para satisfazerem as suas necessidades emocionais. Tal como é possível concluir no estudo de Gibing e Whiting (2022, citado por Lavinas, 2023):

Da mesma forma que as crianças desenvolvem representações mentais sobre os seus cuidadores e vínculos afetivos a partir das experiências relacionais, o mesmo também acontece com e entre os parceiros íntimos. Ou seja, à semelhança da relação cuidador-bebé, os adultos também confiam nos seus parceiros íntimos para se sentirem seguros e satisfeitos com as suas necessidades emocionais. (p. 13)

Assim, estilos de vinculação desenvolvidos na infância refletem-se nas relações amorosas estabelecidas na adolescência e idade adulta, sendo possível concluir que indivíduos que “apresentam uma vinculação segura tendem a experimentar relações íntimas de maior qualidade, níveis de satisfação superiores e empregar estratégias mais eficazes na gestão de conflitos e comunicação” (Lavinas, 2023, p. 13). Na mesma linha de pensamento, Rygaard (citado por Lemos, 2017) alerta que:

(...) crianças traumatizadas, abandonadas ou que não podem contar com cuidados afetivos e protetivos poderão desenvolver o transtorno de apego reativo devido às múltiplas situações de negligência a que são expostas repetidamente. Assim, quando se pensa na criança em situação de acolhimento, há de se supor que em algum momento houve uma quebra no vínculo, em especial com a mãe, quem é o primeiro objeto de amor do infante. (p. 2)

No esquema apresentado a seguir na figura 1 (Amaral Almeida, 2023), podemos observar os quatro padrões principais de vinculação e a sua correlação com a forma como os indivíduos se relacionam com os outros e consigo próprios. O esquema ilustra como cada padrão de vinculação pode

influenciar a maneira como os indivíduos se relacionam com os outros e consigo mesmos, destacando a importância de uma vinculação segura.

Figura 1

Padrões de vinculação



Fonte: Amaral Almeida (2023)

É essencial proporcionar à criança, desde cedo, uma base segura que lhe permita explorar o mundo à sua volta, promovendo um equilíbrio saudável entre a sua autonomia e as relações interpessoais (Silva, 2017).

Tal como refere Santos (2014):

(...) dependendo do padrão de vinculação desenvolvido a criança vai construindo ativamente, no contexto das interações, representações inconscientes, generalizadas e tendencialmente estáveis sobre o self, os outros e o mundo. Denominadas de modelos internos dinâmicos, servem como guias na interpretação dos acontecimentos, condicionando expectativas e futuras interações. (p.12)

Crianças e jovens acolhidos, são considerados um grupo populacional mais vulnerável e com menor influência social. Na maioria das vezes são expostos a múltiplos fatores de risco e não possuem uma figura de referência estável e acessível, aumentando a probabilidade de desenvolverem comportamentos de risco em várias áreas das suas vidas (Garcia et al., 2021), incluindo a saúde sexual.

Como ressalta Alves (2010) “a evolução dos comportamentos sexuais dos adolescentes encontra-se diretamente relacionada com a forma como a criança vivenciou a infância, assim como com a forma como os pais lidaram com as questões relacionadas com estes aspetos.” (p. 19)

No entanto, Vaz (2023) sublinha que a teoria da vinculação, anteriormente mencionada, não deve ser vista como uma solução determinista para todos os desafios na regulação e progressão educativa de crianças e jovens em casas de acolhimento. De acordo com o autor, tal teoria tem limitações e não consegue abranger toda a complexidade do processo educativo neste contexto específico.

Como complemento a essa teoria, surge a teoria da pedagogia natural, de Gergely Csibra e Gyorgy Gergely (2009) que defende que “(...) as crianças são dotadas de um conjunto de mecanismos cognitivos naturais que as torna recetivas ao conhecimento transmitido socialmente. Os humanos aprendem não só experimentando, mas também através de conhecimento veiculado por outros humanos.” (p. 70).

Em suma:

De forma simplista, a teoria da vinculação concentra-se na importância da qualidade relacional nos processos de regulação da ansiedade e da resposta ao perigo, enquanto a teoria da pedagogia natural se debruça na qualidade da relação, que determina os processos de partilha de informação e aprendizagem (Vaz, 2023, p.71).

No caso de crianças e jovens que crescem em contexto de acolhimento residencial, em regra, estes tendem a perder um núcleo cultural coeso que lhes permita inferir o que é ou não relevante ser aprendido. Neste sentido, o contexto de acolhimento é, em si próprio, um contexto não ótimo para o desenvolvimento de um bom sistema de vigilância e confiança epistémica. (Vaz, 2023, p. 76)

Assim, ao refletir sobre as implicações dessas teorias para crianças e jovens em acolhimento, é fundamental adotar abordagens que promovam segurança emocional e estimulem aprendizagens significativas por meio de relações de confiança e apoio mútuo. A título meramente exemplificativo, Vaz

(2023) defende que a construção de uma relação sólida entre o educador de referência e a criança ou jovem constitui uma boa prática, pois cria condições para o desenvolvimento de vínculos preferenciais no contexto educativo, promovendo a confiança epistêmica.

2.2.1. Adolescência: Desafios e Educação Sexual Integral

A OMS (Organização Mundial da Saúde) define adolescência como o período dos 10 aos 19 anos, sendo uma

fase de transição entre a infância e a idade adulta e trata-se de um período crucial para o desenvolvimento neurobiológico, psicológico e social marcado por um notável crescimento neurobiológico, psicológico e social, e pela transição da infância para a idade adulta. (Lavinias, 2023, p. 7)

Durante essa fase, os jovens enfrentam transformações biológicas e psicológicas profundas, exigindo habilidades de adaptação às exigências sociais (Anastácio, 2010).

Jaume Funes, no seu livro *Ama-me quando menos mereço, porque é quando mais preciso* (2019), destaca a complexidade da adolescência e da interação destes indivíduos com o meio social. A adolescência, não se restringe apenas ao início ou término de uma fase de vida, mas envolve a interação com variáveis tais como gênero, etnia, classe social, local de residência, geração e contexto histórico-cultural. Para além disso, as particularidades dos múltiplos modos de vivenciar a adolescência são únicas para cada jovem (Ribeiro, 2020). Funes (2019) argumenta que a adolescência não deve ser vista como uma fase que passe depressa, sem demasiadas experiências negativas, mas como um período crucial para o desenvolvimento de relações sociais diversificadas e para a construção da identidade pessoal.

A puberdade, marco biológico da adolescência, é caracterizada por mudanças físicas significativas e pelo despertar da identidade sexual, emocional e definição da identidade (Canudo, 2021; Ramiro, 2013).

Tavares e colegas (2007) referem que a socialização sexual envolve o desenvolvimento de três componentes: preferência de objeto sexual, desenvolvimento da identidade de gênero e desenvolvimento de papéis sexuais. Segundo os mesmos autores, a socialização sexual é parte integrante da identidade e interage com todos os aspetos do Eu, sendo descrita como: “(...) um processo que permite ao indivíduo tornar-se um ser sexuado, assumir uma identidade de gênero, assimilar os papéis sexuais e adquirir o

conhecimento, as competências e atitudes que permitam ao próprio inserir-se sexualmente numa cultura” (Tavares et al., 2007, p. 77).

Biologicamente, esta socialização sexual, destaca-se na adolescência com o início da puberdade, aumento das hormonas sexuais, maturação dos órgãos reprodutores e o aumento do desejo sexual. Psicologicamente, há uma preparação para assumir papéis adultos, incluindo relações sexuais, procriação e desenvolvimento de habilidades interpessoais para gerir relações afetivas. É também nesta fase que os indivíduos desenvolvem competências, conhecimentos e valores sexuais, sendo que a sociedade (escola, família e instituições) desempenha um papel fundamental na transmissão desse conhecimento, de forma a capacitar os adolescentes para que adotem uma atitude proativa em relação à sua saúde (Alves, 2010).

Na mesma linha de pensamento, Silva (2007, citado por Yano, 2009, p. 9) destaca que “o desenvolvimento sexual precisa ser acompanhado. As dúvidas da criança devem ser sanadas para possibilitar reflexão”.

A sexualidade é, na atualidade, reconhecida como um direito humano fundamental e deve ser vivida e expressa de forma livre, não devendo sofrer imposições, discriminações ou violência (Silva, 2015). Assim, “privar a criança de explorar a sua sexualidade e de ter acesso à informação é negar-lhe um direito essencial ao seu desenvolvimento saudável, que em última análise pode contribuir para o desencadear de incidentes violentos no futuro” (Yano, 2009, p. 10).

Neste contexto, é necessário distinguir dois conceitos: sexualidade e saúde sexual. No que diz respeito à sexualidade e de acordo com a “Matriz conceitual para a sexualidade no contexto da Educação Integral em Sexualidade (EIS), a UNESCO (2019) define-a como:

uma dimensão central do ser humano que inclui: compreensão e relacionamento com o corpo humano, vínculo emocional, amor, sexo, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, intimidade sexual, prazer e reprodução. A sexualidade é complexa e inclui dimensões biológicas, sociais, psicológicas, espirituais, religiosas, políticas, legais, históricas, éticas e culturais que evoluem ao longo da vida. (p. 17)

Por sua vez, a saúde sexual é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2015) como: (...) o estado de bem-estar físico, emocional, mental e social relacionado à sexualidade; não se refere à mera ausência de doenças, disfunções ou enfermidades. A saúde sexual exige uma abordagem positiva e respeitosa no que tange a sexualidade e relacionamentos sexuais, assim

como a possibilidade de ter experiências sexuais seguras e prazerosas, sem coerção, discriminação e violência. Para que a saúde sexual seja atingida e mantida, os direitos sexuais de todas as pessoas precisam ser respeitados, protegidos e cumpridos. (p. 15)

De acordo com Tavares e colegas (2007):

(...) nem sempre a informação que os adolescentes recebem, e o modo como é reforçada, é clara e adequada, tendo como principal fonte de conhecimento o grupo de pares. Esta situação parece estar relacionada com o facto de os colegas serem menos ameaçadores do que os adultos no processo de transmissão de informação (p.78).

Além dos pares, os adolescentes também recorrem aos media para explorar esta vertente, o que pode representar um risco, uma vez que as informações disponíveis são, frequentemente, manipuladas e estereotipadas, o que pode confundir os jovens e contribuir para a banalização da sexualidade.

De acordo com a UNESCO, a internet e as redes sociais são formas mais rápidas e práticas para os jovens obterem informações sobre sexualidade. No entanto, nem sempre os conteúdos são adequados ou confiáveis e é difícil distinguir o que é correto, uma vez que a informação pode ser enviesada e distorcida. Além disso, estas plataformas não oferecem espaço para debate, reflexão ou desenvolvimento de competências.

No mesmo sentido, o estudo realizado por Martins et al. (2024) revelou que a educação sexual para crianças e adolescentes continua a ser tabu. O papel de orientação, que deveria ser desempenhado em conjunto pela família, comunidade e escola, enfrenta limitações, sendo frequentemente abordado de forma superficial.

Embora ainda existam vários desafios e resistências na implementação de programas de educação sexual, especialmente no contexto escolar e de acolhimento residencial é extremamente necessário consciencializar os adolescentes para estas questões. No que se refere ao contexto escolar, a literatura ainda salienta a persistência do tabu e a ideia errónea de que a educação sexual consiste no ensino de práticas sexuais, podendo levar à atividade sexual precoce (Anastácio, 2018). Contudo, essa percepção, não corresponde à realidade, tal como destacado pela UNESCO (2019), quando afirma que com base nas investigações realizadas que indicam que a educação para a sexualidade não influencia diretamente a idade em que os jovens iniciam a vida sexual, mas contribui para adiar esse momento e para promover comportamentos sexuais mais responsáveis.

Para além destas perceções erradas, mais obstáculos à abordagem da sexualidade na escola são enumerados, nomeadamente a falta de recursos humanos e materiais e a impreparação dos profissionais, tanto na abordagem de conteúdos relacionados, como na adequação dos mesmos à faixa etária dos alunos (Anastácio, 2007).

A Educação Integral para a Sexualidade (EIS) surge como uma resposta essencial para proporcionar aos adolescentes conhecimentos, habilidades e atitudes que lhes permitam tomar decisões informadas e seguras em relação à sua Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR) (UNESCO, 2019). O seu principal objetivo é:

(...) transmitir conhecimentos, habilidades, atitudes e valores a crianças, adolescentes e jovens de forma a fornecer-lhes autonomia para: garantir a própria saúde, bem-estar e dignidade; desenvolver relacionamentos sociais e sexuais de respeito; considerar como suas escolhas afetam o bem-estar próprio e o de outras pessoas; entender e garantir a proteção de seus direitos ao longo de toda a vida. (p.16)

Os currículos baseados em EIS representam uma excelente oportunidade para a Educação Sexual e Relacional de crianças e jovens, em vários contextos, nomeadamente, em contexto de AR, possuindo características fundamentais. Em primeiro lugar, são sustentados por factos e evidências científicas sobre SSR e comportamentos sexuais. Trata-se de um processo contínuo, que deve iniciar-se desde cedo, com a introdução gradual de novas informações, seguindo uma abordagem de currículo em espiral. Desta forma, são ajustados à idade e ao nível de desenvolvimento dos indivíduos, adaptando-se às suas necessidades específicas (UNESCO, 2019).

A EIS organiza-se num currículo estruturado com objetivos de ensino e aprendizagem, conceitos e mensagens essenciais e adequados à idade da criança e adolescente. É abrangente, proporcionando informações completas e apropriadas sobre sexualidade, saúde sexual e reprodutiva, incluindo temas como anatomia, fisiologia, puberdade, contraceção, gravidez, parto, IST, HIV e SIDA, bem como género, prevenção da violência e do estigma, comportamentos sexuais, orientação e identidade sexual, entre outros.

Fundamentada nos direitos humanos, a EIS promove a compreensão dos direitos universais, incluindo o direito à saúde, educação, igualdade e não discriminação, permitindo aos indivíduos reconhecer e respeitar os seus direitos e os dos outros. A igualdade de género é um tema central, analisando o impacto das normas de género na perpetuação das desigualdades e incentivando a

construção de relações baseadas no respeito e na equidade. Culturalmente relevante, adapta-se ao contexto social e cultural, incentivando uma análise crítica das normas vigentes.

Além disso, a EIS visa o empoderamento dos indivíduos, promovendo o raciocínio crítico e fortalecendo a cidadania. Foca-se no desenvolvimento de competências essenciais que promovem escolhas saudáveis e relações interpessoais baseadas no respeito e na empatia (UNESCO, 2019).

Mais do que prevenir a gravidez indesejada ou a transmissão de infecções sexualmente transmissíveis, a EIS desempenha um papel crucial na promoção da saúde emocional e relacional. É fundamental desenvolver competências socioemocionais, nomeadamente “(...) trabalhar a autoestima, a assertividade e a resiliência para munir estas crianças e adolescentes de ferramentas protetoras e promotoras de relacionamentos positivos” (Anastácio, 2019, p. 124). A empatia, entre outras competências, deve ser igualmente cultivada, contribuindo para o crescimento saudável e a adaptação dos jovens, reduzindo a sua vulnerabilidade perante desafios. O desenvolvimento destas competências, contribui para o desenvolvimento positivo e a adaptação destes jovens, reduzindo a sua vulnerabilidade perante situações adversas. É fundamental quebrar os mitos associados à sexualidade e mostrar que esta pode ser vivida de forma positiva, com carinho e afeto.

Neste contexto, a Organização Mundial de Saúde (2015) destaca que a informação sobre sexualidade e saúde sexual, quando transmitida através da Educação Sexual Integral (ESI), pode contribuir para uma melhoria significativa dos resultados em termos de saúde sexual. Segundo Haberland e Rogow (2014), os programas de educação sexual abrangente que abordam questões de género, direitos e capacitação são mais eficazes na redução de infecções sexualmente transmissíveis, gravidezes indesejadas, violência física entre homens, sexo intergeracional e violência em relações íntimas.

A SSR de crianças e jovens, “engloba dimensões de bem-estar físico, emocional, mental e social em relação à sexualidade; não se trata meramente da ausência de doença, disfunção ou enfermidade” (WHO, 2006, citado por UNESCO, 2019, p. 22). A adolescência, sendo uma fase de grandes transformações, representa um momento crucial para consolidar estilos de vida saudáveis. Neste contexto, torna-se essencial desenvolver estratégias e políticas adaptadas ao acolhimento residencial, que abordem temas como puberdade, gravidez precoce e violência de género.

Considerando os desafios enfrentados por jovens em acolhimento, é importante reconhecer que a ESI desempenha um papel crucial neste contexto, apresentando-se como um desafio mais complexo em comparação com os jovens que crescem em famílias tradicionais. Estas dificuldades frequentemente resultam em lacunas significativas no conhecimento sobre saúde sexual e sexualidade saudável, levando

a decisões mal informadas, baseadas em experiências pessoais e crenças, em vez de em informações corretas e fundamentadas.

Harmon-Darrow et al. (2020) enfatizam a importância de estabelecer um modelo de comunicação eficaz entre cuidadores e jovens acolhidos. Destacam a necessidade de promover discussões e debates, sobre os valores atribuídos ao sexo e à sexualidade, como meio de promover a partilha de informações e a educação sexual desses jovens, de forma a dotá-los de conhecimentos e estratégias que os auxiliem na modelagem dos seus comportamentos. Este processo deve iniciar-se, e tal como defendido por Anastácio (2019), com formação específica em educação sexual dirigida aos profissionais das instituições, focada numa intervenção a nível individual de acordo com as características e necessidades de cada jovem. É preciso normalizar, ouvir e considerar as perspetivas dos jovens em relação a este assunto, permitindo o desenvolvimento de políticas e práticas mais sensíveis e eficazes, não só a curto, mas também a longo prazo.

De acordo com a Anastácio (2019), a educação para a sexualidade nas casas de acolhimento deve seguir uma “perspetiva desenvolvimentista, além de atuar também de modo preventivo” (p. 123). No âmbito preventivo, por exemplo, a primeira medida adotada junto da população feminina é, frequentemente, a consulta de planeamento familiar para administração de métodos contraceptivos (como a pílula, o implante ou o DIU). Contudo, como refere Anastácio (2019):

A prevenção tem de incidir também na prevenção das infeções sexualmente transmissíveis, bem como no desenvolvimento de capacidades de previsão de risco e de consequências das decisões tomadas. E este é um processo mais educativo do que médico, exigindo um trabalho com continuidade, assegurando um ambiente de confiança e de interação positiva entre acolhidos e cuidadores. (p. 123)

2.3. Relações íntimas e/ou de namoro e violência no contexto de intimidade

As relações amorosas desempenham um papel fundamental na vida de muitos adolescentes, oferecendo-lhes oportunidades valiosas para aprender novas formas de comunicação e interação com os outros. Estas experiências ajudam a estabelecer padrões comportamentais que podem ser moldados por diversos fatores (Forenza et al., 2018, citado por Rodrigues, 2020). A forma como os adolescentes vivenciam, expressam e percebem o amor é influenciada por um conjunto de fatores contextuais, como o ambiente familiar, os meios de comunicação, os grupos sociais e o conteúdo audiovisual a que estão expostos (Chaves, 2010, citado por Lavinias, 2023).

A definição de amor tem evoluído ao longo do tempo, refletindo as mudanças demográficas e os interesses individuais de cada época. Nos últimos dois séculos, os jovens têm valorizado cada vez mais a liberdade individual, o presente, a novidade e a capacidade de escolha, encarando frequentemente os compromissos duradouros como formas de aprisionamento (Chaves, 2010, citado por Lavinias, 2023). Atualmente, os jovens utilizam uma variedade de termos para descrever os seus relacionamentos íntimos, como "amigos coloridos", "curtes", "amigos com benefícios" ou "ficantes", que representam diferentes níveis de envolvimento e intimidade. Um estudo realizado por Moreira e colegas (2021, citado por Lavinias, 2023), com adolescentes portugueses, confirma esta tendência demonstrando que os jovens conseguem distinguir claramente o namoro, entendido como uma relação mais estável, de outros tipos de relacionamentos casuais.

A aproximação ao sexo oposto e a maturação do sistema sexual conduzem ao surgimento das primeiras relações amorosas e experiências sexuais. A sexualidade abrange várias dimensões — biológica, relacional, ética, sociocultural e psicológica. As emoções associadas ao amor estimulam a procura pela satisfação física do desejo sexual, e é nesse contexto que muitos jovens iniciam a sua vida sexual, frequentemente mais cedo do que o esperado. De acordo com o Global Sex Survey (2005), em Portugal, a idade média de início da atividade sexual situava-se nos 16,9 anos, o que coincide com a etapa final da adolescência (Anastácio, 2010).

Aos 16 anos, cerca de 60% dos adolescentes relatam estar envolvidos num relacionamento romântico. Além disso, no final do ensino secundário, entre 70% e 90% dos jovens afirmam já ter tido algum tipo de relação amorosa (Zedaker, Fansher & Goodson, 2024). Estes relacionamentos desempenham um papel significativo nas trajetórias pessoais dos adolescentes, influenciando o seu desenvolvimento emocional, social e comportamental. Podem afetar não só o funcionamento do jovem, mas também o desenvolvimento da sua independência e os comportamentos sexuais (Adams et al., 2001; Giordano et al., 2006). Contudo, quando estas relações não são saudáveis, podem ter um impacto muito negativo nas suas vidas.

McCarthy e Casey (2008, citados por Zedaker, Fansher, & Goodson, 2024) destacam que adolescentes com vínculos afetivos sólidos tendem a demonstrar menos comportamentos delinquentes. Em contraste, aqueles com laços mais frágeis não apresentam, geralmente, uma redução significativa da delinquência, o que pode estar relacionado com características individuais, como a impulsividade. Relacionamentos românticos de qualidade, com envolvimento emocional significativo, podem, assim, ter um impacto mais positivo, na redução da delinquência, do que relações com o grupo de pares, pois,

nesta fase, os vínculos afetivos ganham uma importância crescente (Zedaker, Fansher & Goodson, 2024).

Esta etapa, marcada pelos primeiros relacionamentos afetivo-sexuais, também representa um período de risco para o surgimento de episódios de violência no seio das relações de intimidade que podem estender-se até à idade adulta. Nem sempre estas relações são saudáveis, o que exige uma atenção especial da sociedade. Estudos sobre vitimização e perpetração de violência no namoro sugerem que as mulheres são, muitas vezes, autoras de violência física, verbal e emocional (Abileira et al., 2019; Borges et al., 2020, citados por Lavinias, 2023). Por outro lado, outros estudos apontam os homens como mais propensos a perpetrarem violência física e sexual, um fenómeno frequentemente relacionado com questões culturais e de género (Rey-Anacona, 2017, citado por Lavinias, 2023).

Um estudo realizado em Portugal, por Neves et al. (2020, citado por Lavinias, 2023) revela que tanto rapazes como raparigas são vítimas de violência em contextos de namoro e relações íntimas. Contudo, os rapazes são mais frequentemente apontados como perpetradores, especialmente em casos de violência sexual, comportamentos ameaçadores e violência física. Esta realidade sugere uma certa legitimação e tolerância, por parte das raparigas, face a comportamentos abusivos (Fernandes et al., 2018, citado por Lavinias, 2023).

No que diz respeito às relações ocasionais, Machado e Ventura (2012) concluíram que, embora não existam diferenças significativas entre os sexos na violência perpetrada, a violência sexual e emocional é mais comum entre rapazes, enquanto estes são também os que mais sofrem violência física. Estudos indicam ainda que o controlo e a violência psicológica são as formas mais prevalentes de abuso em relações de namoro (Lavinias, 2023).

Lavinias (2023) identifica várias características que contribuem para a manutenção da vitimização em relações íntimas. No que concerne aos fatores individuais, Moreira e colegas (2021) constatarem que os rapazes muitas vezes justificam a permanência em relacionamentos íntimos não saudáveis devido ao receio da solidão, associado à baixa autoestima e à obsessão (cit. por Lavinias, 2023). No caso das raparigas, foi possível destacar como principal fator de vulnerabilidade a pressão de grupo, a insegurança, a esperança de mudar o parceiro e a crença de que "o amor é cego", justificando o controlo do companheiro como sinal de afeto (manifestações de amor ou crises de ciúmes) e não se identificando como vítimas. Além disso, foi possível identificar que diferentes dimensões de vinculação insegura, quer evitante quer ansiosa, se associam a diferentes formas de comportamentos e experiências nas relações íntimas. Adolescentes com vinculação evitante são mais suscetíveis à ciberviolência e

stalking, enquanto aqueles com vinculação ansiosa, marcados pelo medo do abandono, enfrentam um risco acrescido de violência por parte do parceiro.

A diferença de idade entre parceiros também aumenta a probabilidade de vitimização, especialmente quando o agressor é significativamente mais velho (Korkmaz & Överlien, 2019, citado por Lavinias, 2023). No estudo de Korkmaz e Överlien (2019, citado por Lavinias, 2023)

os participantes (17-23 anos) referiram ter sido vítimas de atos violentos na sua primeira relação e que o agressor era mais velho, sendo que o fator “idade do agressor” também pode estar associado à vitimização de VRI (Violência nas Relações de Intimidade). (p. 14)

E, ainda, “adolescentes mais novos e/ou com menor conhecimento perpetram e sofrem mais de VRI, tratando-se de um fator de risco para a vitimização e perpetração de VRI atuais e futuras.” (p.14)

Finalmente, é essencial considerar o impacto dos fatores sociais, como o ambiente familiar e a rede de apoio. Jovens sem suporte familiar ou social adequado estão mais vulneráveis à vitimização. O isolamento, a solidão e a falta de apoio social são também elementos que podem contribuir para a permanência numa relação abusiva. Estas conclusões corroboram estudos anteriores, como o de Moreira e colegas (2021, citado por Lavinias, 2023). A persistência de uma cultura que normaliza a violência também contribui para que comportamentos abusivos sejam minimizados ou aceites, especialmente entre rapazes, que tendem a legitimar a violência como expressão de masculinidade (Ventura et al., 2013). Adicionalmente, o estudo de Lavinias (2023) refere que, devido a questões socioculturais e estereótipos de género,

Os rapazes mostram-se mais permissivos relativamente a condutas violentas, se calhar, no sentido de mostrar o que é ser masculino e por isso integram a força física e conflitos verbais nas suas relações, legitimando o poder e o controlo sobre o outro. (p. 11)

No estudo de Rodrigues (2020)

Apesar dos adolescentes que vivem em acolhimento residencial terem algumas vivências ou rotinas semelhantes a qualquer outro adolescente que viva com a sua família, podem verificar-se algumas diferenças que levam este grupo a ser mais vulnerável face aos adolescentes em famílias tradicionais. Isto deve-se à desestruturação familiar, à baixa autoestima e à exposição à

violência (física, sexual e psicológica), o que os pode levar a constituir um grupo de risco no que respeita aos conhecimentos e atitudes sobre sexualidade (p.2).

Estas circunstâncias tornam-nos particularmente vulneráveis a adotar crenças e atitudes sobre a sexualidade que podem influenciar negativamente as suas relações amorosas.

2.4. Desafios na Saúde Sexual e Relacional de Jovens em Casas de Acolhimento

Os jovens que residem em casas de acolhimento formam um grupo muito heterogéneo, apresentando realidades de vida distintas. Antes de ingressarem nessas instituições, a maioria destes adolescentes enfrentou diversas formas de vitimização, direta ou indireta. Como afirma Rodrigues (2020):

Durante a adolescência estes jovens desenvolvem competências que lhes permitem estabelecer relações românticas, mas, quando não há um adulto significativo com quem estes jovens estabeleçam uma relação saudável e de intimidade, que possam encarar como modelo nos seus relacionamentos futuros, as suas relações amorosas podem correr o risco de se tornarem disfuncionais (p. 3).

Assim, a vulnerabilidade dos jovens em acolhimento no âmbito da sexualidade deve-se, em grande parte, ao seu contexto de vida marcado por experiências em múltiplos ambientes, vínculos inseguros com cuidadores e contacto reduzido com as suas famílias. Esta situação pode levá-los a procurar afeto de forma inadequada (Hyde, et al., 2017). Como menciona Sá (2008, p. 7), “as relações que podem ser mais problemáticas são as amorosas, porque são adolescentes muito carentes que se entregam muito facilmente.”

É comum que estes jovens relatem experiências de trauma ou abuso sexual, tenham recebido cuidados inconsistentes, rígidos ou indisponíveis. Provenientes de famílias sujeitas a múltiplos fatores de stress, estes adolescentes frequentemente carecem de fatores de proteção, como relações familiares positivas (Fernández García, 2023). As características demográficas também podem influenciar o seu desenvolvimento saudável. Por exemplo, pertencer a uma minoria sexual pode estar associado a atitudes mais liberais em relação à sexualidade. Esta falta de estrutura na rede de apoio compromete as suas relações interpessoais e o bem-estar emocional e social.

Nesse sentido, Arteaga e Del Valle (2003) concluíram que uma rede de apoio social sólida é essencial para ajudar os jovens a enfrentar as adversidades que vivem e vivenciaram. Além disso, a insatisfação com o apoio familiar e social pode ainda aumentar os sintomas depressivos nos adolescentes). Embora os jovens em acolhimento possuam redes sociais numericamente maiores (incluindo educadores, colegas e família), a qualidade desse apoio é inferior quando comparada com jovens que vivem em contextos familiares convencionais.

Este conjunto de fatores fragiliza a saúde sexual destes jovens, exigindo estratégias específicas de intervenção que os ajudem a desconstruir ideias pré-concebidas que estes tendem a normalizar devido ao seu contexto de vida. Importa, contudo, notar que as ideias e interesses destes adolescentes em relação à sexualidade não diferem significativamente dos jovens em ambientes familiares. Apesar de serem afastados das suas famílias, estes jovens sonham em ter uma família e desejam entender mais sobre o conceito e planeamento familiar (Anastácio, 2021). “Esses resultados refletem uma necessidade básica de todos os seres humanos, que é viver em uma família com cuidado, afeto e amor” (p. 456). No mesmo estudo, e apesar do afastamento com a família, foi possível concluir que os jovens institucionalizados, consideram as mães em terceiro lugar como as mais responsáveis pela sua educação sexual, ocupando o médico e a enfermeira os dois primeiros lugares; quanto às fontes de informação sobre sexualidade, apontam frequentemente a internet, os amigos e a mãe e apontam como uma das suas principais preocupações a falta de oportunidades para conversar acerca dos seus relacionamentos íntimos, práticas sexuais seguras e as suas necessidades.

A saúde emocional e as competências socioemocionais destes jovens são igualmente cruciais. De acordo com o estudo de Anastácio colegas (2017), apresentado na 6ª Conferência ENSEC, a autoestima média destes jovens é ligeiramente baixa (27,87), sendo inferior entre raparigas. A assertividade apresenta valores médios (24,52) e é ligeiramente superior nas raparigas, enquanto a resiliência é também moderada (26,40), mas mais baixa entre raparigas do que nos rapazes. A assertividade está positivamente correlacionada com a autoestima e a resiliência. Estes resultados sugerem que, apesar das dificuldades que enfrentam, estes jovens apresentam uma satisfação razoável e competências socioemocionais adequadas.

No que respeita à violência nas relações de namoro, Fonseca (2015) afirma que os adolescentes em instituições de acolhimento não diferem muito dos que vivem em famílias convencionais. Ambos os grupos utilizam formas saudáveis de resolver conflitos, admitindo, contudo, serem vítimas e perpetradores de violência verbal. No entanto, os jovens institucionalizados apresentam maior propensão

para o uso de violência física, existindo uma correlação entre o tempo de acolhimento e a propensão à violência física nos seus relacionamentos.

Rodrigues (2020) observou que, apesar de valorizarem a comunicação, o compromisso e a honestidade, muitos destes jovens relatam dificuldades em manter relações saudáveis devido à falta de assertividade e ao receio de conflitos, e

quando falam das suas próprias experiências, acabam por revelar falta de assertividade face às suas idealizações, uma vez que demonstram muitas dificuldades em comunicar e em manter uma relação honesta, relatando que evitam o conflito para não causar situações agressivas dentro da sua relação (p.3).

Estudos como o de Long e colegas (2017, citado por Rodrigues, 2020) revelam que os jovens em acolhimento que se envolvem em relacionamentos amorosos frequentemente enfrentam comportamentos violentos por parte dos seus parceiros. Não obstante, a vinculação nas relações românticas pode desempenhar um papel decisivo na prevenção da violência.

Quando numa relação há uma mudança dos padrões de interação dos sujeitos, alterando os seus modelos de vinculação baseados na violência a que foram expostos em crianças (Godbout et al., 2014) e estabelecendo uma relação saudável, pode haver mudanças significativas na satisfação da relação, sendo esta guiada por modelos sem violência. Isto demonstra que a vinculação nas relações românticas pode ser decisiva na prevenção e no tratamento da violência destes jovens previamente expostos a condições de vida adversas (Rodrigues, 2020).

É fundamental que as instituições de acolhimento promovam uma educação sexual abrangente, desmistificando a sexualidade e abordando-a de forma positiva e afetiva e contrapondo abordagens simplistas e inadequadas, que não capturam a riqueza e a diversidade da experiência sexual humana. Um exemplo disso, é a homossociabilidade, que facilita práticas sexuais com características homossexuais nas instituições de acolhimento, refletindo a necessidade de uma visão mais inclusiva e informada da sexualidade (Lino, 2009, p. 7). Inclusive, num caso apresentado no estudo de Lino (2009), foi possível concluir que é hábito a masturbação durante a noite entre jovens e que esta questão pode traduzir uma forma imatura de encarar a heterossexualidade.

A puberdade e o despertar da sexualidade em ambiente de acolhimento podem ocorrer de forma precoce, sendo muitas vezes associadas a experiências agressivas e desprovidas de afeto. A precocidade da vida sexual pode ser um indicador de problemas emocionais, como depressão, ansiedade e baixa autoestima. Estudos conduzidos por Spriggs e Halpern (2008) e Dawson e colegas (2008) evidenciaram

uma ligação entre sintomas depressivos e o início precoce das relações sexuais, especialmente entre aqueles que enfrentaram adversidades durante a infância. As relações sexuais precoces podem servir como uma forma de lidar com problemas emocionais, procurando conforto e afeto.

Rodrigues (2020), constatou que o início precoce da atividade sexual entre jovens que residem em contexto de acolhimento, está associado a uma maior probabilidade de gravidez antes dos 19 anos e de uma segunda gravidez logo após o nascimento do primeiro filho, comparativamente aos jovens que vivem em ambientes familiares normais. Uma proporção significativa de rapazes residentes em instituições de acolhimento já engravidou alguém aos 21 anos. Embora a maioria não deseje ter filhos, considera esta situação inevitável. Assim, estes jovens exibem níveis elevados de comportamentos de risco, como gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis (DST) e falta de uso de métodos contraceptivos (Rodrigues, 2020)

Apesar de o estudo de Oman e colegas (2018, citado por Rodrigues, 2020, p. 9) ter concluído que muitos jovens compreendem a importância do uso do preservativo para evitar a gravidez, poucos o fazem para prevenir DST. Esses comportamentos podem até mesmo incluir o envolvimento em "sexo transacional", o que pode ser atribuído à exposição prévia dos jovens a condições adversas, resultando em imaturidade e falta de conhecimento sobre sexualidade.

Garcia e colegas (2021) sugerem que comportamentos sexualizados, quando utilizados como mecanismos de defesa de forma inadequada podem indicar a falta de regulação emocional e antecipar outros comportamentos problemáticos (como delinquência juvenil), mas também podem estar por trás de um abuso sexual.

Assim, é extremamente importante nestes contextos desmitificar a sexualidade e mostrar que ela pode ser vivida de maneira positiva, com carinho e afeto, em vez de ser vista como algo vazio ou meramente compensatório.

A criação de vínculos significativos com a equipa educativa é essencial e deve ser o “ pilar fundamental para garantir a operacionalização de boas práticas em todo o processo educativo e no desenvolvimento das crianças e jovens, uma vez que os adultos cuidadores se apresentam como modelos relacionais de qualidade” (Marques & Tomé, 2018, p.18).

2.5. Capacitação das crianças e jovens acolhidas e uma abordagem baseada no desenvolvimento de competências

Num estudo conduzido por Anastácio (2016), que analisou a autoestima, assertividade e resiliência de adolescentes institucionalizados na região norte de Portugal, foi possível concluir que estes

jovens apresentam níveis médios nestas três dimensões, o que contraria as expectativas iniciais. A pesquisa revelou que a autoestima é um construto interno, não sendo significativamente influenciada por fatores como o nível de escolaridade ou o tempo de institucionalização. Foi também observado que os adolescentes mais jovens tendem a apresentar uma autoestima mais baixa, enquanto as raparigas demonstraram menor assertividade ao expressar as suas ideias, especialmente em situações adversas. Além disso, a resiliência mostrou estar ligada a traços de personalidade. O estudo sugere que a autoestima, a assertividade e a resiliência se desenvolvem de forma interligada, o que indica que intervenções nas casas de acolhimento podem ser benéficas para fortalecer estas competências.

A participação ativa das crianças e jovens em contexto de acolhimento é fundamental para garantir o respeito pelos seus direitos e promover o seu bem-estar, como defendem Marques e Tomé (2018). Esta participação vai muito além da mera presença física; envolve o desenvolvimento individual, as oportunidades educacionais e o bem-estar geral das crianças e jovens.

Todas as crianças que se encontram e mantêm em acolhimento residencial têm os mesmos direitos que as crianças que estão integradas nas suas famílias. A participação das crianças e dos jovens na vida das casas de acolhimento constituiu a base de sustentação do trabalho educativo. Para além de um direito, contribui para o desenvolvimento e bem-estar da Criança e Jovem (Marques & Tomé, 2018, p. 13).

Rodrigues (2019) reforça a importância da participação ativa das crianças e jovens em acolhimento residencial, destacando que esta garante a salvaguarda dos seus direitos. Quando ouvidos e envolvidos nas decisões que afetam as suas vidas, estes jovens têm a oportunidade de expressar as suas opiniões e contribuir ativamente para o ambiente em que vivem e para o seu projeto de vida. Este envolvimento promove a sua autonomia e aumenta a satisfação com o acolhimento. Gomes (2010, citado por Marques & Tomé, 2018) também sublinha a relevância de permitir que estes jovens desenvolvam competências e participem ativamente na vida das instituições, encorajando-os a oferecer sugestões e ideias.

É essencial reconhecer e respeitar os direitos das crianças e jovens em contexto de acolhimento, especialmente no que se refere à sua participação ativa (Rodrigues, 2019). Este reconhecimento não só facilita a compreensão das suas necessidades e características individuais, como também melhora a qualidade do acolhimento e fundamenta o trabalho educativo. Paiva (2012) destaca a importância de ver estas crianças como sujeitos de direitos, competentes e com voz nas decisões que impactam as suas

vidas. As consequências da institucionalização não se limitam ao período de acolhimento, podendo manifestar-se antes da institucionalização e prolongar-se após a saída da instituição (p. 3).

Vaz Santos (2023) apresenta um modelo de aquisição progressiva de competências destinado a ser aplicado em contexto de acolhimento residencial. Este modelo tem como objetivo promover previsibilidade, capacitação e intencionalidade educativa, fornecendo aos jovens as ferramentas essenciais para o seu desenvolvimento. De acordo com o autor, trata-se de um processo estruturado e gradual, que pressupõe que a aprendizagem não ocorre de forma imediata, mas sim através de uma progressão organizada, onde as competências são adquiridas e consolidadas ao longo do tempo.

O percurso de desenvolvimento passa por várias etapas, começando com a identificação das necessidades específicas de cada indivíduo. Numa fase inicial, é necessário um acompanhamento mais próximo e estruturado, com a definição de orientações claras e o fornecimento de apoio na execução das tarefas. À medida que o tempo avança, o indivíduo vai adquirindo maior confiança e autonomia, desenvolvendo a capacidade de resolver problemas e tomar decisões por si próprio.

Este modelo revela-se particularmente pertinente em contextos educativos, onde é crucial ajustar o acompanhamento ao ritmo e às características de cada criança ou jovem. A progressão deve ser adaptada às competências e fragilidades de cada um, assegurando que a aprendizagem seja eficaz e sustentável. Além disso, o modelo requer flexibilidade para permitir ajustes contínuos, de modo a responder a necessidades que possam surgir ao longo do processo e a fomentar um crescimento constante.

No que diz respeito aos relacionamentos amorosos dentro das casas de acolhimento, este modelo assume uma especial relevância. A vivência destes relacionamentos exige uma aprendizagem gradual, onde os jovens desenvolvam, ao longo do tempo, competências essenciais como a comunicação, o respeito mútuo, a gestão de emoções e a resolução de conflitos, competências essenciais para o estabelecimento de relacionamentos saudáveis e equilibrados.

Capítulo 3 - Metodologia da investigação

3.1. Tipo de Estudo e Método

O presente estudo é do tipo epidemiológico, de natureza observacional, analítica e transversal, na medida em que permitiu explorar as relações de namoro entre jovens em Acolhimento Residencial (AR), analisando diferentes variáveis e possíveis associações. Foi também possível avaliar de que forma o contexto pode influenciar essas relações e contribuir para o desenvolvimento destes indivíduos. Este tipo de estudo destaca-se por ser de curta duração, menos dispendioso e por possibilitar o estabelecimento de associações.

O método utilizado foi o inquérito, através do qual foi aplicado o questionário como instrumento de recolha de dados. Este método permite ao investigador identificar factos e características da população em análise, testar hipóteses e examinar as relações entre as diferentes variáveis. Através do tratamento estatístico dos dados, torna-se possível descrever a população em estudo e estabelecer comparações entre os diferentes resultados obtidos, fornecendo assim uma compreensão mais aprofundada dos fenómenos estudados (Santos & Henriques, 2021).

Para o presente estudo, foi adotada a metodologia de métodos mistos (Mixed Methods Research – MMR), que combina abordagens quantitativas e qualitativas. Esta opção fundamenta-se na necessidade de uma compreensão mais abrangente e profunda do fenómeno em análise, que dificilmente seria alcançado com uma abordagem isolada. Algumas perspetivas teóricas utilizadas foram extraídas do livro *Research Methods in Education*, de Cohen, Manion e Morrison (2018), para justificar a presente escolha.

Creswell e Plano Clark (2011) afirmam que os métodos mistos permitem uma análise mais detalhada e fiável dos fenómenos, favorecendo a descoberta de aspetos inesperados. Denscombe (2014) sublinha que esta metodologia contribui para aumentar a precisão e a fiabilidade dos resultados, através da triangulação, e reduz potenciais enviesamentos, enquanto se revela uma abordagem prática para a resolução de problemas. Day e Sammons (2008) defendem que o MMR oferece uma visão mais autêntica das complexidades dos fenómenos. Greene (2005, 2008) e Mertens (2007) destacam ainda que, em investigações orientadas para a transformação social, o MMR assume um papel relevante, promovendo uma análise integrada e inclusiva.

É neste sentido que as abordagens quantitativas e qualitativas se complementam quando se trata do estudo de uma realidade social como é a que está em causa.

3.2. População e Amostra

A população contemplada neste estudo foi constituída pelos jovens a residir em centros de acolhimento dos distritos de Braga e Viana do Castelo, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 ou mais anos, independentemente do sexo, género, orientação sexual, etnia, língua materna ou nível educacional.

O tipo de amostra selecionada pode considerar-se uma amostra de conveniência, uma vez que, foram selecionadas casas de acolhimento situadas nas proximidades da área de residência das investigadoras.

A amostra inicialmente prevista para este estudo era de 159 jovens, calculada com base num nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%, tendo em conta a população de 270 casos, identificada no relatório CASA 2022 (Instituto da Segurança Social, 2023) para os distritos de Braga e Viana do Castelo. No entanto, apenas foi possível obter uma amostra efetiva de 109 participantes. Foram identificados dois fatores principais para justificar esta limitação. Em primeiro lugar, encontrámos desafios relacionados com as características dos jovens acolhidos. De acordo com o relatório CASA de 2022 (Instituto da Segurança Social, 2023), 9,2% das crianças e jovens em centros de acolhimento possuem deficiência mental e 6% sofrem de doença mental. Estas condições representaram um obstáculo significativo, uma vez que alguns jovens tinham dificuldades de compreensão que inviabilizaram a sua participação no estudo. Em segundo lugar, algumas instituições optaram por não colaborar com a investigação, devido à natureza do estudo, o que também reduziu o número de participantes.

Na presente investigação, foram definidos critérios específicos de inclusão e exclusão que orientaram a participação dos jovens e tinham como objetivo principal assegurar que os participantes possuíam as características necessárias para responder aos objetivos propostos para a pesquisa, respeitando sempre, os princípios éticos. Assim, foram estabelecidos os seguintes critérios:

Critérios de inclusão:

- Jovens com idades compreendidas entre os 12 e 18 anos ou mais;
- Jovens que residam em centros de acolhimento;
- Jovens de todos os sexos, géneros e orientações sexuais;
- Jovens de todas as etnias e línguas maternas, desde que pudessem contar com apoio de tradução para garantir a compreensão dos objetivos do estudo, no caso de a língua materna ser diferente (por exemplo, jovens refugiados);

- Sem discriminação quanto ao nível educacional, desde que tivessem literacia adequada para responder às questões.

Crítérios de exclusão:

- Jovens que apresentassem problemas de saúde graves ou se encontrassem numa situação de fragilidade ou vulnerabilidade em que a participação do estudo, pudesse afetar significativamente o seu bem-estar e segurança;
- Jovens que optassem por recusar participar no estudo, quer no início quer durante o processo de recolha de dados; ou, jovens que não fornecessem o seu assentimento informado ou que o revogassem ao longo da sua participação.
- Jovens que revelassem incapacidade de compreender os objetivos do estudo e/ou que não compreendessem o idioma no qual o estudo está elaborado, e não tivessem acesso a alguém que pudesse traduzir as informações relevantes do estudo.

3.3. Instrumento de Recolha de Dados: questionário, variáveis e escalas validadas

Considerando as vantagens apresentadas, o questionário foi selecionado como instrumento de recolha de dados neste estudo. Esta escolha deveu-se também à sua potencialidade para obter informações de vários participantes em simultâneo, permitindo abranger um número significativo de jovens. A inclusão de perguntas abertas permitiu uma compreensão mais detalhada das suas experiências e perceções em relação ao tema. Além disso, face à dificuldade de acesso às casas de acolhimento, o questionário revelou-se a solução mais prática e eficiente, no caso de não ser possível o acesso direto à instituição. Este instrumento possibilita ainda que os jovens preencham o questionário de forma autónoma, garantindo uma maior privacidade e, consequentemente, uma real representatividade das suas vivências e experiências.

O questionário foi aplicado de forma online, com a colaboração das equipas educativas, que facilitaram o processo disponibilizando uma sala adequada. Inicialmente, a aplicação era realizada individualmente, com cada jovem a preencher o questionário no computador da investigadora, após explicação do procedimento e assinatura dos consentimentos. Posteriormente, para otimizar o tempo, passou-se à aplicação em pequenos grupos, ajustados ao contexto. Cada jovem utilizava o seu próprio telemóvel, tablet, computador ou, na falta destes dispositivos, o computador da investigadora. As equipas educativas asseguraram uma boa articulação, chamando os jovens de forma organizada, o que contribuiu para o sucesso do processo de recolha de dados.

A aplicação do questionário decorreu, na sua maioria, ao final do dia durante os dias úteis. Este horário revelou-se mais desafiante devido às rotinas e à maior agitação. No entanto, era o momento em que os jovens se encontravam todos presentes. Durante o processo de recolha de dados foram feitos esforços para minimizar interferências nas dinâmicas das casas de acolhimento.

O questionário utilizado foi adaptado à população do estudo e elaborado com base no "Questionário De Educação Para A Sexualidade E Competências Socioemocionais Para Adolescentes (QESCSEA)", desenvolvido por Anastácio (2021). O presente instrumento, incluiu variáveis dependentes e independentes, sendo que algumas foram validadas e adaptadas especificamente para a população em estudo. Vejamos a sua descrição no quadro 1.

Quadro 1

Variáveis e tipos de questões utilizadas

Objetivo	Variáveis	Tipo de variável	Tipo de questões
Caracterizar os participantes socio demograficamente	Variáveis sociodemográficas	Independente	Fechadas
Avaliar o nível de autoestima dos participantes	Variável autoestima	Dependente	Fechadas
Analisar a inteligência emocional dos participantes	Variável inteligência emocional	Dependente	Fechadas
Identificar características das relações de namoro dos jovens a viver em contexto de acolhimento residencial	Variável Violência do namoro Variáveis relações de namoro e dinâmicas	Dependente	Fechadas e abertas
Identificar potencialidades e constrangimentos do namoro entre jovens a viverem no mesmo centro de acolhimento residencial	Variável Violência do namoro Variáveis relações de namoro e dinâmicas	Dependente	Fechadas e abertas
Analisar criticamente, possibilidades de ressignificação do namoro no contexto de acolhimento residencial	Variáveis relações de namoro e dinâmicas	Dependente	Abertas
Promover ações de educação para a sexualidade abrangente e saudável em contexto de acolhimento residencial	Variável sexualidade e relações de intimidade	Dependente	Fechadas e abertas

Para a análise da variável autoestima, inteligência emocional e violência do namoro, recorreu-se às seguintes escalas, já validadas e agora adaptadas especificamente para a população em estudo:

- **Escala de Autoestima de Rosenberg (1965):** amplamente utilizada em Portugal, incluindo em estudos com adolescentes conduzidos pela orientadora do presente estudo desde o seu mestrado. A presente escala, tem quatro pontuações: 1 = discordo totalmente; 2 = discordo; 3 = concordo; 4 = concordo totalmente.
- **Escala de Inteligência Emocional de Wong e Law (2002):** traduzida para a população adulta portuguesa (Rodrigues, Rebelo & Coelho, 2011) e adaptada pela orientadora do presente estudo a crianças do 3.º ao 6.º ano de escolaridade, com um estudo piloto realizado em contexto de estágio por outra mestrandia (Oliveira, 2021). No presente trabalho, utilizamos a versão para adultos e pretendemos validá-la para adolescentes em acolhimento institucional.
- **Itens para Avaliação da Violência no Namoro:** formulados com base nos sinais publicados pela APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) e complementados pela literatura. Uma versão preliminar foi aplicada por uma mestrandia sob supervisão da mesma orientadora (Rodrigues, 2014).

3.3.1. Estudo piloto e pré-validação do questionário

O estudo piloto foi conduzido na casa de acolhimento onde a investigadora principal exercia funções com 10 jovens que preenchiam os critérios de inclusão. Este processo inicial teve como objetivo avaliar a clareza das questões, identificar dificuldades enfrentadas pelos jovens durante o preenchimento do questionário e estimar o tempo médio necessário para a sua conclusão. Além disso, foi analisada a dinâmica entre os participantes e os educadores de referência que os acompanhavam durante a aplicação.

Foi decidido em reunião (envolvendo a investigadora principal, a orientadora e a diretora técnica da casa de acolhimento) que os jovens não teriam conhecimento da identidade da investigadora principal. Caso algum jovem necessitasse de apoio durante o preenchimento, este seria prestado pelo educador de referência. Tal decisão visou minimizar possíveis situações de ansiedade e constrangimento nos jovens e evitar que a identidade da investigadora influenciasse as suas respostas.

Os resultados do estudo piloto indicaram duas principais dificuldades. Muitos jovens sentiram-se desconfortáveis ao discutir este tema com os educadores de referência (e vice-versa), mostrando que, embora alguns os vissem como figuras de confiança, esta abordagem não funcionou em todas as situações. Além disso, verificou-se que alguns educadores tinham opiniões pré-concebidas sobre o tema, o que pode ter influenciado as respostas dos jovens. Em alguns casos, a resistência dos jovens parecia estar relacionada com as "regras" restritivas sobre o namoro existentes na casa de acolhimento, que faziam com que acreditassem que a sua participação não levaria a qualquer mudança.

Com base neste estudo inicial, ajustaram-se os procedimentos para a recolha de dados nas restantes casas de acolhimento. Assim, foi sugerido que o preenchimento do questionário fosse realizado diretamente com a investigadora principal, sempre que possível, até porque esta figura (educador de referência) não se aplica em todas as casas de acolhimento. Nos casos em que os jovens não se sentissem confortáveis com esta opção, foi-lhes oferecida a possibilidade de escolher outra pessoa da sua confiança, como um educador ou técnico da instituição, tendo sempre a possibilidade de fazê-lo de forma autónoma

3.3.2. Recolha de dados

Para dar início à aplicação do questionário, o primeiro passo consistiu em contactar a direção das casas de acolhimento selecionadas para o estudo, fornecendo informações detalhadas sobre a investigação. Em alguns casos, foi necessário recorrer a chamadas telefónicas e ao envio de vários e-mails. Noutros, foi necessário a investigadora principal deslocar-se pessoalmente até às instituições para obter a devida autorização.

Após a obtenção das autorizações por parte das casas de acolhimento, a triagem dos jovens foi realizada pelas equipas educativas e técnicas de cada instituição. Estas equipas identificaram o número de jovens elegíveis para participar no estudo, com base nos critérios de inclusão e exclusão previamente definidos.

Para a recolha de dados, a investigadora principal deslocou-se às casas de acolhimento designadas, com exceção de duas onde os próprios profissionais optaram por aplicar os questionários. Os jovens puderam responder ao questionário de forma autónoma ou com apoio. Antes de iniciar o processo, a investigadora certificou-se de que todos os documentos necessários estavam devidamente assinados, incluindo a autorização para a investigação e o consentimento informado, rubricado pelo(a) diretor(a) técnico(a) como representante legal dos menores.

Durante o preenchimento do questionário, cada jovem forneceu o seu assentimento por escrito. Caso o jovem optasse por receber ajuda durante o preenchimento, a pessoa que o auxiliou (na maioria dos casos a investigadora principal) assinou também um termo de consentimento informado, na presença do participante, garantindo a transparência e o cumprimento ético do processo.

3.3.3. Tratamento e análise de dados

Uma vez que o instrumento de recolha de dados foi um questionário misto, constituído por questões fechadas (carácter quantitativo) e questões abertas (carácter qualitativo), a metodologia de análise de dados também foi mista.

Os dados recolhidos ficaram registados em ficheiro no formato Excel, tendo sido depois transferidos para o programa de análise estatística IBM SPSS (versão 28.0), ficando exclusivamente na posse das investigadoras envolvidas no estudo. Para salvaguardar a privacidade dos participantes, nenhuma identificação foi associada aos respondentes. Os dados permanecerão armazenados em segurança durante um período de cinco anos, conforme previsto.

A análise de dados seguiu uma metodologia mista, dada a natureza do questionário. Assim, para os dados obtidos pelas questões fechadas procedeu-se a análise estatística descritiva, enquanto para os dados resultantes das questões abertas se procedeu a análise de conteúdo, seguindo os pressupostos teóricos de Bardin (2015). Em ambas as abordagens utilizou-se o mesmo software – SPSS. Nas questões abertas fez-se a análise de conteúdo com categorização *a posteriori*, criando-se colunas/variáveis adicionais na base de dados com as respetivas categorias e subcategorias que emergiram. As categorias foram codificadas com algarismos e as suas frequências foram também quantificadas.

3.4. Considerações éticas

A condução da investigação foi pautada por um escrupuloso respeito pelas considerações éticas, garantindo a qualidade do trabalho realizado. Desde o início, foi prioritário proteger os direitos fundamentais dos participantes e promover um relacionamento baseado na empatia e no respeito mútuo. A confidencialidade e a privacidade dos dados pessoais foram rigorosamente asseguradas, em conformidade com o artigo 26.º, n.º 2, da Constituição da República Portuguesa e com a Lei de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto).

Antes de iniciar a recolha de dados, foi necessário obter autorizações por escrito, devidamente preenchidas e documentadas, para a realização do trabalho de campo. Após estabelecer contacto com a direção das casas de acolhimento selecionadas, expliquei detalhadamente a natureza da investigação, incluindo os objetivos, relevância, métodos aplicados, a duração esperada do preenchimento do questionário (cerca de 20 minutos) e o tipo de informações a serem recolhidas. Apenas após esta apresentação e a respetiva aprovação, foi possível obter a autorização necessária para avançar com o estudo. Posteriormente, o/a diretor/a técnico/a de cada casa assinou um consentimento informado, na qualidade de representante legal dos jovens acolhidos.

Antes da aplicação do questionário, os jovens assinaram um assentimento, onde foram explicados, de forma clara e acessível, todos os detalhes do estudo. Enfatizou-se a importância da sua colaboração, reforçando que a participação era totalmente voluntária e que poderiam optar por não participar sem qualquer consequência. Além disso, o adulto que acompanhou cada jovem durante o preenchimento

(seja educador/a, técnico/a ou eu, enquanto investigadora) assinou um termo de consentimento informado, comprometendo-se a respeitar a confidencialidade dos participantes.

A privacidade dos participantes foi protegida durante todo o processo, garantindo que todas as informações pessoais sejam tratadas de forma confidencial, pois nem o e-mail do respondente ficará registado. Apenas as investigadoras diretamente envolvidas tiveram acesso aos registos obtidos. Os participantes nunca foram identificados, como previsto nas normas éticas e na legislação nacional. Em qualquer divulgação do(s) processo(s) do trabalho e do(s) seu(s) resultado(s), nenhuns nomes dos(as) participantes serão referidos.

Em todos os documentos do estudo, foi incluída a seguinte frase: "Caso pretenda notificar algum aspeto relativo à proteção dos seus dados, deverá fazê-lo, por escrito, dirigindo notificação ao Encarregado de Proteção de Dados da Universidade do Minho (protecaodados@uminho.pt)", evidenciando o compromisso ético de proteger os dados e a privacidade de todos os envolvidos.

Adicionalmente, o projeto só avançou após a obtenção de parecer favorável da Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Minho (Processo n. CEICSH 067/2024), assegurando o cumprimento das exigências éticas aplicáveis.

Por fim, deixo como reflexão este excerto de Somerville (2006), citado por Fernandes (2016, p.775):

Falar de ética na pesquisa com crianças não implica apenas ter cuidados na forma como se planifica essa pesquisa, na forma como testamos e analisamos a vida dessas crianças, mas implica, sobretudo, atender aos modos como desencadeamos processos dialógicos e ponderados, de forma que se possa respeitá-las ontologicamente em sua alteridade, pois somente desse modo é possível assegurar que nos processos de pesquisa co-construídos entre o pesquisador e as crianças asseguremos que 'não é suficiente que um resultado seja eticamente aceitável ou desejável; os meios para o atingir devem, também, ser éticos.

Capítulo 4- Apresentação dos resultados

4.1. Caracterização Sociodemográfica e Contextual

Num momento inicial, todos os participantes (N=109) indicaram "Sim" na pergunta: "Preencho este questionário de livre vontade, sabendo que o anonimato está totalmente garantido". Esta resposta era indispensável para avançar no preenchimento, assegurando que a participação foi realizada de forma consciente e informada.

Entre os diversos aspetos avaliados, analisou-se a necessidade de apoio ou ajuda durante o preenchimento. Dos 107 jovens que responderam a esta questão, 54 afirmaram sentir necessidade de apoio ou ajuda, enquanto 53 indicaram não ter sido necessário. Adicionalmente, dois participantes optaram por não responder.

Relativamente à idade dos participantes, observou-se que a maior parte da amostra pertencia à faixa etária entre os 16-17 anos, com 43 participantes. Seguiram-se dos participantes com 18 ou mais anos, representando 31 participantes, e a faixa de 14-15 anos, com 24 participantes. Por último, a faixa etária de 12-13 anos incluiu 11 participantes.

No que concerne ao nível de escolaridade, verificou-se que a maioria pertencia ao 10.º ano, com 29 participantes, seguido pelo 12.º ano, representado por 20 participantes e pelo 9.º ano, com 16 participantes. O 11.º ano incluiu 14 participantes e o Ensino Superior contou com 11. O 5.º ano (N=1), 6.º ano (N=4), 7.º ano (N=6) e 8.º ano (N=8), tiveram uma menor representatividade na amostra.

Relativamente à distribuição por sexo, observou-se uma ligeira predominância de participantes do sexo feminino com 63 participantes, enquanto 44 participantes eram do sexo masculino. Apenas 2 participantes optaram por não revelar o seu sexo.

Quanto à identidade de género, grande parte dos participantes identificou-se como mulher/rapariga, totalizando 60 indivíduos. Seguiram-se 46 participantes que se identificaram como homem/rapaz. Apenas 1 participante se identificou como transgénero e 2 participantes optaram por não se pronunciar em relação a esta questão.

Relativamente à orientação sexual, a maioria identificou-se como heterossexual, representando 74 participantes. Seguiram-se 15 participantes que se identificaram como bissexuais e 6 que se identificaram como lésbicas. Além disso, 11 participantes optaram por não revelar a sua orientação sexual. Existiram ainda 3 respostas omitidas.

4.1.1. Idade, ano de escolaridade, sexo e orientação sexual

Num momento inicial, todos os participantes (N=109) indicaram "Sim" na pergunta: "Preencho este questionário de livre vontade, sabendo que o anonimato está totalmente garantido". Esta resposta era indispensável para avançar no preenchimento, assegurando que a participação foi realizada de forma consciente e informada.

Entre os diversos aspetos avaliados, analisou-se a necessidade de apoio ou ajuda durante o preenchimento. Dos 107 jovens que responderam a esta questão, 54 afirmaram sentir necessidade de apoio ou ajuda, enquanto 53 indicaram não ter sido necessário. Adicionalmente, dois participantes optaram por não responder.

Relativamente à idade dos participantes, observou-se que a maior parte da amostra pertence à faixa etária entre os 16-17 anos, com 43 participantes. Seguidamente dos participantes com 18 ou mais anos, representando 31 participantes, e a faixa de 14-15 anos, com 24 participantes. Por último, a faixa etária de 12-13 anos inclui 11 participantes.

No que concerne ao nível de escolaridade, verificou-se que a maioria pertence ao 10.º ano, com 29 participantes, seguido pelo 12.º ano, representado por 20 participantes e pelo 9.º ano, com 16 participantes. O 11.º ano inclui 14 participantes e o Ensino Superior conta com 11. O 5.º ano (N=1), 6.º ano (N=4), 7.º ano (N=6) e 8.º ano (N=8), tiveram uma menor representatividade na amostra.

Relativamente à distribuição por sexo, observa-se uma ligeira predominância de participantes do sexo feminino com 63 participantes, enquanto 44 participantes são do sexo masculino. Apenas 2 participantes optaram por não revelar o seu sexo.

Quanto à identidade de género, grande parte dos participantes identificou-se como mulher/rapariga, totalizando 60 indivíduos. Seguem-se 46 participantes que se identificaram como homem/rapaz. Apenas 1 participante se identificou como transgénero e 2 participantes optaram por não se pronunciar em relação a esta questão.

Relativamente à orientação sexual, a maioria identificou-se como heterossexual, representando 74 participantes. Seguem-se 15 participantes que se identificaram como bissexuais e 6 que se identificaram como lésbicas. Além disso, 11 participantes optaram por não revelar a sua orientação sexual. Existem ainda 3 respostas omitidas.

4.1.2. Motivo, tempo, modalidade e tipo de acolhimento

Os *motivos* que levaram ao acolhimento dos jovens foram explorados através de uma questão aberta, cujas respostas foram posteriormente categorizadas como preconiza a análise de conteúdo.

Desta forma, foram criadas categorias e subcategorias (Quadro 2) e apresentadas algumas respostas dadas pelos jovens, que refletem a escolha desta categorização.

As respostas analisadas identificaram diferentes motivos para o acolhimento dos jovens, sendo a categoria mais mencionada problemas familiares, representando 50,5% das respostas (n=55), que abrange situações como violência doméstica (n=13), dificuldades económicas (n=13), negligência (n=2) e a combinação de violência doméstica e dificuldades económicas (n=2), abuso sexual (n=1) e falta de supervisão (n=1). Estas situações revelam um contexto de desestruturação familiar que impactou significativamente os jovens. Adicionalmente, os restantes jovens (n=23) referiram ou mencionaram de forma mais geral os termos "problemas familiares" ou "condições de família", sem especificarem detalhes adicionais.

Em segundo plano, encontram-se os problemas escolares (n=5), envolvendo absentismo escolar (n=2) e fraco desempenho académico (n=1). Além disso, 6 casos combinaram problemas familiares e escolares (n=6), destacando a interligação entre conflitos familiares e escolares.

Outros motivos incluem a incapacidade ou morte dos cuidadores (n=4), causada por doenças mentais (n=1), morte (n=1) ou doença física dos responsáveis (n=2). O comportamento do jovem (n=10) também foi identificado como um dos motivos do acolhimento, com situações relacionadas com fuga e ausência prolongada de casa (n=2), delinquência (n=1), consumo de substâncias ilícitas associado à fuga (n=1) e combinação de consumos com absentismo escolar (n=1).

Outros casos específicos incluem problemas de saúde mental do jovem (n=1), tráfico de seres humanos (n=4) e casamento forçado (n=1). Por fim, em 23 casos, os jovens optaram por não revelar os motivos do acolhimento. Este resultado deve-se, em grande parte, ao facto de uma das instituições participantes no estudo ter referido não achar adequado questionar os jovens sobre o motivo do acolhimento. Assim, foi orientado que, aquando da aplicação do questionário nessa instituição, os jovens colocassem um ponto ou indicassem "Prefiro não dizer".

A diversidade dos motivos apresentados reflete a diversidade de fatores de risco que afetam os jovens em contextos familiares e sociais que levam à institucionalização, frequentemente atravessadas por dinâmicas de vulnerabilidade multifatorial.

Quadro 2

Categorias e sub-categorias do motivo de acolhimento

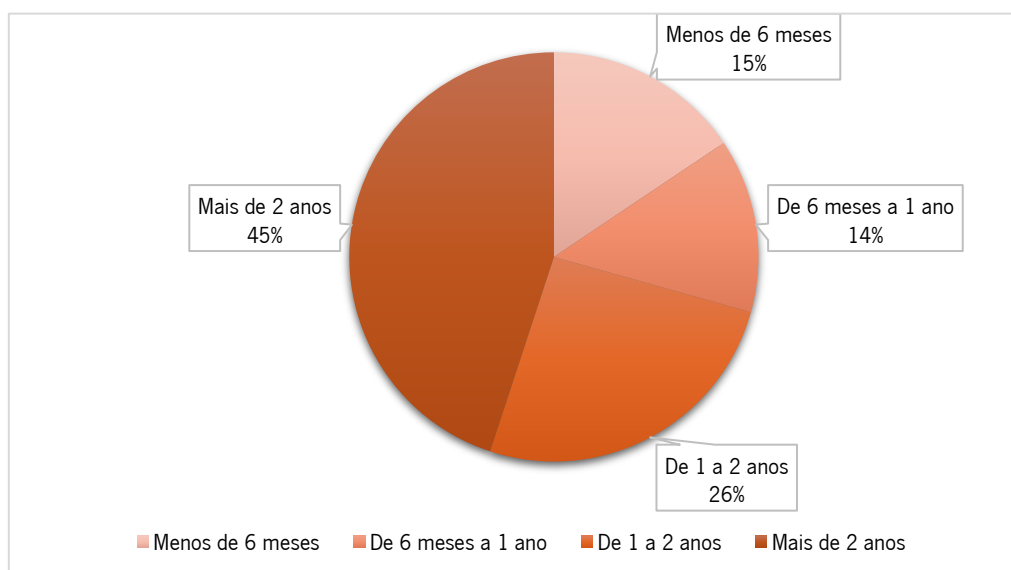
Categoria	Subcategoria Respostas dos jovens
1. Problemas familiares (n=55) - “Estive nesta casa de acolhimento duas vezes. Da primeira vez fui retirada quando tinha 7 anos de idade, porque a minha mãe é doente mental e o meu pai estava preso, sendo não tinha um suporte familiar mais adequado. Da segunda vez, tinha 15 anos e fui eu quem procurei ajuda para voltar para a casa de acolhimento, o motivo da decisão foi a agressividade do meu pai e violência psicológica e física que praticava sobre mim.” - “Eu e a minha mãe não nos entendíamos bem.” - “Problemas familiares.” - “Desentendimento entre os pais.” - “Comportamentos desadequados e conflitos familiares.”	1.1. Violência doméstica (n=13) - “Porque eu estava casada e esse menino me batia, eu fugi e me puseram aqui. A minha família tinha medo que esse rapaz me encontrará.” - “Violência por parte da mãe” - “Porque a minha família discutia e às vezes andavam á porrada.” 1.2. Dificuldades económicas (n=13) - “Más condições financeiras.” - “Falta de condições financeiras dos meus pais.” - “Eu vim para aqui por causa das más condições de vida, higiene... etc.” 1.3. Negligência (n=2) - “Negligência parental.” 1.4. Violência doméstica e dificuldades económicas (n=2) - “Más condições de vida e violência doméstica parental.” - “Falta de estabilidade financeira em casa e agressão.” 1.5. Abuso sexual (n=1) - “Por causa do meu pai ter abusado de mim.” 1.6. Falta de supervisão (n=1) - “Ma utilização da Internet/Telemóvel e outros fatores.”
2. Problemas escolares (n=5) - “Não ia pra aulas.” - “Problemas escolares”	2.1. Absentismo escolar (n=2) - “Falta de assiduidade à escola.” - “Absentismo escolar.” 2.2. Fraco desempenho escolar (n=1) - “Falta de acompanhamento nos estudos.”
3. Problemas familiares e escolares (n=6) - “Conflitos parentais e falta de assiduidade na escola.” - “Por causa da escola e as condições em casa.” - “Pelas condições de casa e pelas minhas irmãs faltarem a escola.”	
4. Incapacidade/morte dos cuidadores (n=4)	4.1. Incapacidade mental do cuidador (n=1) - “A minha progenitora possui doenças mentais que a incapacitam.” 4.2. Morte do cuidador (n=1) - “morte da minha tia.”

	4.3. Doença da mãe (n=2) - “Mãe com doenças.” - “A minha mãe estava doente e eu tinha a necessidade de ser adolescente porque fazia as tarefas familiares.”
5. Comportamento do jovem (n=10) - “Mau comportamento.” - “Por mau comportamento.” - “Mau comportamento e mau uso de regras.”	5.1. Passar muito tempo fora de casa/Fuga (n=2) - “Tar muito tempo fora de casa” - “Eu vim para esta casa de acolhimento por ter andado com pessoas que eu pensava que era uma boa companhia e por ter saído de casa ainda sendo menor.” 5.2. Delinquência (n=1) - “Furto qualificado.” 5.3. Fuga e consumos (n=1) - “Porque fugi de casa e consumo de drogas e muito álcool.” 5.4. Consumos e absentismo escolar (n=1) - “Consumos, faltas na escola.”
6. Problemas mentais do jovem (n=1) - “Problemas de saúde mentais, não estava bem vim aqui para me ajudarem.”	
7. Tráfico de seres humanos (n=4) - “Vítima de tráfico de seres humanos.” - “Como proteção após trafico de menores”	
8. Casamento forçado (n=1) - “Pelo meu pai querer que eu case com um menino”	
9. Prefiro não dizer (n=23)	

Relativamente ao *tempo de acolhimento* e de acordo com os dados apresentados na Figura 2, quase metade dos jovens (n=49) encontrava-se na casa de acolhimento há mais de dois anos. Seguiram-se 28 jovens que indicaram um período de acolhimento entre 1 e 2 anos. Um número menor de jovens estava acolhido por períodos mais curtos: 17 jovens referiram uma estadia inferior a 6 meses e 15 jovens indicaram um tempo de acolhimento entre 6 meses e 1 ano.

Figura 2

Tempo de acolhimento



No que respeita ao *tipo de permanência* na casa de acolhimento, os resultados mostram que 44% dos participantes (n=48) permaneciam na casa de acolhimento durante a semana e regressavam à casa da família ao fim de semana e férias, sendo esta a situação mais comum. Em seguida, 42,2% (n=46) estavam na casa de forma permanente, incluindo todos os dias da semana e fins de semana. Apenas 10,1% (n=11) indicaram permanecer quase sempre na casa, regressando à família apenas pontualmente e nas férias com autorização.

Outras situações são muito menos frequentes, como a permanência na casa de acolhimento exclusivamente aos fins de semana e férias enquanto estudam durante a semana na universidade (n=3) ou casos pontuais, como estar na casa apenas às terças e quartas à tarde (n=1).

Estes resultados mostram que a maioria dos participantes mantém algum contacto regular com a família, especialmente ao fim de semana e férias, enquanto uma proporção significativa reside na casa de acolhimento de forma contínua, destacando diferentes graus de integração na dinâmica familiar.

No que se refere à *modalidade das casas de acolhimento* onde os participantes residiam, observou-se que a maioria (n=76) dos jovens estava inserida em casas de acolhimento de modalidade mista. Casas exclusivamente femininas (n=17) e exclusivamente masculinas (n=16) representam 15,6% e 14,7% da amostra, respetivamente.

4.2. Autoestima e emoções

4.2.1. Análise da autoestima e da consistência interna da Escala de Autoestima de Rosenberg (1965)

A autoestima é um elemento essencial para o bem-estar emocional, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Neste sentido, a Escala de Autoestima de Rosenberg (1965) foi utilizada como instrumento de avaliação, permitindo explorar percepções individuais sobre autovalorização e autoconfiança. Esta ferramenta proporciona uma análise mais detalhada dos diferentes aspetos que influenciam a autoestima, oferecendo uma base sólida para compreender as experiências dos participantes, como veremos de seguida na Figura 3.

Os resultados evidenciam que a maioria dos participantes apresenta uma autoestima positiva, ainda que alguns itens revelem fragilidades. A maioria dos participantes afirmou estar satisfeito/a consigo mesmo/a ("No geral, estou satisfeito/a comigo mesmo/a", n=99), dividindo-se entre "Concordo" (n=59) e "Concordo totalmente" (n=40), com apenas 10 participantes a expressarem algum nível de insatisfação ("Discordo" n=8; "Discordo totalmente" n=2).

Relativamente ao reconhecimento de qualidades pessoais ("Sinto que tenho um bom número de qualidades"), 96 indivíduos indicaram concordância (n=63 "Concordo" e n=33 "Concordo totalmente"), enquanto apenas 13 discordaram em algum grau ("Discordo" n=11; "Discordo totalmente" n=2).

No que diz respeito à confiança nas suas capacidades ("Estou apto/a para fazer coisas tão bem como a maioria das outras pessoas"), 94 participantes concordaram (n=54) ou concordaram totalmente (n=40) com a afirmação de que estão aptos para realizar tarefas tão bem como outras pessoas, contrastando com 15 respostas discordantes ("Discordo" n=12; "Discordo totalmente" n=3).

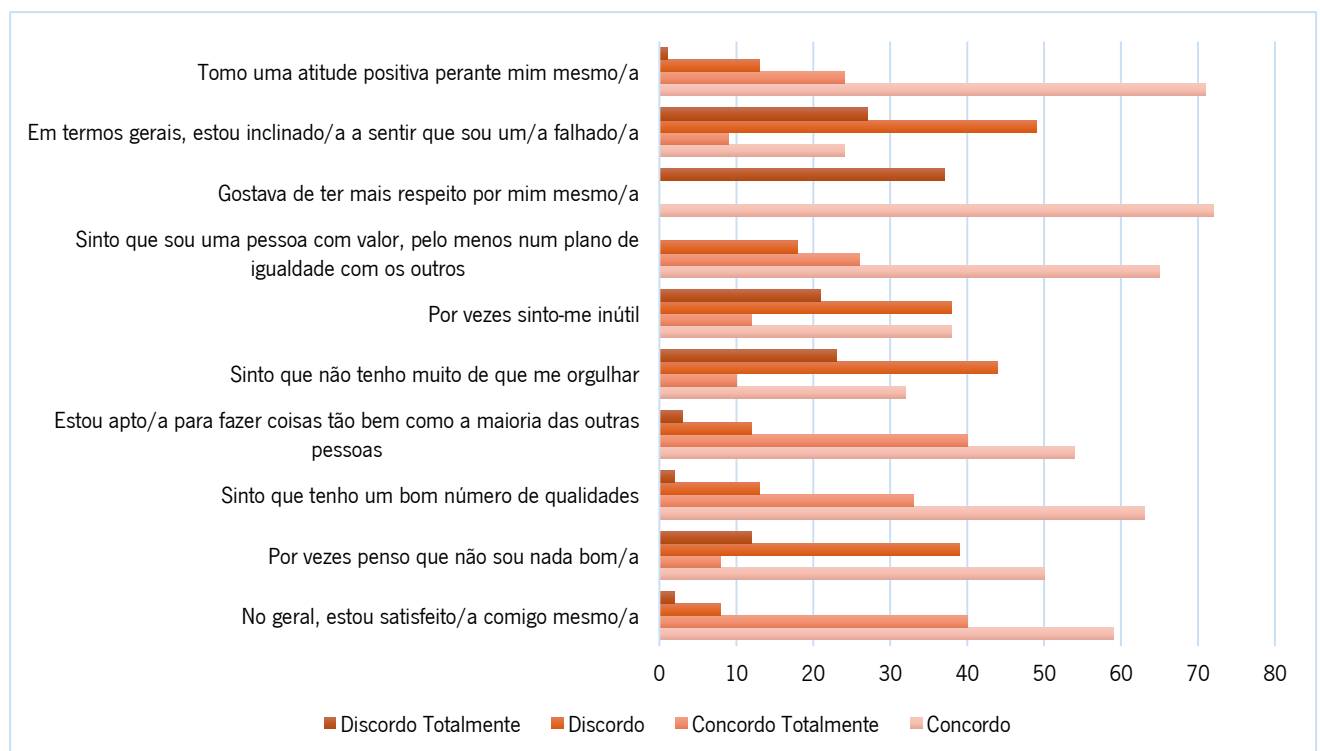
A valorização pessoal foi reconhecida por 91 participantes ("Sinto que sou uma pessoa com valor, pelo menos num plano de igualdade com os outros"), dos quais 65 concordaram e 26 concordaram totalmente. Apenas 18 expressaram algum nível de discordância.

Muitos participantes identificaram a necessidade de melhorar o respeito por si mesmos (n=72), enquanto outros rejeitaram esta ideia (n=37). Por outro lado, os itens associados a percepções mais negativas, como sentimentos de inutilidade, apresentaram divisões mais equilibradas. Em relação à questão "Por vezes sinto-me inútil" 59 participantes rejeitaram esta ideia ("Discordo" n=38; "Discordo totalmente" n=21), mas 50 expressaram concordância ("Concordo" n=38; "Concordo totalmente" n=12). De forma semelhante, a questão "Em termos gerais, estou inclinado/a a sentir que sou um falhado/a" foi rejeitada por 76 participantes ("Discordo" n=49; "Discordo totalmente" n=27), embora 33 tenham manifestado alguma concordância ("Concordo" n=24; "Concordo totalmente" n=9).

Por fim, o item sobre atitudes gerais positivas ("Tomo uma atitude positiva perante mim mesmo/a") revelou uma percepção favorável, com 95 participantes a relatarem concordância (n=71 "Concordo" e n=24 "Concordo totalmente") e apenas 14 a discordarem em algum grau ("Discordo" n=13; "Discordo totalmente" n=1).

Figura 3

Resultados para os itens da autoestima segundo a Escala de Rosenberg (1965)



Assim, é possível afirmar, que os resultados evidenciam uma autoestima predominantemente positiva entre os participantes, com a maioria a manifestar atitudes positivas perante si mesmos/as. Contudo, foram identificadas em itens específicos algumas fragilidades emocionais, o que sublinha a necessidade de explorar estratégias para reforçar a confiança em si mesmos e a valorização pessoal em certos casos.

A escala de autoestima apresentou uma boa consistência interna para esta amostra, com um valor de Alfa de Cronbach de 0,83. A média de autoestima da amostra foi de 28.72 (± 4.92), o que se revela positivo. Contudo, as raparigas registaram um valor médio (28.11) ligeiramente inferior ao dos rapazes (29.68). O test T de Student dá um valor próximo do nível de significância ($p=0.054$), pelo que esta diferença tende a ser significativa e merece ser considerada.

4.2.2. Análise dos Dados da Escala de Inteligência Emocional de Wong e Law (2002)

No âmbito da aplicação da Escala de Inteligência Emocional de Wong e Law (2002), verificou-se que, de forma geral, os participantes tendem a apresentar inteligência emocional satisfatória. Observando os 16 itens da escala na figura 3, de baixo para cima, os primeiros quatro itens correspondem à avaliação das próprias emoções, os itens 5 a 8 dizem respeito à avaliação das emoções dos outros, os quatro itens seguintes reportam-se ao uso das emoções e os últimos quatro correspondem à regulação das emoções. De seguida, procede-se a apresentação dos resultados, na Figura 4.

Na dimensão da *avaliação das próprias emoções*, no item "Na maioria das vezes tenho uma boa noção das razões pelas quais tenho certos sentimentos", a maioria dos participantes (n=77) indicou concordância (n=56 "Concordo" e n=21 "Concordo fortemente"), enquanto 15 evidenciaram dificuldades (n=10 "Discordo" e n=5 "Discordo fortemente") e 17 mantiveram neutralidade (Não discordo nem concordo). Relativamente ao item "Compreendo bem as minhas emoções", 55 participantes concordaram (N=42 "Concordo" e N=13 "Concordo fortemente"), enquanto 25 revelaram dificuldades (N=17 "Discordo" e N=8 "Discordo fortemente") e 29 mantiveram-se neutros. No que diz respeito ao item "Compreendo verdadeiramente o que sinto", 68 participantes apresentaram percepções positivas (n=53 "Concordo" e n=15 "Concordo fortemente"), mas 21 evidenciaram dificuldades (n=13 "Discordo" e n=8 "Discordo fortemente") e 20 mantiveram neutralidade. De forma semelhante, no item "Sei sempre se estou ou não contente", 66 participantes concordaram (n=45 "Concordo" e n=21 "Concordo fortemente"), enquanto 21 apresentaram dificuldades (n=12 "Discordo" e n=9 "Discordo fortemente") e 22 permaneceram neutros.

Na dimensão da *avaliação das emoções dos outros*, que podemos considerar no domínio da empatia, o item "Reconheço as emoções dos meus amigos através do seu comportamento" revelou que 75 participantes concordaram (n=46 "Concordo" e n=29 "Concordo fortemente"), com apenas 13 a apresentarem dificuldades (n=8 "Discordo" e n=5 "Discordo fortemente") e 21 a adotarem neutralidade. Relativamente ao item "Sou um bom observador das emoções dos outros", 76 participantes concordaram (n=40 "Concordo" e n=36 "Concordo fortemente"), enquanto 11 evidenciaram dificuldades (n=6 "Discordo" e n=5 "Discordo fortemente") e 22 mantiveram-se neutros. No item "Sou sensível aos sentimentos e emoções dos outros", 61 participantes apresentaram concordância (n=36 "Concordo" e n=25 "Concordo fortemente"), 22 evidenciaram dificuldades (n=15 "Discordo" e n=7 "Discordo fortemente") e 26 permaneceram neutros. Por outro lado, o item "Compreendo bem as emoções das pessoas que me rodeiam" destacam-se 76 participantes com respostas positivas (n=55 "Concordo" e

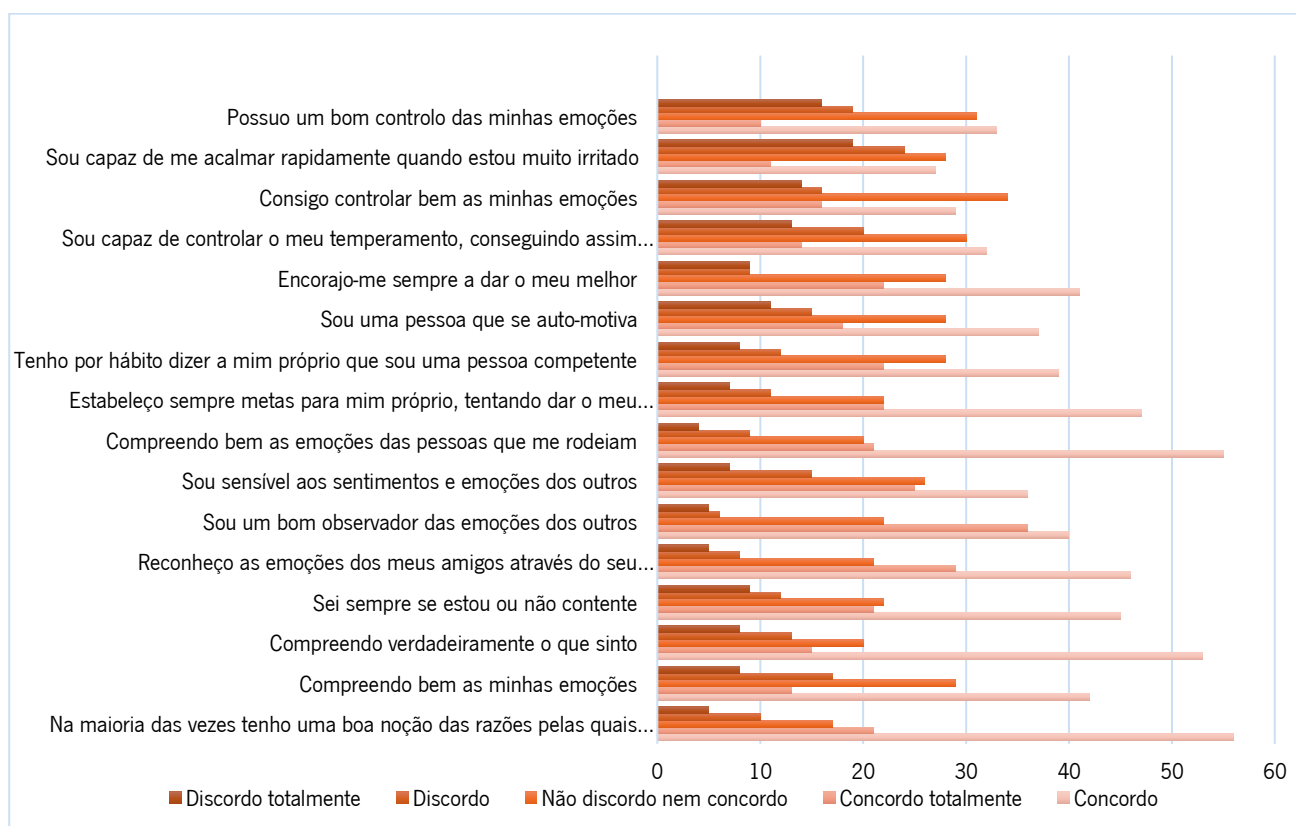
n=21 "Concordo fortemente"), enquanto 13 apresentaram dificuldades (n=9 "Discordo" e n=4 "Discordo fortemente") e 20 adotaram neutralidade.

No que se refere ao *uso das emoções*, cujo itens denotam a automotivação, o item "Estabeleço sempre metas para mim próprio, tentando dar o meu melhor para as atingir" indicou que 69 participantes concordaram (n=47 "Concordo" e n=22 "Concordo fortemente"), enquanto 18 evidenciaram dificuldades (n=11 "Discordo" e n=7 "Discordo fortemente") e 22 mantiveram-se neutros. No item "Tenho por hábito dizer a mim próprio que sou uma pessoa competente", 61 participantes relataram concordância (n=39 "Concordo" e n=22 "Concordo fortemente"), enquanto 20 apresentaram dificuldades (n=12 "Discordo" e n=8 "Discordo fortemente") e 28 assumiram neutralidade. Relativamente ao item "Sou uma pessoa que se auto-motiva", 55 participantes apresentaram percepções positivas (n=37 "Concordo" e n=18 "Concordo fortemente"), mas 26 revelaram dificuldades (n=15 "Discordo" e n=11 "Discordo fortemente") e 28 mantiveram-se neutros. O item "Encorajo-me sempre a dar o meu melhor" revelou que 63 participantes concordaram (n=41 "Concordo" e n=22 "Concordo fortemente"), com 18 a discordarem (n=9 "Discordo" e n=9 "Discordo fortemente") e 28 a adotarem neutralidade.

No que diz respeito à *regulação das emoções*, os resultados demonstraram maior dificuldade. No item "Sou capaz de controlar o meu temperamento, conseguindo assim lidar com as dificuldades de forma racional", apenas 46 participantes apresentaram concordância (n=32 "Concordo" e n=14 "Concordo fortemente"), enquanto 33 evidenciaram dificuldades (n=20 "Discordo" e n=13 "Discordo fortemente") e 30 mantiveram neutralidade. Relativamente ao item "Consigo controlar bem as minhas emoções", 45 participantes indicaram concordância (n=29 "Concordo" e n=16 "Concordo fortemente"), mas 30 apresentaram dificuldades (n=16 "Discordo" e n=14 "Discordo fortemente") e 34 mantiveram-se neutros. No item "Sou capaz de me acalmar rapidamente quando estou muito irritado", apenas 38 participantes apresentaram respostas positivas (n=27 "Concordo" e n=11 "Concordo fortemente"), enquanto 43 evidenciaram dificuldades (n=24 "Discordo" e n=19 "Discordo fortemente") e 28 adotaram neutralidade. Finalmente, o item "Possuo um bom controlo das minhas emoções" destacou 43 participantes com percepções positivas (n=33 "Concordo" e n=10 "Concordo fortemente"), enquanto 35 apresentaram dificuldades (n=19 "Discordo" e n=16 "Discordo fortemente") e 31 mantiveram neutralidade.

Figura 4

Resultados da escala de inteligência emocional de Wong e Law (2002)



Contudo, os resultados evidenciam diferenças significativas em algumas dimensões, tais como a automotivação, o controlo emocional e a empatia.

De forma geral, os resultados indicam maior facilidade no domínio do autoconhecimento emocional e da perceção das emoções dos outros ou empatia, enquanto a autogestão emocional revelou-se como um aspeto mais desafiante para os participantes, com uma proporção significativa a relatar dificuldades.

A escala de inteligência emocional revelou uma boa consistência interna para a amostra, com um valor de Alfa de Cronbach de 0,94. O valor médio foi de 55.14 (± 13.19) para um máximo de 80, o que se revela positivo. As raparigas registaram valores de média inferiores ao dos rapazes na maioria dos itens, excetuando-se “Sou sensível aos sentimentos e emoções dos outros”, “Sou capaz de controlar o meu temperamento conseguindo assim lidar com as dificuldades de forma racional”, “Sou capaz de me acalmar rapidamente quando estou muito irritado” e “Possuo um bom controlo das minhas

emoções”. O test T de Student indica-nos diferenças significativas para os itens: “compreendo bem as minhas emoções” ($t = -1.952$; $p = 0,027$); “Sou sensível aos sentimentos e emoções dos outros” ($t = 1.850$; $p = 0,034$); “Sou uma pessoa que se auto-motiva” ($t = -1.945$; $p = 0,027$); e “Encorajo-me sempre a dar o meu melhor” ($t = -1.854$; $p = 0,033$).

4.3. Relações de namoro

4.3.1. Perceções dos jovens em acolhimento residencial sobre o conceito de relação de namoro

O presente subcapítulo tem como objetivo descrever as perceções dos participantes relativamente às relações de namoro. Quando convidados a descrever abertamente como entendem que deve ser um relacionamento de namoro, os participantes expressaram ideias amplamente baseadas em valores como respeito, confiança, comunicação e reciprocidade.

As respostas recolhidas foram analisadas e agrupadas em categorias, de forma a organizar as perceções dos jovens (Quadro 3). Cada categoria reflete valores, experiências e expectativas partilhadas pelos jovens sobre o que constitui um relacionamento de namoro. Importa referir que alguns jovens apresentaram respostas que abrangem mais do que uma categoria e, ainda, 25 apresentaram respostas vagas e pouco desenvolvidas, tais como “*não sei*”, “.”, “*não quero responder*”.

Quadro 3

Categorias para o conceito de relação de namoro

Categoria	Respostas dos jovens
1. Respeito e Consideração Mútua (n=41)	<i>“A base do namoro tem que estar no respeito”</i> <i>“As duas pessoas devem-se respeitar e gostar um do outro mutuamente, mantendo um relacionamento de amizade acima da relação de romance”</i> <i>“Respeitar as opiniões, os limites e as diferenças do parceiro é crucial. Cada um deve valorizar o outro como indivíduo único, com seus próprios interesses e perspetivas”</i>
	<i>“Um relacionamento de jovens deve ser de confiança, ou seja, cada uma das partes deve ter uma confiança inabalável perante a outra parte para que consigam progredir sobre o namoro”.</i>

2. Confiança e transparência (n=1)	
3. Amor, Cuidado e Afeto (n=15)	<i>"A pessoa me deve tratar bem e demonstra afeto"</i> <i>"Uma relação deve ser saudável, ter contacto físico e compreensão com o outro"</i> <i>"Os jovens devem aproveitar o tempo que passam juntos, compartilhando experiências divertidas e construindo memórias felizes"</i>
4. Comunicação e Compreensão (n=5)	<i>"Um bom relacionamento tem de ter por base uma boa comunicação"</i> <i>"Comunicação: Os jovens devem se comunicar abertamente e honestamente, compartilhando seus sentimentos, ideias e preocupações"</i> <i>Temos que ter confiança um no outro devemos ter respeito pelo que o outro diz e respeitar sempre a palavra do outro e quando não concordarmos sentar nós para conversar"</i>
5. Igualdade e Equilíbrio no Relacionamento (n=5)	<i>"Um relacionamento de namoro deve ser saudável e acolhedor, ou seja, 50% de amor, empatia, etc.... pelo Homem/Rapaz e 50% da Mulher/Rapariga"</i>
6. Compromisso e Responsabilidade (n=9)	<i>"É um processo. Devem sempre começar devagar e ir-se permitindo criar uma amizade forte e só depois talvez começar a namorar na base da confiança, lealdade e honestidade"</i>
7. Crescimento pessoal e relacional (n=4)	<i>"O relacionamento deve ser um lugar de respeito, onde aprendemos a ser dois em um, compartilhando sentimentos, momentos, dificuldades, conquistas. o namoro é um lugar onde nos evolui como pessoa e nos ajuda a lidar com muitas situações e emoções"</i> <i>"Um relacionamento de namoro deve ser onde as duas partes trabalham em conjunto para prosperar dentro da relação e cada um na sua vida pessoal, quando os interesses, objetivos, gostos, hábitos são semelhantes e exista sempre confiança e comunicação uma relação prospera o inverso causa afastamento e na maioria dos casos o fim do relacionamento".</i>
8. Estabilidade e Segurança (n=3)	<i>"Saudável e estável"</i>

¹ A confiança surge em várias respostas dos jovens, não apenas como um conceito isolado, mas integrada noutras categorias. Embora tenha sido identificada apenas uma resposta que menciona a confiança de forma exclusiva, foi perceptível que muitos jovens a incorporaram como um elemento essencial nas suas opiniões sobre relacionamentos.

9. Liberdade e Autonomia (n=1)	“Um relacionamento de namoro deve ser livre”.
--------------------------------	---

4.3.2. Itens para Avaliação da Violência no Namoro

Dos 109 participantes, 94 afirmaram já ter tido um/a namorado/a ou estado envolvidos numa relação afetiva, enquanto 15 referiram que nunca tiveram essa experiência. Assim, ao identificar que a grande maioria dos participantes tem ou teve uma experiência deste género, é possível explorar, de forma mais direcionada, os comportamentos, percepções e padrões relacionados com a violência no namoro.

A análise dos Itens para *Avaliação da Violência no Namoro* permitiu identificar diferentes padrões comportamentais e dinâmicas nos relacionamentos amorosos dos jovens. A figura 5 mostra-nos os resultados desta avaliação, com base nas respostas fornecidas pelos jovens.

No que respeita ao *receio em relação ao comportamento do/a namorado/a*, verificou-se que 32 participantes afirmaram nunca ter sentido medo, enquanto 18 referiram senti-lo raramente e 30 indicaram que tal situação ocorreu algumas vezes. Apenas 9 participantes relataram que o receio era frequente, e 4 mencionaram sentir medo constantemente. Adicionalmente, para 5 participantes, esta questão não era aplicável.

Relativamente ao *medo da reação do/a parceiro/a* em situações de discordância, 38 participantes declararam nunca ter sentido medo, enquanto 22 referiram que isso ocorre raramente e 17 indicaram que acontece algumas vezes. Por outro lado, 9 participantes mencionaram que tal acontece frequentemente e 6 relataram sentir medo de forma constante. Para 5 pessoas, esta questão não era aplicável.

No que respeita à percepção de *desconsideração dos sentimentos por parte do/a parceiro/a*, 43 participantes indicaram nunca ter experienciado essa situação, 21 mencionaram que tal ocorre raramente e 14 afirmaram que acontece algumas vezes. Ainda assim, 6 participantes referiram que essa situação acontece frequentemente, e 8 declararam que é recorrente. Outros 6 consideraram esta questão não aplicável.

Relativamente à *ridicularização frequente por parte do/a parceiro/a*, 57 participantes afirmaram que nunca vivenciaram tal comportamento, 16 indicaram que isso ocorre raramente e 10 relataram que tal acontece algumas vezes. Apenas 4 referiram que ocorre frequentemente, e 3 indicaram que é constante. Para 8 participantes, a questão não se aplicava.

Quanto à *ridicularização na presença de amigos*, 72 participantes mencionaram nunca ter sido alvo desse comportamento, 7 afirmaram que tal ocorre raramente, 4 indicaram que acontece algumas vezes, e 3 relataram que ocorre tanto frequentemente como sempre. Outros 9 consideraram a questão não aplicável.

No que toca a *ameaças de agressão*, a maioria dos participantes (n=75) afirmou nunca ter vivenciado tal situação. Contudo, 8 indicaram que isso ocorre raramente, 6 mencionaram que aconteceu algumas vezes, e 3 declararam que acontece frequentemente. Para 6 participantes, esta questão não era aplicável.

Relativamente às *agressões físicas*, 78 participantes referiram nunca ter experienciado tal situação, enquanto 5 mencionaram que isso ocorreu raramente, 6 indicaram que aconteceu algumas vezes, e 2 referiram que acontece sempre. Outros 7 participantes consideraram esta questão não aplicável.

No que respeita à *pressão do/a parceiro/a para ter relações sexuais*, 72 participantes declararam nunca ter passado por tal situação, 7 referiram que isso ocorre raramente, 4 indicaram que acontece algumas vezes, 3 mencionaram que ocorre frequentemente e 4 afirmaram que é recorrente. Para 8 participantes, esta questão não era aplicável.

Sobre o *receio de recusar relações sexuais*, 71 participantes afirmaram nunca sentir esse medo, 8 referiram que tal ocorre raramente, 5 mencionaram que acontece algumas vezes, 4 indicaram que isso ocorre frequentemente, e 3 afirmaram que é constante. Outros 7 participantes consideraram esta questão não aplicável.

Relativamente à *convivência social prejudicada por ciúmes ou comentários do/a parceiro/a*, 63 participantes afirmaram nunca ter experienciado tal situação, 10 referiram que ocorre raramente, 8 mencionaram que acontece algumas vezes, 3 declararam que acontece frequentemente, e outros 3 indicaram que tal é constante. Para 10 participantes, esta questão não era aplicável.

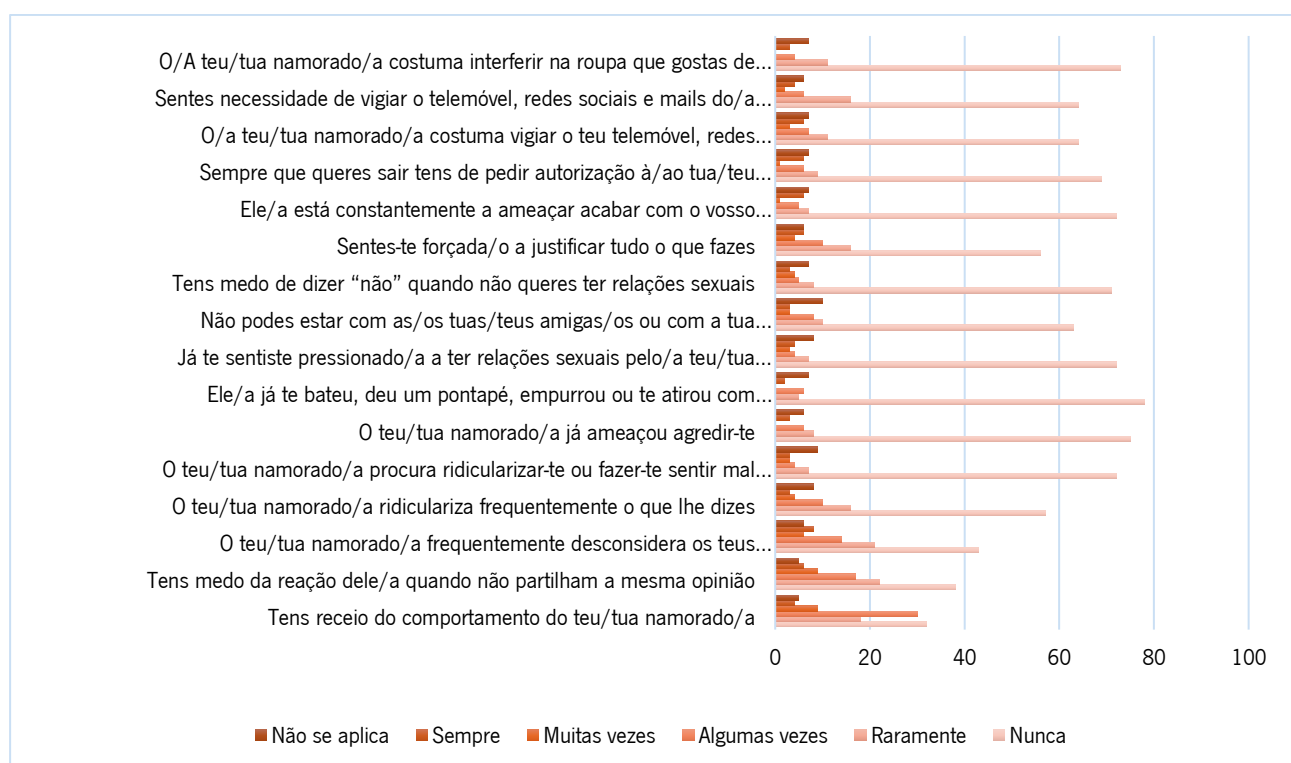
Sobre a necessidade de *justificar todas as ações ao/à parceiro/a*, 56 participantes declararam nunca ter sentido essa imposição, 16 afirmaram que isso ocorre raramente, 10 indicaram que acontece algumas vezes, 4 referiram que acontece frequentemente, e 6 relataram que é algo constante. Para 6 participantes, a questão não se aplicava.

Relativamente à interferência na *escolha de vestuário por parte do/a parceiro/a*, 73 participantes afirmaram nunca ter experienciado esse comportamento, enquanto 11 mencionaram que isso ocorre raramente, 4 indicaram que acontece algumas vezes, e 3 referiram que é constante. Outros 7 participantes consideraram esta questão não aplicável.

Por último, no que diz respeito à necessidade de *vigiar os dispositivos do/a parceiro/a*, 64 participantes indicaram nunca ter sentido tal necessidade, enquanto 16 afirmaram que isso ocorre raramente, 6 mencionaram que acontece algumas vezes, 2 referiram que ocorre frequentemente, e 4 declararam que é algo constante. Para 6 participantes, esta questão não era aplicável.

Figura 5

Resultados da avaliação da Violência no Namoro



Este conjunto de dados reflete uma diversidade de experiências nas relações dos jovens participantes, variando entre situações sem sinais de controlo ou violência e outras em que comportamentos abusivos são mais recorrentes e preocupantes.

Para a avaliação da violência no namoro, a escala que construímos revelou um valor de Alfa de Cronbach de 0.96, o que nos mostra uma boa confiabilidade. Apesar de ser ter verificado uma grande maioria de relacionamentos sem violência, as raparigas denotam maior frequência de situações de receio do comportamento do/a namorado/a, de serem ridicularizadas pelos/as mesmos/as, de ameaças de agressão física, pressão para ter relações sexuais e ciúmes. No entanto, as diferenças entre os sexos não foram significativas.

4.4. Relações de namoro em contexto de Acolhimento Residencial

4.4.1. Desafios e oportunidades nas relações de namoro em contexto de acolhimento

As relações afetivas e de namoro entre jovens em casas de acolhimento não constituem uma experiência generalizada, mas representam uma realidade vivida por alguns, conforme demonstrado nos resultados obtidos. Entre os 109 participantes no estudo, 41 relataram ter experienciado uma relação afetiva e/ou de namoro no contexto da casa de acolhimento onde residem, enquanto 68 indicaram não ter tido qualquer envolvimento amoroso nesse ambiente.

No que respeita à experiência dos jovens relativamente ao namoro em casas de acolhimento, foram identificadas diversas categorias e subcategorias que permitem organizar tanto os desafios como os aspetos positivos destas experiências. Estas dimensões estão devidamente representadas no Quadro 4, facilitando uma compreensão mais aprofundada das vivências relatadas.

Quadro 4

Categorias e subcategorias sobre as experiências de namoro na casa de acolhimento

Categoria	Subcategoria Respostas dos jovens
1. Fatores relacionais (n=11)	1.1) Ciúmes (n=3) - “Maior desafio: combater os seus ciúmes, aspeto positivo: era bom na cama.” - “Ele tinha ciúmes de tudo, tipo eu não gostava.” - “Nunca dava certo porque ele tinha ciúmes.”
	1.2) Apoio, suporte emocional e companheirismo (n=1) - “Os aspetos positivos é que sempre posso estar com ele independentemente da hora. o bom é que temos sempre a ajuda um do outro caso precise de algo. podemos sempre estar ligados sem qualquer impedimento.”
	1.3) Experiência positiva sobre a relação estabelecida (n=4) - “Um relacionamento respeitoso, recíproco, carinhoso. relativamente aos desafios, considero nenhum.” - “Embora não considere isto um relacionamento afetivo, já tive um "caso" com uma pessoa da instituição. Sentimos uma pequena atração um pelo outro o que nos levou a ter algo muito embora esse algo não tivesse chegado a um relacionamento. De qualquer forma o nosso maior receio no início era que por

	sermos da mesma casa de acolhimento as coisas entre nós poderiam ou não dar em algo uma vez que temos uma equipa técnica e educativa com quem devemos também informar sobre as coisas que estamos a vivenciar no momento. Foi um pequeno relacionamento saudável onde ambos tínhamos respeito e confiança um pelo outro para que aquilo desse certo. Não decidimos avançar para algo mais (relacionamento afetivo) porque ambos conversamos e percebemos que ainda não era a hora certa até porque tínhamos objetivos diferentes para as nossas vidas.” - “Eu namoro com um rapaz que era daqui da casa, mas ele saiu porque foi para uma casa de autonomia daqui da instituição e até agora esta a correr bem e já fizemos 2 anos.” 1.4) Aprendizagem e crescimento pessoal (n=3) - “Foi simplesmente a melhor coisa que aconteceu. ela me ajudou a ser melhor a cada dia, me ensinou o que é o verdadeiro amor, me fez enxergar a vida com outros olhos, ou melhor, a vida ao lado de quem você escolhe para viver a sua vida. contudo, claro que tivemos desafios, mas nada que fosse impossível de reverter. no início tivemos de esconder um pouco até certo ponto. mas assumimos e deu tudo certo. é só respeitar e ter consenso.” - “A verdade foi muito curto mas acho que aprendi muitas coisas que vou procurar não voltar a acontecer num próximo relacionamento.”
2. Fatores institucionais (n=9)	2.1) Discriminação por parte da equipa educativa (n=1) - “Muita homofobia, não me deixavam estar com ela, trocaram os horários de tudo para nós não nos encontrarmos em nenhum momento (até, mesmo para ir buscá-la a escola), não podia nem vê-la mesmo de longe. Simplesmente contacto 0, sempre me diziam que ela não gostava de mim e foi um dos motivos pelo qual acabamos. Olha, faltava a escola para estar com ela ou fugia daqui para estar com ela. Quando me autorizaram a estar com ela tínhamos 5 minutos, numa sala, sentada na mesa, não podíamos encostar uma na outra, as mãos sempre visíveis, depois autorizaram que estivéssemos no sofá, mas não podíamos encostar uns nos outros.” 2.2) Pressões externas para o término do relacionamento (n=1) - “Não foi muito aceite, mas agradeço a pressão que me faziam, porque era um pré-adolescente que estava a experimentar outro tipo de sensações e não tinha maturidade para estar numa relação.”

	2.3) Dificil adaptação (n=1) - “Foi difícil a minha adaptação com a ela no começo.” 2.4) Resistência por parte da equipa educativa (n=6) - “Conseguíamos ver todos os dias mais não podíamos estar juntos.” - “Foi um pouco estranha pois mal estávamos juntos para não dar muito nas vistas pois aqui é proibido namorar entre nós.” - “Os maiores desafios é que nós não podemos namorar nem podemos ter saídas juntas.” - “Sentia-me feliz, maiores desafios foi esconder das minhas técnicas.” - “O maior desafio foi aceitar o nosso namoro e o aspeto positivo foi acreditar que valia a pena.” - “O maior desafio foi lidar com as técnicas em certos aspetos. Foi uma experiência nova.”
3. Fatores relacionais e institucionais (n=7)	3.1) FR: Maior proximidade e convivência FI: Resistência por parte da equipa educativa (n=3) - “O maior desafio de assumir o relacionamento foi ter que controlar a reação da equipa educativa e das técnicas, fazer ver que isto pode acontecer de forma livre e que é uma coisa normal entre pessoas. O aspeto positivo é que fomos de certa forma aceites e tivemos oportunidade de estar juntos e ser vistos como pessoas livres. Como relacionamento temos oportunidade de estar juntos e podemos estar a vontade de forma respeitosa e podemos estar a viver de forma tranquila.” - “O maior desafio dentro de um namoro sobre a mesma instituição foi as regras impostas, ou seja, não podíamos demonstrar o afeto que tínhamos, sempre que fosse para sair não tínhamos muitos lugares para ir, mas, entretanto, também haviam pontos positivos tais como a aproximação, o sabermos como aquela pessoa se comporta e etc.” - “Aspetos positivos- podíamos estar juntas todos os dias, desafios- conseguirmos estar juntas mesmo as pessoas à nossa volta tentassem nos separar.” 3.2) FR: Problemas no relacionamento FI: Controlo do parceiro/a (n=1) - “Maiores desafios dessa relação: saídas e comportamentos que eu não apreciava no meu namorado. Aspetos positivos: estarmos dentro da mesma casa e acabava sempre por saber o que ele fazia de bom ou de mal.” 3.3) FR: Apoio e companheirismo FI: Preconceito por parte da equipa educativa (n=1)

	- “Os maiores desafios foi o fato das técnicas da casa terem preconceito e procurarem sempre um motivo para nos afastar, os aspetos bons é poder estar mais perto e poder cuidar uma da outra e sempre que alguma de nós precisar de ajuda com algum trabalho nós estamos lá.” 3.4) FR: Problemas na gestão do relacionamento FI: Maior proximidade e convivência (n=2) - “Maiores desafios dessa relação: saídas e comportamentos que eu não apreciava no meu namorado. Aspetos positivos: estarmos dentro da mesma casa e acabava sempre por saber o que ele fazia de bom ou de mal.” - “Um dos desafios no relacionamento foi definitivamente a falta de comunicação, tanto ele como eu tínhamos bastantes dificuldades com a comunicação. O aspeto mais positivo foi definitivamente o facto de nos podermos ver todos os dias e passarmos o tempo todo juntos.”
4) Experiência negativa ou indiferente (n=7)	4.1) Experiência negativa (n=5) - “Sim, mas é um Sim cru, porque apercebi-me que ter uma relação dentro de uma casa de acolhimento não é muito boa. Gera muitos problemas e todos se querem meter nesses problemas. Eu próprio cansei-me de estar com essa pessoa pq estávamos sempre no mesmo sítio a toda a hora, sempre juntos e apercebi-me que não é esse tipo de relacionamento que queria. Relacionamentos mudam pessoas, principalmente em casas de acolhimento.” - “Horrível.” - “Péssima.” - “Não houve nenhum só houve pontos negativos.” - “Relacionamento entre dois jovens que não tinham maturidade nem cabeça suficiente para gerir e ter uma relação, onde um se empenhou muito mais que o outro, foi bom nos bons momentos acabou pelos motivos errados, desse relacionamento só tirei força e aprendizado mas sim de certa forma tornou-me uma pessoa mais desconfiada.” 4.2) Indiferença (n=1) - “Se se derem bem os dois, pode ser fixe mas pelos vistos é sempre melhor arranjar pessoas de fora.” 4.3) Relacionamento pouco significativo (n=1) - “Ficar só por ficar mesmo nada de especial.”

4.4.2. Regras de namoro em casas de acolhimento: perspetivas dos jovens e propostas de melhoria e desafios

Foi explorada a forma como os jovens percecionavam as normas atuais sobre relações de namoro em casas de acolhimento, onde foi possível observar que 17 participantes concordavam totalmente, considerando as regras justas e eficazes, 24 afirmaram concordar que estas eram adequadas, enquanto um número significativo (n=37), referiu desconhecer as normas existentes. Por outro lado, 20 discordaram e defenderam que estas precisavam de melhorias, enquanto 11 consideraram-nas completamente desadequadas.

No que toca à forma como as relações de namoro são tratadas na casa de acolhimento, apenas 17 jovens referiram que estas são aceites e apoiadas. 29 participantes, afirmaram que os relacionamentos de namoro são tolerados, mas não incentivados. Outros 20 indicaram que as relações não são aceites e são desencorajadas. Adicionalmente, 18 defenderam que a forma como as relações de namoro eram tratadas dependia da situação em específico, enquanto 24 não tinham certeza ou desconheciam como as relações eram abordadas na casa de acolhimento onde residiam.

As propostas de melhoria das normas sobre o namoro em casas de acolhimento foram agrupadas em 7 categorias, com base nas respostas dos jovens, tal como descrito no Quadro 5.

Quadro 5

Categorias - Melhorias das normas sobre o namoro em casas de acolhimento

Categoria	Respostas dos jovens
1. Regras mais liberais e igualitárias (n=5)	- “Que todos pudéssemos ter igualdade, um momento a sós (por exemplo: nas saídas). se for minha amiga, podemos estar juntas nas saídas, mas se desconfiarem que temos um relacionamento não.” - “Impor regras iguais para todos os casais.” - “Menos bocas, mais liberdade” - “Estar mais vezes com a pessoa.” - “Menos bocas, e mais liberdade.”
2. Privacidade e espaço (n=2)	- “Dependendo da idade deviam ter mais a sua privacidade e não serem tão pressionados.” - “Devia ser vista doutra forma na parte sexual pois é muito limitada pois não há existência de uma vida sexual dentro desta casa só mesmo fora quando juntos decidimos que queremos que aconteça.”
3. Aceitação e normalização (n=9)	- “Acho que deviam confiar mais um pouco em nós pois nós vivemos 24h sob 24h juntos então acho normal”

	- “Nesse aspecto deveriam ser mais compreensíveis até porque não temos nenhum grau parental e não escolhemos por quem nos apaixonamos.” - “Acho que não deve haver barreiras no sentido de poder haver relações dentro deste tipo de casas. A minha reflexão é que se tentem por na cabeça de um jovem que se apaixone o que é inevitável pois não podemos controlar o que o corpo sente. O 25 de abril foi já há 50 anos e se ainda não avançamos nesta questão alguma coisa está mal.” - "Eu acho que a gente podíamos" - “Por parte das educadoras eu gostava q houvesse uma melhoria de nos aceitarem.” - "serem mais mente abertas." - “Ser menos severas em relação a este tema.” - "Deveriam aceitar mais os relacionamentos entre as meninas nos." - "Aceitar as opiniões e decisões."
4. Limites e respeito (n=3)	- “Haver respeito pelas pessoas que os rodeiam.” - “Acho que se existe uma relação entre duas pessoas na casa é porque essas pessoas sentiram que deveriam avançar com isso. Acho que a instituição em que resido já melhorou muito nesse sentido, contudo, por vezes a equipa técnica e educativa deveria ser mais atenciosa na maneira como fala e como interpreta os acontecimentos. De qualquer forma acho que é um caso que deve ser levado com regras para que as coisas fiquem estabilizadas, não afetando no comportamento ou no bem-estar dos outros residentes da instituição.” - “Não sei tipo deixar namorar, mas não deixar andar aos beijos a frente de td a gente...”
5. Proibição de relacionamentos (n=1)	- “Acho que por ser uma casa de acolhimento não devia de namorar até porque estão a demonstrar as crianças”
6. Impacto psicológico negativo nos jovens (n=2)	- “Eu acredito que namorar dentro de uma casa de acolhimento pode ter efeitos negativos na saúde mental e no comportamento dos jovens envolvidos. A falta de privacidade, a pressão social e a possível exposição a comportamentos inadequados ou até abusivos podem afetar negativamente o bem-estar psicológico dos jovens. Além disso, o ambiente de uma casa de acolhimento pode não ser o ideal para o desenvolvimento saudável de uma relação romântica, já que pode faltar estrutura e suporte para os jovens lidarem com os desafios e complicações inerentes a qualquer relacionamento.” - “São desadequadas porque temos muitos casos de crianças/jovens com traumas abusos sexuais e essas mesmas crianças/jovens estarem a ver casais juntos "agarradinhos" pode despertar um medo. Em alguns casos pode haver crianças/jovens curiosos querem realizar no sigilo práticas sexuais.”
7. Sem opinião Resposta ambígua (n=7)	- “Acrescentar raparigas à casa. Não concordo com a relação entre homens.”

Relativamente à abertura e apoio da equipa educativa para falar sobre relacionamentos de namoro em casas de acolhimento, observou-se que, de um total de 109 participantes, 45 afirmaram que a equipa educativa demonstra abertura para discutir este tema. Este grupo representa a maior parte das respostas, revelando uma visão positiva em relação ao suporte oferecido.

Por outro lado, 44 participantes mencionaram que não sentem abertura por parte da equipa educativa para tratar deste assunto, evidenciando a necessidade de melhorias neste aspeto. Um número mais reduzido, 4 participantes, indicaram que, por vezes ou parcialmente, encontram algum nível de apoio ou abertura para abordar questões sobre relacionamentos afetivos. Adicionalmente, 2 participantes relataram que nunca sentiram necessidade de falar sobre o tema, enquanto 10 preferiram não responder à questão. Por fim, 3 participantes afirmaram que nunca falam com ninguém sobre relacionamentos.

Quadro 6

Perceções dos jovens sobre a abordagem do tema “relações de namoro” com a equipa educativa

Categorias	Resposta do jovem
Jovens que sentem apoio e abertura para falar sobre o tema “relações de namoro” com a equipa educativa (n=45)	- “Sim, a minha educadora de referência.” - “Sim, dependendo da relação que tiver com a pessoa e o a vontade. Por exemplo quando estava triste com algo e falei com uma educadora e ela disse-me que eu não conseguia estar sozinha e que não precisava da validação de um homem para nada.” - “Sim. É um assunto normal.” - “Sim. Costumo falar... pedir ajuda. Normalmente com o X, sinto-me muito à vontade para falar sobre estas coisas.” - “Sinto que quando preciso está alguém disponível.” - “Sim, falo bastantes vezes com a minha educadora de referência.” - “Prefiro falar com uma funcionária pois como elas lidam 24/7 connosco acho que percebem mais as minhas necessidades e sentimentos.” - “Sim, mas não estão preparadas.” - “Sim sempre que possível perguntavam-me como estava a correr, se decorria bem e davam concelhos seja motivacional ou mesmo de ajuda para certas situações de desconforto.” - “Sim, costumo falar muito com as educadoras e com a gestora de caso.” - “Sim, desde a minha técnica à equipa de educadores.” - “É assim quando eu comecei a namorar com o menino daqui ao primeiro teria receio e contar porque tinha medo se iam aceitar ou

	não, mas até aceitaram bem eu sempre tinha a minha técnica para falar sobre tudo.” - “Eu sentia só tinha um pouco de receio as vezes.”
Jovens que não se sentem encorajados para falar sobre o tema “relações de namoro” com a equipa educativa (n=44)	- “Não costumo falar com a equipa sobre estes assuntos” - “Não costumo falar com ninguém. Já pedi capacetes, mas deram-me fora da validade.” - “Não, pois aceitam, mas não estão preparadas suficiente pra falar acerca disso.” - “Nunca foi abordado este tema.” - “Nunca falei com nenhuma doutora sobre relacionamentos.” - “Não tenho muita confiança.” - “Tive apenas um relacionamento e por ser dentro da instituição não me sentia muito bem em compartilhar isso com a equipa educativa e com a equipa técnica, por algum receio muito embora as mesmas nunca me tivessem dito nada acerca desse tema.” - “Não havia ninguém para conversar nesse tema.” - “Nunca tive essa necessidade, porém creio que se hipoteticamente sentisse não iria poder fazê-lo sem que esperasse consequências.” - “Não gosto muito sobre falar da minha vida pessoal sem ser para a minha família e psicóloga.” - “Nunca tive um relacionamento dentro da instituição, mas acho que não contaria porque esse assunto é muito mal visto.”
Jovens que às vezes falam com a equipa educativa sobre o tema “relações de namoro” (n=4)	- “Eu dizia à minha doutora, se podia e assim. Não costumo conversar, só quando estou com alguém aqui no colégio se não nem toco no assunto.” - “Em geral sinto-me à vontade para falar sobre relacionamentos com alguém da equipa da casa mas quando a pessoa envolvida é alguém de dentro da casa não me sinto à vontade pois sei que a equipa irá tentar afastar-me da pessoa e vigiar-nos todo o tempo.” - “Às vezes, pois, não me sinto muito confortável.”
Jovens que nunca falam com ninguém sobre o assunto (n=3)	- “Não falo com ninguém sobre isso.” - “Nunca falo sobre este assunto.” - “Eu nunca falo disso com ninguém. Quando preciso de preservativos peço ao educador.”
Jovens que nunca precisaram de falar sobre o assunto (n=2)	- “Nunca me aconteceu.” - “Acho que nunca precisei falar dos namoros.”

Foram analisadas também as percepções dos participantes relativamente à forma como os adultos valorizam ou desvalorizam os seus sentimentos, especialmente em contexto de relações afetivas ou amorosas. Dos 109 participantes, 16 mencionaram sentir que os adultos desvalorizam os seus sentimentos, o que indica a existência de uma percepção negativa, embora minoritária.

Um grupo significativo, composto por 29 participantes, indicou que, por vezes, os adultos não entendem o que sentem, evidenciando que a comunicação ou empatia pode ser insuficiente em algumas situações. Por outro lado, 32 participantes expressaram que não se sentem desvalorizados, afirmando que os adultos respeitam e valorizam os seus sentimentos. Este grupo demonstra uma visão positiva sobre o papel dos adultos neste contexto. No entanto, outros 32 participantes revelaram não ter uma opinião formada acerca do tema.

4.4.3. Fontes de apoio para esclarecimento de dúvidas sobre relacionamentos afetivos em casas de acolhimento

Procurou-se compreender com que frequência os jovens recorrem a diferentes fontes de informação para esclarecer dúvidas ou abordar preocupações relacionadas com relacionamentos afetivos e de namoro. Foram analisadas diversas fontes, nomeadamente pais/mães, familiares adultos, amigos, educadores de referência, técnicos das casas de acolhimento, professores, profissionais de saúde (enfermeiros e médicos de família), psicólogos e a internet.

Os resultados apresentados na Figura 6, destacam a frequência de utilização de diferentes fontes de informação pelos jovens em casas de acolhimento, em relação ao tema relacionamentos de namoro e/ou afetivos. Em relação aos pais/mães, 20 jovens indicaram recorrer a esta fonte "Sempre", enquanto 16 afirmaram utilizá-la "Muitas vezes". Por outro lado, 41 jovens indicaram "Nunca" recorrer aos pais/mães, e 11 declararam que esta fonte "Não se aplica ao meu caso".

Os outros familiares adultos, como tios e avós, são menos frequentemente referidos, com apenas 10 jovens a indicarem "Sempre" e 11 "Muitas vezes". No entanto, 51 jovens afirmaram "Nunca" utilizar esta fonte, e 13 indicaram que "Não se aplica ao meu caso".

Os amigos destacam-se como uma das fontes mais utilizadas, com 24 jovens a responderem "Sempre" e 26 "Muitas vezes". Apenas 22 participantes afirmaram "Nunca" utilizar os amigos como fonte de informação, enquanto 6 consideraram esta opção "Não se aplica ao meu caso".

Relativamente aos educadores/as de referência, 14 jovens mencionaram utilizá-los "Sempre" e 18 "Muitas vezes". Contudo, 44 jovens indicaram "Nunca" recorrer a esta fonte, e 9 referiram que "Não se aplica ao meu caso".

Os técnicos/as da casa de acolhimento também apresentam resultados semelhantes, com 13 jovens a indicarem "Sempre" e outros 13 "Muitas vezes". Por outro lado, 49 jovens afirmaram "Nunca" recorrer a estes técnicos, enquanto 8 declararam que esta opção "Não se aplica ao meu caso".

Os professores na escola são uma das fontes menos frequentemente utilizadas, com apenas 4 jovens a responderem "Sempre" e 3 "Muitas vezes". Uma maioria significativa, 70 jovens, declarou "Nunca" utilizar os professores como fonte, e 8 indicaram que "Não se aplica ao meu caso".

Quanto aos enfermeiros/as no serviço de saúde, apenas 9 jovens indicaram recorrer a esta fonte "Sempre" e 4 "Muitas vezes". A maior parte dos participantes (n=60) afirmou "Nunca" utilizar esta opção, enquanto 18 consideraram que "Não se aplica ao meu caso".

Os médicos de família apresentam uma tendência semelhante, com apenas 5 jovens a indicarem "Sempre" e 4 "Muitas vezes". Por outro lado, 61 jovens afirmaram "Nunca" recorrer a esta fonte, enquanto 15 declararam que "Não se aplica ao meu caso".

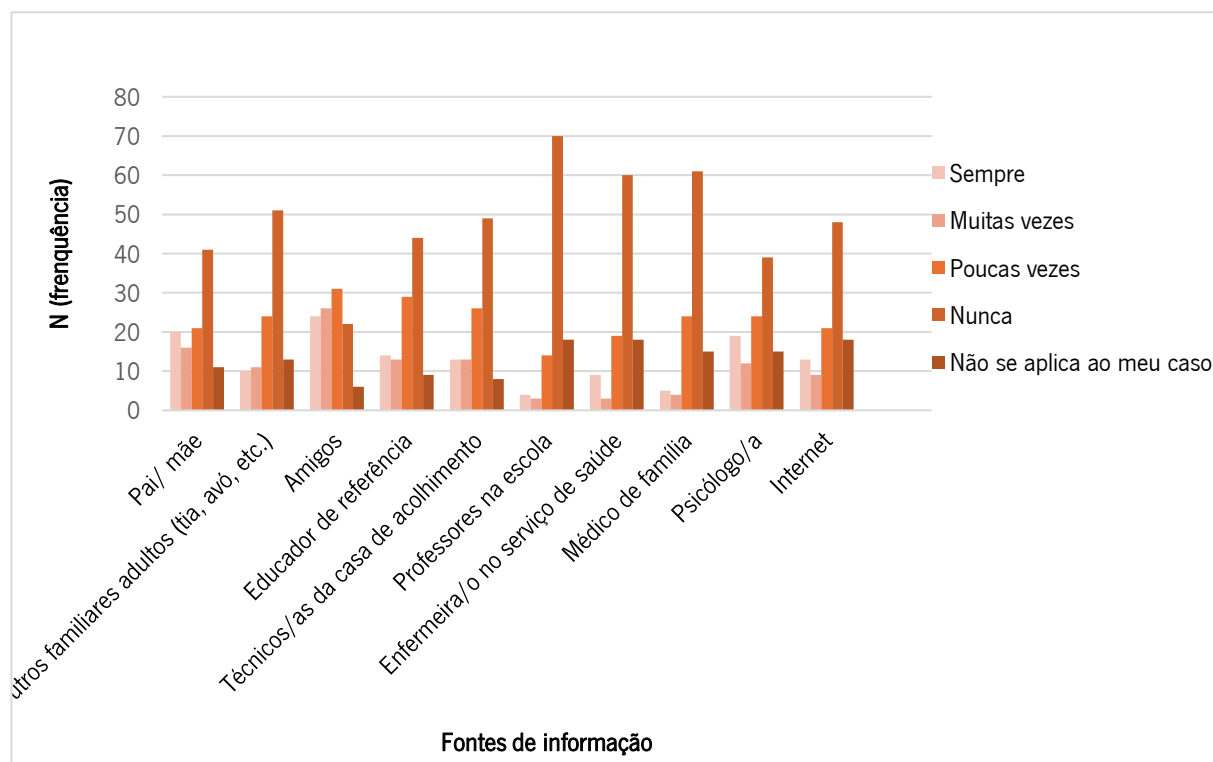
Relativamente aos psicólogos/as, 19 jovens mencionaram utilizá-los "Sempre" e 12 "Muitas vezes". No entanto, 36 jovens declararam "Nunca" recorrer a esta fonte, e 15 indicaram que "Não se aplica ao meu caso".

Por fim, a internet também apresenta resultados variados. Apesar de ser frequentemente acessível, apenas 13 jovens indicaram utilizá-la "Sempre" e 9 "Muitas vezes". Curiosamente, 48 jovens afirmaram "Nunca" recorrer à internet como fonte, enquanto 18 consideraram esta opção "Não se aplica ao meu caso".

De forma geral, os resultados mostram que os amigos são a fonte mais frequentemente utilizada, seguidos pelos educadores/as de referência e pelos técnicos/as da casa de acolhimento. Em contraste, fontes formais, como professores, médicos de família e enfermeiros/as, apresentam elevados números de respostas em "Nunca". Estes dados refletem uma variabilidade na procura e na relevância das diferentes fontes de informação para os jovens em casas de acolhimento.

Figura 6

Frequência de recurso a fontes de informação sobre relacionamentos afetivos



4.5. Sexualidade dos jovens a residir em casas de acolhimento

4.5.1. Temas Relevantes para Sessões de Esclarecimento sobre Sexualidade

No contexto das casas de acolhimento, a educação sexual desempenha um papel crucial no desenvolvimento dos jovens, como já vimos na parte da revisão da literatura. Este suporte é fundamental para capacitar os jovens a estabelecerem relações saudáveis, respeitadas e conscientes, enquanto se previnem comportamentos de risco e situações de abuso. A Figura 7 reflete o nível de concordância dos jovens em relação à abordagem de diversos temas em eventuais sessões de esclarecimento, permitindo identificar as suas necessidades e prioridades.

Relativamente à *noção de família e planeamento familiar*, a maioria dos participantes revelou concordância, com 58 jovens a indicarem “Concordo” e 23 a referirem “Concordo Totalmente”. No entanto, 19 participantes declararam “Discordo” e 9 “Discordo Totalmente”.

No tema amizade, amor e relações amorosas, a tendência foi semelhante, com 58 participantes a responderem “Concordo” e 26 “Concordo Totalmente”. Por outro lado, 18 participantes indicaram “Discordo” e 7 “Discordo Totalmente”.

Em relação aos compromissos, a maioria também demonstrou concordância, com 65 respostas em “Concordo” e 15 em “Concordo Totalmente”. Apenas 19 participantes referiram “Discordo” e 6 “Discordo Totalmente”.

Quando questionados sobre a abordagem de maus-tratos, assédio e abuso sexual, 41 participantes assinalaram “Concordo” e 35 “Concordo Totalmente”. Ainda assim, houve 17 respostas em “Discordo” e 16 em “Discordo Totalmente”.

Na tomada de decisões e suas consequências, os resultados indicam que 59 participantes concordaram e 28 concordaram totalmente, enquanto 15 responderam “Discordo” e 7 “Discordo Totalmente”.

Relativamente à abordagem de diversidade, tolerância, orientação sexual e respeito, 50 participantes indicaram “Concordo” e 24 “Concordo Totalmente”. Em contrapartida, 16 indicaram “Discordo” e 11 “Discordo Totalmente”.

Sobre o tema onde e como procurar ajuda em caso de dúvidas sobre sexualidade, 52 participantes responderam “Concordo” e 24 “Concordo Totalmente”. Por outro lado, 22 indicaram “Discordo” e 11 “Discordo Totalmente”.

Em relação ao esclarecimento acerca de fontes de informação sobre sexualidade, 57 participantes indicaram “Concordo” e 26 “Concordo Totalmente”. Contudo, 16 afirmaram “Discordo” e 10 “Discordo Totalmente”.

Na noção de corpo e imagem corporal, 50 participantes concordaram e 25 concordaram totalmente, enquanto 18 indicaram “Discordo” e 11 “Discordo Totalmente”.

Quanto à noção de sexualidade, 56 participantes indicaram “Concordo” e 27 “Concordo Totalmente”. Por outro lado, 16 afirmaram “Discordo” e 9 “Discordo Totalmente”.

Relativamente às relações sexuais, 55 participantes responderam “Concordo” e 25 “Concordo Totalmente”, enquanto 17 indicaram “Discordo” e 10 “Discordo Totalmente”.

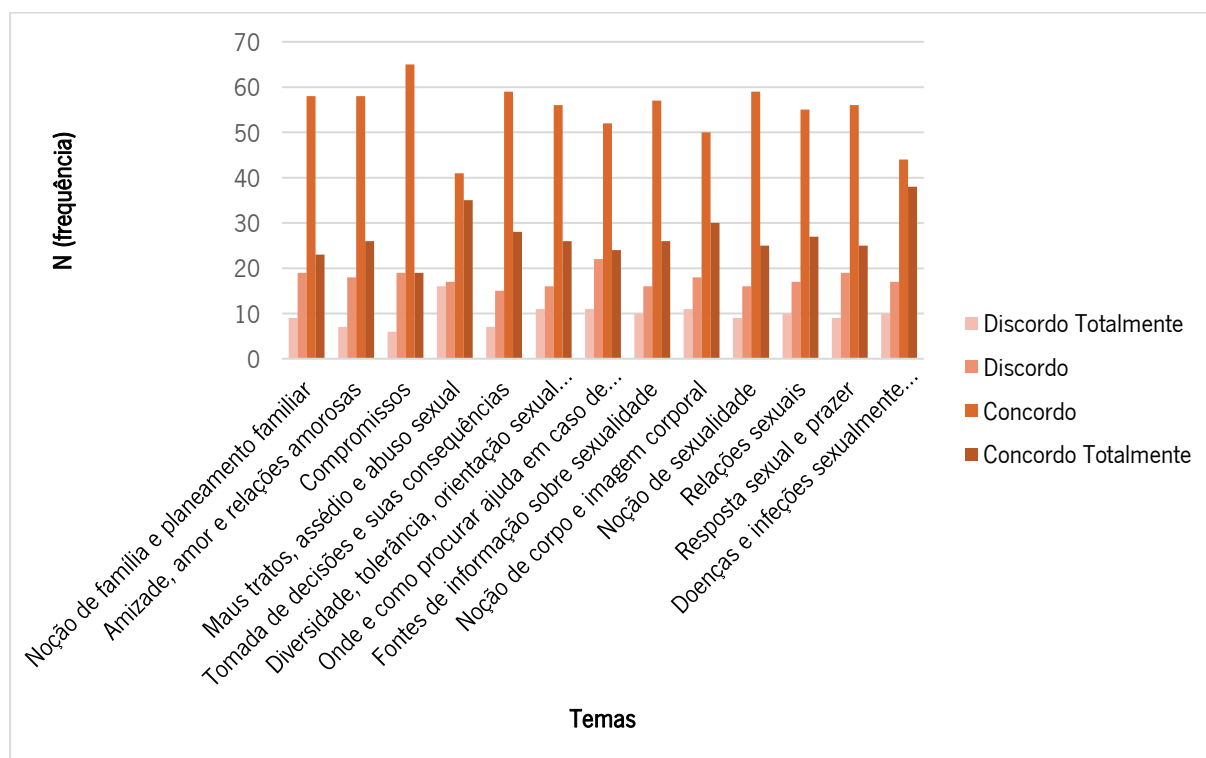
No que respeita à resposta sexual e prazer, 56 participantes indicaram “Concordo” e 25 “Concordo Totalmente”. Em oposição, 19 afirmaram “Discordo” e 9 “Discordo Totalmente”.

Por fim, no tema doenças e infeções sexualmente transmissíveis, 44 participantes concordaram e 38 concordaram totalmente, enquanto 17 responderam “Discordo” e 10 “Discordo Totalmente”.

De forma geral, os resultados revelam uma tendência para os participantes concordarem com os temas apresentados, especialmente no que respeita a compromissos, noção de sexualidade e respeito pela diversidade. Contudo, ainda se verificam alguns níveis de discordância, particularmente em tópicos mais sensíveis como maus-tratos e abuso sexual

Figura 7

Nível de concordância com os temas abordados em possíveis sessões de esclarecimento



4.5.2. Motivações, Sentimentos e Dinâmicas nas Relações Íntimas

Relativamente às questões sexuais, os dados recolhidos permitem uma análise sobre a idade da primeira relação sexual e a diferença de idade entre os jovens e os seus parceiros/as. No que respeita à *idade da primeira relação sexual*, obteve-se 60 respostas positivas, sendo a idade mais frequentemente mencionada os 14 anos, referida por 13 jovens, seguida dos 16 anos, reportados por 10 participantes, e dos 15 anos, indicados por 9. Idades mais precoces, como 12 anos, foram mencionadas por 7 jovens, enquanto os 18 anos também foram reportados por 7 participantes. A ausência de resposta por parte de 49 jovens pode indicar relutância em partilhar esta informação ou ausência de experiência sexual.

No que diz respeito à *diferença de idade entre os jovens e os seus parceiros/as de iniciação sexual*, os resultados indicam que a maioria das relações ocorreu com parceiros/as de idade próxima.

Das 43 respostas válidas, 35 jovens referiram uma diferença de idade de alguns meses a 2 anos. Outros 25 participantes reportaram uma diferença ligeiramente maior, entre 2 e 5 anos mais velhos/as, enquanto apenas 4 jovens mencionaram parceiros/as com mais de 5 anos de diferença. Diferenças em que o parceiro/a era mais novo/a foram raras, sendo mencionadas por apenas 1 jovem em cada uma das categorias (“2 a 5 anos mais novo/a” e “mais de 5 anos mais novo/a”).

Relativamente às *motivações para o início da atividade sexual*, os resultados são apresentados na Figura 7 que ilustra as respostas dos jovens às diferentes razões propostas. A análise revela uma diversidade de motivações e perceções entre os participantes, sendo as mais frequentes: por querer mesmo, por sentir desejo sexual e por estar muito apaixonado/a pela pessoa e ainda por curiosidade.

A curiosidade destacou-se como um motivo polarizante, sendo amplamente rejeitada por 38 jovens que a classificaram como “Totalmente Falsa”, mas considerada “Verdade” por outros 24. Já o motivo “Por queres mesmo” apresentou uma maior aceitação, com 31 jovens a indicarem “Verdade” e 20 a afirmarem “Totalmente Verdade”, evidenciando a importância atribuída à autonomia pessoal.

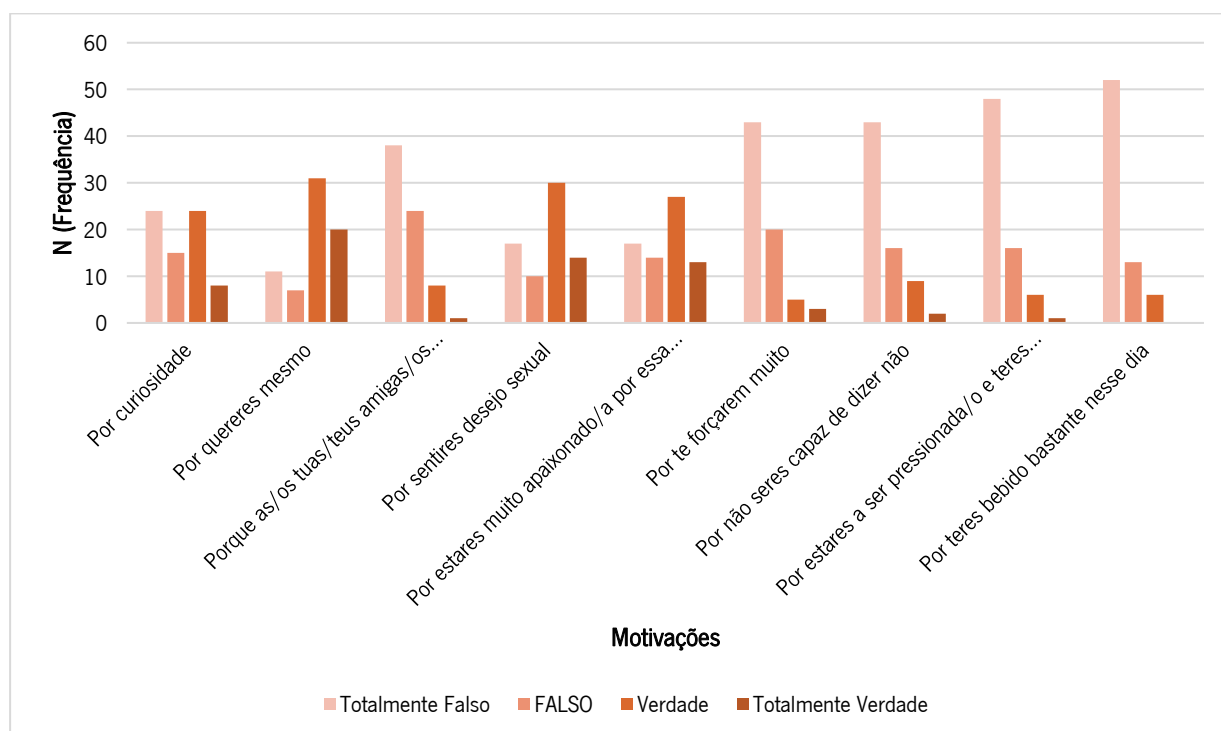
Motivações sociais, como “Porque amigos/as já tinham relações”, foram amplamente rejeitadas, com 38 jovens a classificarem esta razão como “Totalmente Falsa” e apenas 1 a considerá-la “Totalmente Verdade”. Em contraste, razões emocionais, como “Por estares apaixonado/a” e “Por sentires desejo sexual”, obtiveram maior aceitação, com 27 e 30 jovens, respetivamente, a considerarem estas motivações como “Verdade”.

Por outro lado, fatores relacionados com pressão ou constrangimento, como “Por te forçarem muito”, “Por não seres capaz de dizer não” e “Por seres pressionado/a e medo de perder o/a namorado/a”, foram amplamente rejeitados, com a maioria dos jovens a classificarem estas motivações como “Totalmente Falsas”. No caso específico de “Por te forçarem muito”, apenas 5 jovens consideraram esta motivação como “Verdade”.

A Figura 8 reforça estas conclusões, destacando as diferenças entre motivações pessoais e pressões externas, evidenciando a necessidade de abordar temas como consentimento, autonomia e gestão de pressões sociais nas sessões de educação sexual.

Figura 8

Motivações para o início da atividade sexual



A análise dos *sentimentos vivenciados nas relações sexuais* permitiu identificar diferentes experiências emocionais relatadas pelos jovens. A Figura 9 ilustra a frequência com que sentimentos como prazer, amor, sofrimento, humilhação, entre outros, durante as suas relações sexuais, foram reportados.

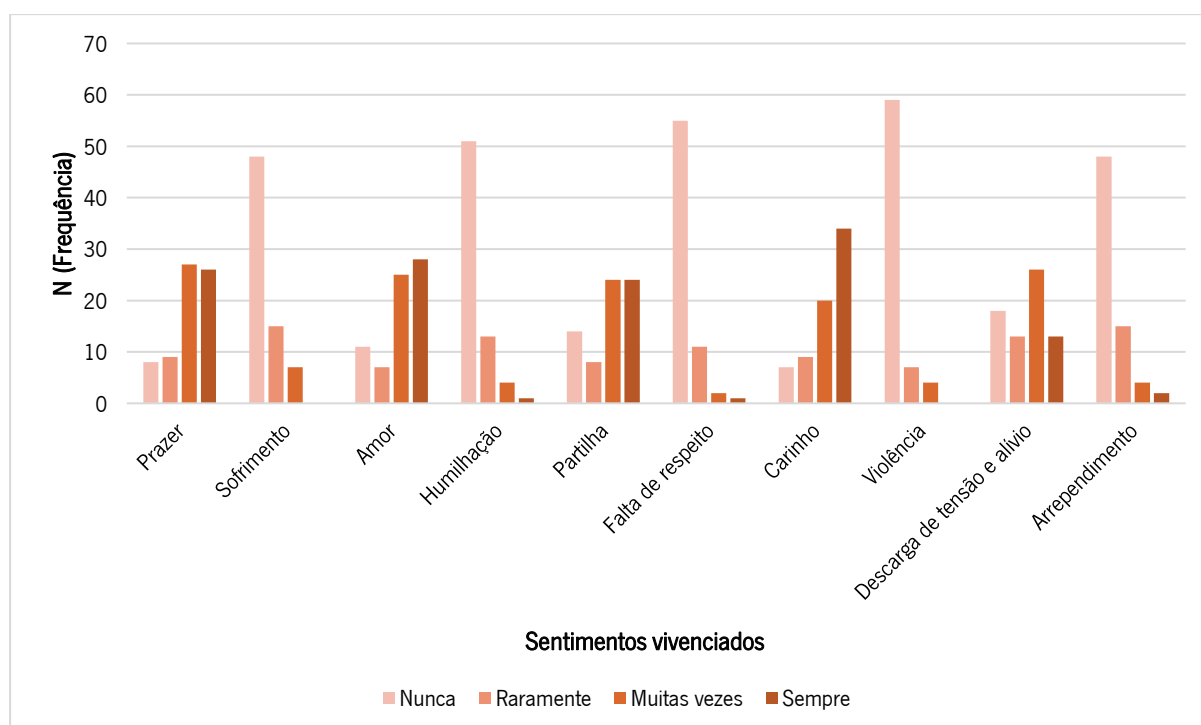
O sentimento de “Prazer” revelou-se predominante, com 27 jovens a indicarem “Muitas vezes” e 26 a reportarem “Sempre”. De forma semelhante, o “Amor” também foi amplamente destacado, com 28 jovens a indicarem “Sempre” e 25 a referirem “Muitas vezes”. Estes dados apontam para experiências positivas associadas às relações sexuais para uma parte significativa dos participantes.

Por outro lado, sentimentos negativos, como “Humilhação”, “Falta de respeito” e “Violência”, foram amplamente rejeitados pelos jovens, com 40 a 55 participantes a indicarem “Nunca”. O “Sofrimento” foi igualmente raro, com apenas 7 jovens a mencionarem que o sentiram “Muitas vezes”. Estes resultados refletem, em geral, uma perceção positiva sobre as experiências dos jovens em termos emocionais.

Ainda assim, é importante destacar que sentimentos como “Carinho” foram muito valorizados, com 34 jovens a indicarem “Sempre”, enquanto emoções mais complexas, como “Descarga de tensão e alívio”, foram reportadas por 26 jovens como ocorrendo “Muitas vezes”.

Figura 9

Sentimentos vivenciados nas suas relações sexuais



Por fim, foi também analisado o *número de parceiros sexuais* dos participantes, que revela uma ampla diversidade de experiências entre estes jovens. Entre os 80 respondentes válidos, 17 indicaram nunca ter tido parceiros sexuais, enquanto 22 referiram ter tido apenas um parceiro, o que constitui o grupo mais representativo. Outros 21 jovens reportaram ter tido entre dois e quatro parceiros, e 20 indicaram já ter tido mais de quatro.

Adicionalmente, 29 participantes não responderam ou não se identificaram com a questão, o que pode estar associado a motivos pessoais, como relutância em partilhar informações, ou à ausência de experiências nesta área.

4.5.3. Utilização de métodos contraceptivos e outras práticas

Após a análise dos dados recolhidos relativamente à utilização de métodos contraceptivos, foi possível identificar o seguinte.

A maioria dos jovens (n=63) afirmou já ter utilizado algum método contraceptivo, enquanto 21 participantes indicaram nunca ter utilizado nenhum. Entre os métodos mais frequentemente mencionados, o preservativo destacou-se como o mais utilizado (n=29), seguido pela pílula (n=13) e a combinação de preservativo e pílula (n=12). Outros métodos (n=7), como o implante contraceptivo (Implanon), DIU e anel vaginal foram referidos com menor frequência.

Relativamente à utilização da pílula do dia seguinte, 12 jovens indicaram já ter recorrido a este método. Por outro lado, a maioria (n=68) referiu nunca ter necessitado de o utilizar. Os motivos incluíram, principalmente, a ausência de uso de qualquer método contraceptivo durante a relação sexual (n=13), o esquecimento da toma da pílula (n=4) e o rompimento do preservativo (n=1).

4.6. Reflexões e opiniões finais sobre relacionamentos de namoro em casas de acolhimento

A última questão aberta do questionário (“Se quiseres partilhar alguma informação adicional sobre a tua experiência ou perspetivas relacionadas com o namoro na casa de acolhimento, podes fazê-lo aqui a seguir.”) teve como objetivo criar um espaço de expressão livre, permitindo que os jovens compartilhassem os seus pensamentos e sentimentos sobre o tema. Apesar de opcional, esta questão revelou uma diversidade de perspetivas, que refletem experiências individuais, opiniões sobre regras e limitações, bem como sugestões para melhorar a abordagem deste tema nas casas de acolhimento.

Para melhor compreensão dos dados obtidos, as respostas foram organizadas em três categorias principais: Experiências Negativas, Sugestões de Melhorias e Indiferença ou Neutralidade. Para enriquecer a análise das respostas abertas, foram atribuídas subcategorias, que serão apresentados no Quadro 7.

Quadro 7

Categorias e subcategorias – Reflexões e opiniões finais

Categoria	Subcategorias	Respostas do jovem
1. Experiências negativas – Reúne respostas que refletem experiências ou perceções negativas, como dificuldades em estabelecer	1.1. Conflitos relacionais	1.1. “Na minha unidade houve um casal, sentia me confortável com isso, mas às vezes achava desnecessárias algumas coisas como por exemplo, cenas de toxicidade (em que a rapariga estava a falar com alguém e quando veio para estar com ela viu as mensagens e começou a perguntar quem era e o porquê de estar a falar com essa pessoa).” 1.1. “Por exemplo o namoro deve ser uma coisa fixa. Não estar sempre a acabar e a voltar como vi aqui.”

relações, discriminação ou problemas com as regras impostas.	1.2. Falta de apoio pela Equipa Educativa 1.3. Perceção de proibição de namoros 1.4. Homofobia 1.5. Discordância com as relações de namoro em casas de acolhimento	1.2. “Na casa de acolhimento, já senti atração por alguém e tive outros desejos, mas consegui controlar as minhas emoções e não ceder. Eu sabia que isso poderia afetar a minha saúde mental, emocional e até mesmo o meu comportamento. Embora eu gostaria de ter namorado com alguém, respeitei as regras da casa, as proibições de contato e as bocas que recebia por estar com essa pessoa e a aceitei a limitação a uma amizade. Por conta dessas circunstâncias, acabei por desistir de me relacionar romanticamente mesmo que sentisse atração física ou amorosa.” 1.2. Por mim, eles podem namorar. A vida não é minha. Eu não sinto necessidade de namorar aqui dentro. Imagina, quero namorar, vai andar gente aqui dentro atrás de mim e não me vou sentir à vontade.” 1.3. “Nunca queria ter uma relação aqui, depois era só asneira. Quando cheguei aqui, disseram que não podia ter relacionamentos.” 1.3. “Quando entrei para casa de acolhimento achava que não podia namorar” 1.4. “Por mim tanto faz, desde que não seja rapaz com rapaz.” 1.4. “Não aceitam quando o facto é de ser mulher com mulher exemplo da minha irmã.” 1.4. “Acho que os relacionamentos nas casas de acolhimento devem ser apoiados, exceto se forem “gays, lésbicas.” 1.4. “Acho que se for misto sim.” 1.4. “Sinceramente acho que mesmo não estando num relacionamento cá dentro nem querendo estar acho que o relacionamento pode haver, desde que o casal tenha respeito com os que o rodeiam. Como uma pessoa de fora vejo que o tratamento em relação aos casais, por vezes é diferente, como em relação homossexual acho que são mais exigentes com eles, do que com os restantes.” 1.5. “Por um lado, não acho assim muito bom por causa das crianças mais pequenas não acho muito adequado a nós.”
2. Sugestões de melhoria – Respostas que sugerem mudanças no acompanhamento, comunicação ou na forma como as	2.1. Normalização e compreensão do namoro	2.1. “os educadores deviam aceitar pois não são eles na relação, mais privacidade menos indiretas da parte dos educadores.” 2.1. “Em relação às relações de namoro, Quando um jovem deseja uma relação a melhor opção é sempre apoiar pois quando se proíbe o jovem sempre o vai fazer com o sem apoio.”

relações são geridas dentro das casas de acolhimento.	2.2. Regras e limites	2.1. “Eu acho que é normal existirem relacionamentos dentro de casas de acolhimento, sendo que, exista responsabilidade entre os dois e que ambos tenham noção daquilo que podem e o que não podem fazer (ex.: relações sexuais)” 2.1. “A minha perspetiva é que os relacionamentos dentro das casas de acolhimento devem ser vistos como situações normais, apoiadas e ser um relacionamento livre. Haver proibição destas coisas tornas as situações mais difíceis de controlar, ajudar torna tudo mais fácil. Pois viver junto de uma pessoa que te cause interesse e desejo não é uma coisa de todo fácil.” 2.1. “Não incentivados, mas apoiados quando ocorre.” 2.1. “Não sou contra o relacionamento dentro de casa de acolhimento, mas tem de ser acompanhadas por profissionais. Não há muita confiança (respeito de vez enquanto) entre os jovens e equipas técnicas/educativas.” 2.2. “As relações de namoro em casas de acolhimento, devem ser aceites sempre e quando seja uma relação de respeito e responsabilidade, ou seja, uma relação controlada que estejam informadas dos perigos e dos riscos e não afetem a atmosfera da casa.” 2.2. “Devem ser aceites as relações de namoro nas casas de acolhimento, mas com limites (ex. relações sexuais).” 2.2. “As relações em centros de acolhimento, devem ser permitidas e respeitadas, mas com os seus limites (por exemplo, pessoas da mesma casa de acolhimento estarem em um lugar mais aberto para estarem mais visíveis e não existir relações sexuais).” 2.2. “Compreendo o facto de não ser muito aceite, pois somos quase uma família então acaba por ser estranho. Mas numa casa mista vai sempre existir algum caso porque somos seres humanos e sentimos atração por outras pessoas. Agora acho necessário existir limites para que não existam relações sexuais aqui dentro e evitar possíveis gravidezes por acidente ou por falta de informação.” 2.2. “Eu acho que se deve poder namorar cá dentro, mas com respeito, sem abusos (por exemplo, não meter mãos, não ter contactos sexuais).” 2.3. “Se eu gostasse de uma rapariga dentro de uma casa de acolhimento e ela gostar de mim, então (os educadores) deveriam deixar namorar um com o outro, mas com certas regras e limites pois há mais crianças e jovens a morar dentro da mesma casa. Quando falo em limites, falo de partir para a atividade sexual. Sugestão: uma vez por semana, os educadores ou pessoas que mandam deixarem ir a casa um
	2.3. Respeito	

		do outro, dependendo da maturidade e responsabilidade dos jovens com ou sem supervisão.” 2.3. “bem, como nos estamos só numa casa do sexo masculino, os educadores não iam criticar... iam apoiar. Obviamente, iriam prevenir que acontecessem algumas coisas (a nível sexual), mas sobretudo respeito.” 2.3. “Relacionamentos numa casa de acolhimento deveriam funcionar como relacionamentos na Rua, por exemplo um rapaz e uma rapariga que tenham um relacionamento devem de ter o respeito mínimo pelas pessoas a sua volta e não ter certos comportamentos em certos ambientes pois existira sempre tempo e espaço para que esses comportamentos não sejam vistos pelo resto do mundo, assim como numa casa de acolhimento onde existem mais crianças que também estão a crescer e a vivenciar novas experiências não serem afetadas pelas escolhas e orientações sexuais de qualquer outro alguém.” 2.3. “Devem ser aceitas e ser respeitadas todos os indivíduos envolvidos.”
3. Indiferença ou neutralidade – Inclui respostas de jovens que não apresentaram uma opinião definida ou que consideram o tema sem grande impacto pessoal.		“Não tenho uma opinião formada sobre o assunto.” “É normal.” “É estranho.”

Capítulo 5

Discussão

Os resultados desta dissertação oferecem uma compreensão das dinâmicas das relações de namoro entre jovens a residir em acolhimento residencial, respondendo aos objetivos definidos.

Este estudo teve como principal objetivo desenvolver estratégias educativas e políticas de compreensão, aceitação e regulamentação das relações de namoro entre jovens que vivem no mesmo contexto de Acolhimento Residencial (AR), através da compreensão das suas perceções e experiências individuais. De seguida, irei proceder à discussão dos resultados obtidos. Vejamos.

Relativamente às variáveis sociodemográficas, a amostra revelou-se composta maioritariamente por adolescentes entre os 16 e os 17 anos, com uma proporção significativa de jovens de 18 anos ou mais. Este prolongamento da permanência no acolhimento após atingirem a maioridade é frequentemente associado à ausência de soluções adequadas para apoiar a transição para a vida adulta. *A priori*, esta constatação entra em conflito com o carácter temporário definido pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99), indicando que o sistema necessita de revisões neste campo. Esta situação, é também uma dificuldade apontada pelo Relatório CASA 2023 (Departamento de Desenvolvimento Social / Unidade de Infância e Juventude, 2024) como sendo uma das principais lacunas do sistema, reforçando a urgência da criação de medidas mais céleres, não só durante a menoridade, mas também medidas que garantam a continuidade de suporte após a saída do jovem do sistema de acolhimento. Este atraso, poderá estar relacionado com a falta de políticas públicas integradas que ofereçam um suporte a estes indivíduos em áreas como habitação, emprego e educação, o que condiciona negativamente a transição para a vida adulta destes jovens. Por outro lado, pode dever-se também às dificuldades de autonomia de alguns jovens devido a condições de saúde e limitações próprias.

Em relação ao sexo, observa-se uma ligeira predominância de jovens do sexo feminino. Relativamente à identidade de género, a maioria dos participantes identifica-se como mulher/rapariga, seguida por aqueles que se identificam como homem/rapaz, com apenas um caso em que o participante se identifica como transgénero. No que respeita à orientação sexual, a maioria dos jovens identifica-se como heterossexual, havendo também uma representação significativa de jovens que se identificam como bissexuais e lésbicas.

Os testemunhos dos jovens evidenciam a gravidade das situações enfrentadas que levaram à sua institucionalização, como violência física e psicológica, abuso sexual e negligência parental. Um

exemplo notável foi a narrativa de um(a) jovem que mencionou ter procurado o acolhimento pela segunda vez devido à agressividade e violência do pai (“Estive nesta casa de acolhimento duas vezes. Da primeira vez fui retirada quando tinha 7 anos de idade, porque a minha mãe é doente mental e o meu pai estava preso, sendo não tinha um suporte familiar mais adequado. Da segunda vez, tinha 15 anos e fui eu quem procurei ajuda para voltar para a casa de acolhimento, o motivo da decisão foi a agressividade do meu pai e violência psicológica e física que praticava sobre mim.”). Este contexto desestruturado e instável durante a infância pode influenciar a autoestima, a inteligência emocional (e respetiva competência) e as relações interpessoais que estes jovens vão desenvolvendo ao longo da vida.

Relativamente ao tempo de acolhimento foi perceptível que quase metade dos jovens desta amostra permanecem acolhidos nas casas de acolhimento há mais de dois anos, o que não vai ao encontro do que está definido pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, 1999), que se refere ao acolhimento residencial como uma medida temporária e excecional. A tipologia de permanência na casa de acolhimento mais frequente é aquela em que os participantes mantêm algum contacto familiar aos fins de semana ou férias.

Em relação à modalidade da casa de acolhimento onde os participantes residiam, as casas mistas foram as predominantes, sendo menores os números de casas exclusivamente femininas ou masculinas, o que reflete a atual tendência inclusiva quanto ao género (e outros fatores individuais) destas instituições, como previsto no artigo 5.º da Portaria 450/2023 que estabelece o regime de organização e funcionamento das casas de acolhimento (Portugal, 2023).

Os resultados da Escala de Autoestima de Rosenberg (1965), indicaram uma tendência geral de autoestima positiva dos participantes (com a maioria a expressar satisfação consigo mesmos e a reconhecer as suas qualidades pessoais), como já tem vindo a ser observado neste contexto (Anastácio, 2016). Contudo, foram identificadas algumas fragilidades em itens relacionados com sentimentos de inutilidade. Estes resultados reforçam a importância de intervenções psicoeducativas que valorizem a individualidade e promovam o bem-estar emocional dos jovens acolhidos.

Os resultados da Escala de Wong e Law (2002), revelaram competências positivas na maioria dos participantes, mas também destacaram algumas dificuldades em determinadas dimensões como uso das emoções relacionado com a auto motivação, perceção das emoções dos outros traduzindo empatia e regulação ou controlo emocional, sendo esta última a que revelou maiores dificuldades. Estas competências são cruciais para a gestão de conflitos e para a manutenção de relações saudáveis, sendo essencial reforçá-las através de programas específicos que permitam aos jovens lidar com os desafios emocionais que muitas vezes enfrentam. Além disso, os resultados mostram que jovens com maiores

níveis de inteligência emocional tendem a reportar relações interpessoais mais satisfatórias, tanto com pares como com figuras de autoridade. Adicionalmente, a inteligência emocional pode atuar como um fator protetor contra experiências adversas anteriores. No que respeita ao instrumento, esta escala revelou-se adequada a esta população, pelo que a consideramos uma ferramenta válida para avaliar estas competências, mesmo em futuras investigações que impliquem intervenções educativas com vista ao seu desenvolvimento.

As relações de namoro foram o foco da investigação. Assim sendo, foi possível concluir, relativamente às perceções dos jovens sobre relações de namoro, que estes revelam uma compreensão madura e estruturada sobre os valores que devem constituir um relacionamento de namoro e/ou afetivo. Os participantes destacaram, valores como respeito, confiança, comunicação e reciprocidade, evidenciando que, apesar das adversidades experienciadas ao longo das suas vidas, possuem uma visão clara sobre os pilares que uma relação amorosa deve ter.

Relativamente aos comportamentos associados à violência no namoro, os dados refletem uma diversidade de experiências, constatando-se a existência de alguns registos preocupantes de comportamentos que incluem ridicularização, ameaças e, em menor escala, agressões físicas. Estes indicadores sugerem que, embora muitos jovens desenvolvam relações baseadas em valores citados anteriormente, comportamentos associados à violência no namoro também estão presentes nas suas relações amorosas.

É importante destacar que, embora o receio de discordar do parceiro/a ou de recusar relações sexuais tenha sido mencionado por uma minoria dos participantes, este dado não deve ser desvalorizado. Estes comportamentos, juntamente com o controlo da roupa do parceiro/a ou a necessidade de justificar ações pessoais, refletem padrões de controlo emocional que podem ser indicativos de relações abusivas.

Uma investigação conduzida pelo *Centers for Disease Control and Prevention*, (2017) sublinha que estes comportamentos estão frequentemente associados a formas de violência no namoro. Estes padrões de controlo podem surgir em contextos de relações onde um dos parceiros procura exercer poder sobre o outro, comprometendo a sua autonomia e bem-estar emocional. No mesmo sentido, um estudo publicado na plataforma Youth.gov relativamente à prevalência da violência no namoro entre adolescentes, concluiu que as percentagens de abuso emocional e/ou psicológico entre jovens são consideravelmente mais elevadas do que as de violência física. Tais dados, corroboram os resultados da presente investigação.

É neste sentido que é crucial reconhecer e abordar estes comportamentos, mesmo que reportados por uma minoria, pois estes podem evoluir para formas mais severas de abuso e ter consequências nefastas para a saúde mental e física dos jovens envolvidos.

Relativamente às relações de namoro e/ou afetivas quando ocorrem em contexto de acolhimento residencial, foi possível concluir que dos 109 participantes, 41 já se envolveu numa relação deste género na casa de acolhimento onde reside. Estas relações foram influenciadas por vários fatores. No âmbito dos fatores relacionais, os jovens destacaram aspetos positivos como apoio emocional, crescimento pessoal e companheirismo, mas também desafios como ciúmes e conflitos. A convivência diária foi vista como uma oportunidade de proximidade, mas também como fonte de saturação. Quanto aos fatores institucionais, as restrições e a discriminação por parte das equipas educativas, especialmente em casos LGBTQIA+, foram desafios significativos; nas interações entre fatores relacionais e institucionais, surgiram tensões ligadas à gestão das relações num contexto de regras restritivas, mas alguns jovens destacaram resiliência e aprendizagem. Por fim, experiências negativas ou indiferentes foram associadas à falta de maturidade, conflitos pela convivência diária e interferências externas.

Os resultados revelam perceções variadas sobre as normas de namoro em casas de acolhimento. Enquanto muitos participantes consideram as regras justas e adequadas, uma parte significativa desconhece as normas, e muitos outros discordam com as mesmas ou consideram-nas desajustadas. É essencial que estas normas sejam revistas com a participação ativa dos jovens, promovendo um diálogo aberto e inclusivo que considere as suas necessidades e realidades, pois apesar de viverem em regime de acolhimento institucional, são adolescentes com o mesmo padrão de desenvolvimento físico, emocional e afetivo que os que vivem em contextos familiares.

Relativamente à forma como as relações de namoro são encaradas pela instituição, poucos jovens afirmaram que estas são aceites, enquanto a maioria as vê como toleradas ou desencorajadas. Este resultado, sugere que a abordagem das casas de acolhimento relativamente ao tema tratado, tende a ser conservadora ou restritiva. A tolerância ou o desencorajamento mencionado pela maioria dos jovens, sugere que as instituições lidam com estas relações de forma muito cautelosa ou até mesmo evitativa, possivelmente por receio de conflitos ou devido à falta de estratégias claras para lidar com o tema, o que foi possível concluir também através de algumas respostas dadas pelos participantes no questionário (“Nunca queria ter uma relação aqui, depois era só asneira. Quando cheguei aqui, disseram que não podia ter relacionamentos.”; “Quando entrei para casa de acolhimento achava que não podia namorar”).

Relativamente às normas sobre namoro, observa-se que muitos jovens defendem a necessidade de regras mais liberais e igualitárias, maior privacidade e uma abordagem mais compreensiva por parte das equipas educativas. No entanto, também emergiram preocupações sobre os impactos psicológicos e sociais que o namoro em contexto de acolhimento pode ter para os mais novos, especialmente para jovens com históricos de trauma ou abuso.

A análise das fontes de apoio utilizadas para esclarecer dúvidas sobre relacionamentos amorosos revela que os pares são a principal referência dos jovens. Contrariamente, professores ou profissionais de saúde, são raramente procurados, o que pode estar relacionado com a perceção de disponibilidade por parte destas fontes de informação. Resultados semelhantes têm sido encontrados em estudos com jovens a viverem em contextos familiares (Marinho, 2014).

Um dado relevante constatado nesta pesquisa foi o facto de alguns jovens referirem nunca conversar com ninguém sobre sexualidade. No estudo de Martins (2024), esta questão foi corroborada, verificando-se que, apesar de todos os participantes indicarem pelo menos uma fonte de apoio (como cuidadores, amigos ou colegas de casa), alguns admitiram não recorrer a ninguém para falar sobre a sua sexualidade ou esclarecer dúvidas. Este facto pode estar associado a uma vinculação insegura, já que esses jovens tendem a evitar procurar ajuda ou abordar questões relacionadas com a sua sexualidade, devido ao isolamento emocional e à ausência de vínculos significativos. Outra interpretação que podemos fazer é que poderão, eventualmente, sofrer algum abuso no âmbito sexual e, como tal, preferam não abordar o assunto.

Adicionalmente, os resultados sugerem uma divisão na perceção sobre a abertura das equipas educativas. Enquanto muitos jovens sentem-se apoiados para discutir o tema do namoro com as equipas educativas, outros apontam resistência ou falta de preparação das mesmas. Este facto foi evidenciado no estudo pioneiro realizado pela investigadora, onde alguns jovens mencionaram não se sentir à vontade com o educador de referência e vice-versa, o que se deve, em parte, à falta de formação e preparação dos profissionais para lidar com determinadas questões, especialmente no que diz respeito à sexualidade.

Assim, para normalizar e abordar o tema da sexualidade de forma eficaz, considerando as diferentes necessidades e perceções dos jovens, é necessário a capacitação técnica e emocional dos profissionais que lidam diariamente com estas crianças e jovens. Essa capacitação deve basear-se numa abordagem clara, empática e sensível, que promova um ambiente seguro para o diálogo e o esclarecimento, uma vez que, na prática ainda se verificam desafios significativos relativamente à educação para a sexualidade saudável e abrangente dos jovens acolhidos.

Os temas de maior interesse dos jovens para sessões de esclarecimento com base nas respostas fornecidas, são os compromissos, noção de sexualidade, respeito pela diversidade e relações amorosas. Contudo, registam-se níveis de discordância em temas mais delicados, como maus-tratos, abuso sexual e resposta sexual, o que pode refletir desconforto ou falta de sensibilização sobre estas questões. Estes temas, por sua vez, na perspetiva dos professores, situam-se num nível intermédio de importância para abordagem com os seus alunos (Anastácio, 2007).

No que respeita à idade da primeira relação sexual, os resultados mostram uma diversidade de experiências, com uma parte significativa dos jovens a reportar idades precoces, como 12 e 14 anos. Esta precocidade pode estar associada a falta de orientação e apoio adequado, destacando a relevância da educação sexual como ferramenta preventiva e educativa. A predominância de relações com parceiros/as de idade próxima sugere uma dinâmica relacional equilibrada na maior parte dos casos, embora também se tenha constatado a existência diferenças de idade mais significativas por alguns participantes, apontando para a importância de abordar questões relacionadas com o consentimento e maturidade nas relações íntimas, já que estas diferenças acentuam a diferença de poder.

As motivações para o início da atividade sexual refletem uma diversidade de razões, com destaque para fatores emocionais, como paixão e desejo, que foram amplamente aceites pelos jovens. Em contrapartida, razões relacionadas com pressão social ou coerção foram rejeitadas pela maioria. Este resultado é um indicador de iniciação sexual saudável e consciente, o que nos tranquiliza quanto aos eventuais riscos e violência que possam estar associados, sobretudo quando se trata de uma população com vulnerabilidades.

Em suma, observou-se que, apesar dos desafios significativos enfrentados por estes jovens, as relações interpessoais podem constituir uma oportunidade educativa quando devidamente orientadas. Esses desafios incluem históricos de trauma, lacunas na educação sexual e apoio emocional limitado, o que reflete as vulnerabilidades associadas à institucionalização, como apontado por Anastácio (2019) e Rodrigues (2020).

A análise revelou que os jovens valorizam profundamente as relações afetivas como parte essencial do seu desenvolvimento. Para eles, o namoro representa uma experiência essencial, não apenas enquanto expressão de afeto, mas também como um espaço de construção da sua própria identidade, autonomia e competências socio emocionais.

Muitos jovens afirmaram que o namoro é uma forma de aprenderem a lidar com sentimentos, comunicar e compreender os limites do outro.

Uma experiência relevante foi mencionada pela diretora de uma casa de acolhimento quando contactada para participar no estudo em questão, que afirmou "Os jovens aqui são como irmãos. Não queremos levantar problemas onde eles não existem". Embora essa perspetiva possa refletir a tentativa de criar um ambiente familiar e protetor, estes jovens como seres em desenvolvimento, precisam de ser livres de tomar as suas decisões relativamente à pessoa que escolhem para namorar. O namoro é uma parte fundamental do crescimento emocional e social de todos os jovens. Tal abordagem pode limitar a liberdade de estes explorarem relações interpessoais mais profundas, resultando em repressão ou comportamentos ocultos, prejudicando o seu desenvolvimento saudável e equilibrado.

É essencial reconhecer que as relações de namoro não devem ser apenas reguladas ou reprimidas pelas instituições, mas sim compreendidas e integradas num processo educativo que valorize a importância que estas desempenham na vida de todos os jovens. Como referido na secção dos resultados, a imposição de regras que desconsideram as necessidades e interesses dos jovens pode gerar resistências e comportamentos desafiadores fora do contexto institucional, onde os jovens exercem maior liberdade. Assim, mais do que impor um comportamento idealizado, é necessário escutá-los e trabalhar em conjunto com eles para criar um entendimento mútuo sobre o que significa construir relações saudáveis nas suas vidas.

Desvalorizar as questões que os jovens consideram importantes é um erro comum dos adultos, mas é exatamente nesse espaço de atenção e validação que reside o potencial educativo.

Capítulo 6

Conclusão

Ao longo desta dissertação, aprofundou-se a compreensão das dinâmicas das relações de namoro entre jovens a residir no mesmo contexto de acolhimento residencial, um tema de grande relevância que continua a ser frequentemente negligenciado neste contexto. Esta pesquisa permitiu evidenciar os desafios e as oportunidades que estas vivências podem representar no desenvolvimento socio emocional destes jovens.

Os resultados demonstraram que, embora as relações de namoro sejam muitas vezes encaradas como um problema pelas equipas educativas, possivelmente, devido à falta de formação e orientações claras, estas podem desempenhar um papel crucial no crescimento pessoal dos jovens. Quando devidamente acompanhadas, estas relações têm o potencial de promover competências, tais como a empatia, o respeito mútuo e a tomada de decisões conscientes.

Relativamente à abordagem da sexualidade nas casas de acolhimento, verificou-se que esta tende a ser limitada, com um enfoque predominantemente em aspetos biológicos e preventivos, como o planeamento familiar e a prevenção de gravidezes indesejadas. Embora estas questões sejam importantes, foi evidente a ausência de uma abordagem mais abrangente que contemple temas como consentimento, equidade de género e gestão emocional nas relações. Estes resultados reforçam a necessidade de implementar programas de educação sexual integral que capacitem os jovens a viverem relações mais saudáveis e conscientes, como preconizado pelas orientações da UNESCO (2019). Ainda neste âmbito, foi possível concluir através de um estudo publicado por Centers for Disease Control and Prevention (Niolon et al., 2017): “A comprehensive approach targeting multiple risk and protective factors is essential to achieving a broad and sustained impact on Intimate Partner Violence (IPV)” (p.11).

Um ponto central identificado foi a existência de atitudes discriminatórias em algumas instituições, especialmente em relação à diversidade de orientação e identidade de género. Durante a aplicação do questionário, houve relatos de jovens, particularmente raparigas homossexuais, demonstrando que se sentiram discriminadas quando estabeleceram um relacionamento dentro da casa de acolhimento, afirmando que o tratamento era diferenciado nestes casos. Estas experiências, agravadas por comentários de cariz homofóbico observados em algumas casas de acolhimento, sublinham a necessidade urgente de formar equipas educativas para lidar com a diversidade de forma inclusiva e sensível, assegurando que todos os jovens se sintam valorizados e respeitados.

Entre os jovens LGBTQIA+, a sexualidade é frequentemente encarada de forma mais complexa, uma vez que estes jovens enfrentam desafios específicos, como a falta de representatividade e inclusão

em programas de educação sexual. Numa das suas pesquisas, Rabbitte evidencia que “embora os programas de educação sexual possam transmitir informações básicas de forma equitativa, frequentemente falham em fornecer conteúdos relevantes e inclusivos para as minorias de género e sexuais” (Martins, 2024, p. 63). O que pode gerar desinformação, confusão ou até mesmo sentimentos de isolamento, afetando a forma como exploram e compreendem a sua própria sexualidade. É neste sentido, que é crucial que a educação sexual seja inclusiva e abrangente, promovendo um ambiente de respeito e aceitação.

Torna-se, assim, essencial que as equipas técnicas e educativas reconheçam as relações de namoro como uma realidade natural e as tratem com responsabilidade e sensibilidade, independentemente de estas ocorrerem dentro ou fora do contexto institucional. Reconhecer estas vivências como parte integrante do crescimento dos jovens vai permitir um acompanhamento mais adequado, evitando que estes se sintam obrigados a ocultar as suas experiências. Ou seja, é preciso que as equipas técnicas e educativas encarem as relações de namoro em contexto de acolhimento residencial como oportunidades educativas e de crescimento, e não como problemas a evitar.

Adicionalmente, ao longo do estudo, constatei uma outra necessidade, que merece atenção por parte da comunidade científica, que é a forma como a sexualidade dos jovens com défices cognitivos (e outros como é o caso da perturbação do espectro do autismo) é abordada nas casas de acolhimento. É essencial que investigações futuras se dediquem a explorar formas de trabalhar a sexualidade com jovens que apresentam défices cognitivos, criando abordagens pedagógicas ajustadas e inclusivas. De acordo com a UNESCO (2019, p.25):

(...) os jovens com deficiências mentais, físicas ou emocionais são seres humanos sexuais que têm o mesmo direito de desfrutar da sexualidade no mais alto padrão possível de saúde, incluindo experiências sexuais prazerosas e seguras, livres de coerção e violência; e de ter acesso à educação em sexualidade de qualidade e aos serviços de SSR de qualidade.

Um de revisão sistemática recente sobre intervenções de educação para a sexualidade com indivíduos com perturbação do autismo, revelou serem escassos programas de intervenção nesta área (Estruch-Gracia, et al, 2025). Sendo esta uma situação que também vem crescendo no contexto de acolhimento residencial, investigação de qualidade e aprofundada precisa ser desenvolvida de modo a garantir o bem-estar e desenvolvimento integral de todos os jovens acolhidos.

Espera-se que o presente estudo contribua para uma reflexão profunda e para a implementação de práticas institucionais ajustadas às realidades dos jovens em acolhimento, reafirmando o acolhimento

residencial como um espaço de proteção, desenvolvimento e preparação para a vida adulta. Sendo que reconhecer a dimensão afetiva destes jovens como parte essencial do seu percurso é um passo fundamental para assegurar o seu bem-estar e crescimento pleno.

Referências bibliográficas

- Abaid, J. L. W., Dell'Aglio, D. D., & Koller, S. H. (2010). Preditores de sintomas depressivos em crianças e adolescentes institucionalizados [Predictors of depressive symptoms in children and adolescents institutionalized]. *Universitas Psychologica*, 9(1), 199–212.
- Alves, C. A. (2010). *O Impacto de um Programa de Educação Sexual nos Comportamentos Protectores dos Adolescentes*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/55445/2/TeseCristianaAlves.pdf>
- Alves-Mazzotti, A. J. (2006). Usos e abusos dos estudos de caso. *Cadernos de pesquisa*, 36 (129), 637-651.
- Anastácio, Z. (2007). *Educação Sexual no 1º CEB: Concepções, Obstáculos e Argumentos dos Professores para a sua (não) Consecução* [Dissertação de Doutoramento, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <https://hdl.handle.net/1822/7337>
- Anastácio, Z. (2010a). Sexualidade na fase intermédia da adolescência: relacionamentos, comportamentos e conhecimentos. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 2(1), 695-705.
- Anastácio, Z. (2010b). Educar para a sexualidade saudável: quem e que contributos?. In M. Gonçalves, C. B. Morais, J. M. M. Lopes (Orgs.). *Sexualidade e educação para a felicidade: actas do Congresso Internacional de Pedagogia*, (pp. 1-17). Alêtheia
- Anastácio, Z. (2016). Self-esteem, assertiveness and resilience in adolescents institutionalized. *Revista INFAD De Psicología. International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 1(1), 315–322.
- Anastácio, Z. (2019). Educação para a Sexualidade em Meio Institucional. In G. Dutra de Carvalho, M. Fávero, V. Gomes & V. Marques Santos (Orgs.). *Dicionário de Educação Sexual, Sexualidade, Gênero e Interseccionalidades*, (pp. 121-124). UDESC. <http://hdl.handle.net/1822/68680>
- Anastácio, Z. (2021). Conceptions of sexuality of adolescents living in residence cares: are their interests and curiosities different? *Revista INFAD de Psicología. International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 2(2), 449-458.
- Anastácio, Z., Bezerra, M. O., Zamith-Cruz, J., Antão, C., & Veiga-Branco, A. (2017). Socioemotional competences of adolescents living in host institutions. In *6th ENSEC Conference* (pp. 63-64). European Network for Social and Emotional Competence.
- Arteaga, A. B. & Del Valle, J. F. (2003). Las redes de apoyo social de los adolescentes acogidos en residencias de protección. Un análisis comparativo con población normativa. *Psicothema*, 15(1), 136-142.
- Batista, C. G. M. (2014). *Olhares sobre os (des) afetos: a perspectiva dos profissionais sobre a institucionalização de crianças e jovens*. [Dissertação de Doutoramento, Instituto Politécnico de Portalegre]. RCAAP. <http://hdl.handle.net/10400.26/9203>
- Buss, P. M. (2000). Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1), 163-177. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100014>

- Caieiro, A. L., & Vieira, L. S. (2013). A importância dos afetos e da socialização no desenvolvimento de uma criança institucionalizada: o estudo de caso da Maria Flor. *Revista AMAzônica*, 6(11), 104-171.
- Camargo, S.P., Abaid, J.L. & Giacomoni, C.H. (2011). Do que eles precisam para serem felizes? a felicidade na visão de adolescentes. *Psicologia Escolar e Educacional*, 15(2), 241-250.
- Cancujo, S. (2023). *Perceções das equipas Técnica e Educativa sobre autonomia em Casas de Acolhimento Residencial para Crianças e Jovens*. [Dissertação de Doutoramento, Instituto Superior de Serviço Social do Porto]. RCAAP.
- Carvalho, C.F., Haack, K.R., Razera, J., & Falcke, D. (2016). Qual a percepção de crianças e adolescentes em acolhimento institucional acerca do seu cuidado subjetivo? *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 7(1-2), 333-344. <http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/rpca/article/view/2418/2577>
- Niolon, P. H., Kearns, M., Rambo, K., Irving, S., Armstead, T. L., & Gilbert L. (2017). *Preventing intimate partner violence across the lifespan: A technical package of programs, policies, and practices*. CDC.
- Cheng, L. C., Chen, K., Lee, M. C. & Li, K. M. (2021). User-Defined SWOT analysis—A change mining perspective on user-generated content. *Information Processing & Management*, 58(5), 1-15. <https://doi.org/10.1016/j.ipm.2021.102613>
- Cohen, L., Manion, L., & Morrison, K. (2018). *Research Methods in Education* (8th ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315456539>
- Da Fonseca, Â. M. C. M. (2023). *O sistema de acolhimento de crianças e jovens em Portugal: Propostas de mudança da regulamentação e intervenção do Estado*. [Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. Universidade Nova de Lisboa.
- Departamento de Desenvolvimento Social / Unidade de Infância e Juventude (2022). CASA 2021 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens. Instituto da Segurança Social, I.P. <https://shre.ink/1Lxd>
- Direção-Geral de Educação (2017). *Educação para a Cidadania / Sexualidade*. <https://plataforma.dge.mec.pt/course/index.php?categoryid=49>
- Direção-Geral de Saúde (1998). *Saúde dos Adolescentes: Princípios Orientadores*. <https://www.dgs.pt/upload/membro.id/ficheiros/i019051.pdf>
- Estruch-García, V., Gil-Llario, M. D., Ruiz-Palomino, Fernandez-García, O., Morell-Mengual, V. & Anastácio, Z. F. C. (2025). Systematic integrative review: Sex education for people with autism spectrum disorder. *Sexuality and Disability*, 43(6). <https://doi.org/10.1007/s11195-024-09877-4>
- Fernandes, N. (2016). Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. *Revista Brasileira de Educação*, 21(88), 759-779.
- Fernández García, A. O. (2023). *Salud sexual de la población adolescente del sistema de protección*. [Dissertação de Doutoramento, Vniversitat De València].
- Funes, J. (2019). *Ama-me quando menos mereço, porque é quando mais preciso*. Planeta Editora.
- García, O. F., Juliá, B. G. & Llario, M. D. G. (2021). Salud sexual de los menores y jóvenes del sistema de protección y en conflicto con la ley. *International Journal of Developmental and Educational Psychology: INFAD. Revista de Psicología*, 3(1), 81-91.

- Haberland, N., & Rogow, D. (2015). Sexuality education: emerging trends in evidence and practice. *The Journal of adolescent health: official publication of the Society for Adolescent Medicine*, 56(1), S15–S21. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2014.08.013>
- Hyde, A., Fullerton, D., McKeown, C., Lohan, M., Dunne, L. & Macdonald, G. (2017). Doing relationships and sexuality education with young people in state care. *Health Education Journal*, 76(2), 194-205.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2023). *CASA 2022 - Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*. Departamento de Desenvolvimento Social / Unidade de Infância e Juventude.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2024). *CASA 2023 - Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*. Departamento de Desenvolvimento Social / Unidade de Infância e Juventude.
- Instituto de Administração da Saúde (1986). *A Promoção da Saúde A Carta de Ottawa*. https://iasaude.pt/attachments/article/152/Carta_de_Otawa_Nov_1986.pdf
- Joint United Nations Programme on HIV/AIDS, & World Health Organization. (2019). *Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências*.
- Lavinas, P. G. (2023). *Intergeracionalidade da Violência nas Relações Íntimas dos Descendentes*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Psicologia Aplicada].
- Lemos, S. D. C. A., Gechele, H. H. L., & Andrade, J. V. D. (2017). Os vínculos afetivos no contexto de acolhimento institucional: um estudo de campo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33(1), 1-10.
- Lino, T. L. (2009). A adolescência e a sexualidade distorcida. *Psicologia. com. pt: O portal dos psicólogos. Portugal*.
- Lima-Costa, M. F., & Barreto, S. M. (2003). Tipos de estudos epidemiológicos: conceitos básicos e aplicações na área do envelhecimento. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 12(4), 189-201. <https://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742003000400003>
- Marinho, S. & Anastácio, Z. (2018). *Identificar as Concepções e Desenvolver Competências para a Educação Sexual e a Sexualidade Saudável no Ensino Básico*. CIEC - Instituto de Educação - Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Marinho, S. (2014). *Conhecer para agir – concepções de professores e de alunos do ensino básico sobre sexualidade e educação sexual*. [Tese de Doutoramento, Instituto de Educação da Universidade do Minho]. <https://hdl.handle.net/1822/35445>
- Marques, A. (2012). *Atitudes dos adolescentes face à sexualidade: algumas variáveis intervenientes* [Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Viseu]. Politécnico de Viseu.
- Marques, D. (2019). *Estudo da Vinculação em crianças institucionalizadas* [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação de Lisboa]. Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Marques, M. P. C., & Tomé, M. R. O. (2018). *O Direito à Participação nas Casas de Acolhimento Residencial*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Miguel Torga].
- Martins, F. C. (2024). *Sexualidade do adolescente em acolhimento residencial e educação para a sexualidade em casas de acolhimento*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Lusíada]. Repositório das Universidades Lusíada.

- Martins, I. P., de Souza Santos, J. S., da Costa Silva, L. A., Vieira, L. M., Leal, J. C., de Almada Mota, S., & Barbosa, F. S. (2024). *Educação sexual na adolescência: O enfermeiro pode ajudar?* Seven Editora.
- Martins, P. (2000). Elementos para uma reflexão em torno dos Direitos da Criança. *Revista Viragem*, 34(1), 1-8.
- Martins, P. (2005). *A qualidade dos serviços de protecção às crianças e jovens: as respostas institucionais. Comunicação apresentada no "Encontro Cidade Solidária: crianças em risco: será possível converter o risco em oportunidade?"*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Martins, P. (2005). *O Desenvolvimento pessoal e social da criança em contexto de vida institucional - elementos para uma análise da ecologia da interpessoalidade*. Encontro Inadaptação Social, Porto, – “Inadaptação Social: transformações, intervenção e avaliação”.
- Mota, C. P., & Matos, P. M. (2008). Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 367-377.
- Neto, A. L., & Badaró, A. C. (2020). As relações entre esquemas iniciais desadaptativos e padrões de comportamentos disfuncionais em crianças e adolescentes. *Cadernos de Psicologia*, 1(2), 222-245.
- Oliveira, A. R. F. (2021). *Sono e Competência Emocional Como Fatores Indispensáveis ao Desenvolvimento Saudável das Crianças do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. Repositorium.
- Paiva, W. S. M. (2012). *Institucionalização e infância: Vivências e representações das crianças*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. Repositorium.
- Pires, S. A. C. (2011). *A promoção da autonomia em jovens institucionalizadas* [Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação]. Biblioteca Digital do IPB. <http://hdl.handle.net/10198/6856>
- Lei n.º 147/99, de 1 de setembro de 1999. Diário da República n.º 204/1999, Série I-A.
- Portaria n.º 450/2023, de 22 de dezembro. *Diário da República*, n.º 246/2023, Série I.
- Ramiro, L. (2013). *A educação sexual na mudança de conhecimentos, atitudes e comportamentos sexuais dos adolescentes*. [Dissertação de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa]. Universidade Técnica de Lisboa.
- Rodrigues, C. M. S. (2014). *A Educação para a Saúde com Alunos do 3.º CEB e a Mediação entre Pais e Filhos numa Escola Secundária*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. Repositorium.
- Rodrigues, C. S. M. (2020). *Conhecimentos, atitudes e crenças sobre sexualidade dos adolescentes em acolhimento residencial*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. Repositorium.
- Rodrigues, S. P. D. L. A. (2019). *A qualidade do acolhimento residencial em Portugal: Avaliação da adequação dos serviços às necessidades das crianças e jovens institucionalizados*. [Dissertação de Doutoramento, Universidade do Porto]. Sigarra
- Rosemberg, F., & Mariano, C. L. S. (2010). A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. *Cadernos de pesquisa*, 40(141), 693-728.

- Ruiz-Casares, M., Collins, T. M., Tisdall, E. K. M., & Grover, S. (2017). Children's rights to participation and protection in international development and humanitarian interventions: Nurturing a dialogue. *The International Journal of Human Rights*, 21(1), 1-13.
- Santos, B.C.A., Ribeiro, M.C.C., Ukita, G.M., & Pereira, M.P. (2010). Características emocionais e traços de personalidade em crianças institucionalizadas e não institucionalizadas. *Boletim de Psicologia*, 60(133), 139-152. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v60n133/v60n133a02.pdf>
- Santos, J. R., & Henriques, S. (2021). *Inquérito por questionário: contributos de conceção e utilização em contextos educativos*.
- Santos, M. A. M. D. (2010). *O Acolhimento Institucional Prolongado de Jovens em Risco: A experiência passada de institucionalização e o seu significado atual para os sujeitos adultos*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Universidade de Coimbra.
- Santos, R. T. D. (2014). *Crianças e jovens institucionalizados: Resiliência, vinculação e suporte social*. [Dissertação de Doutoramento, Universidade do Algarve]. Universidade do Algarve.
- Santos, V. I. C. (2021). *A voz das crianças e jovens institucionalizados no seu quotidiano*. [Dissertação de Doutoramento, Universidade do Minho]. Repositorium.
- Silva, A. (2015). *Sexualidade (des) Institucionalizada? A Sexualidade das Moradoras e dos Moradores dos Serviços Residenciais Terapêuticos nos Discursos das suas Profissionais*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco]. Universidade Federal de Pernambuco.
- Silva, S. (2017). *Bagagens traumáticas: O papel das experiências adversas precoces no desejo sexual e na intimidade*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Universidade de Lisboa.
- Sousa, A. (2013). *Intimidade e Sexualidade: Um estudo qualitativo com mulheres idosas*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Viana do Castelo]. Instituto Politécnico de Viana do Castelo
- Stroufe, L.A. (2005). Attachment and development: a prospective, longitudinal study from birth to adulthood. *Attachment & Human Development*, 7(4), 349-367.
- Suárez Álvarez, Ó., Fernández del Valle, J., Arco Fernández, M. D., Franco Vidal, A., Dios del Valle, R. D., Cofiño Fernández, R., & Bravo Arteaga, A. (2007). *Programa de Educación Sexual para los Centros de Menores de Asturias*. Consejería de Vivienda y Bienestar Social.
- Tavares, J., Pereira, A., Gomes, A., Monteiro, S., & Gomes, A. A. (2007). Manual de psicologia do desenvolvimento e aprendizagem. Porto Editora.
- Tomás, C., Carvalho, M. J. L. D., & Fernandes, N. (2019). Introdução: Acolhimento de Crianças e Jovens. Configurações. *Revista Ciências Sociais*, 23(1), 7-13.
- UNICEF (2019). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Comité Português para a UNICEF. Edição revista 2019.
- Vaz Santos, P. (2023). *Intervenção colaborativa com crianças e adolescentes em acolhimento residencial*. Pactor.
- Vectore, C., & Carvalho, C. (2008). Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar*, 12(2), 441-449.

- Women, U. N., & UNICEF. (2018). *International technical guidance on sexuality education: an evidence-informed approach*. UNESCO Publishing.
- Yano, K. M., & Ribeiro, M. O. (2011). O desenvolvimento da sexualidade de crianças em situação de risco. *Revista Esc Enferm USP*, 45(6), 1315-1322.
- Youth.gov. (n.d.). *Prevalência de violência no namoro entre adolescentes*. <https://youth.gov>
- Zappe, J.G., Moura Jr., J.F., Dell'aglio, D.D., & Sarriera, J.C. (2013). Expectativas quanto ao futuro de adolescentes em diferentes contextos. *Acta Colombiana de Psicologia*, 16(1), 91-100. <http://www.scielo.org.co/pdf/acp/v16n1/v16n1a09.pdf>
- Zedaker, S., Fansher, A. K., & Goodson, A. (2024). Sex differences in the influence of relationships on adolescent offending. *Social Sciences*, 13(5), 270. <https://doi.org/10.3390/socsci13050270>

Apêndices

Apêndice I

Questionário (Google Forms)



Relações de Namoro: Vozes dos Jovens em Casas de Acolhimento

Este questionário visa compreender as tuas experiências e perceções sobre relações afetivas e de namoro durante a tua estadia nesta casa. As tuas respostas são cruciais para o desenvolvimento deste estudo, e garantimos total confidencialidade e anonimato. Não existem respostas "certas" ou "erradas" - valorizamos apenas a tua opinião sincera. Podes optar por preencher o questionário sozinho ou com ajuda. Sente-te à vontade para partilhar as tuas experiências de forma sincera, sabendo que as informações serão tratadas com o máximo cuidado e total confidencialidade.

Informa-se ainda que o estudo foi aprovado pela Comissão de Ética para a Investigação nas Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Minho.

Caso pretenda notificar algum aspeto relativo à proteção dos seus dados, deverá fazê-lo, por escrito, dirigindo notificação ao Encarregado de Proteção de Dados da Universidade do Minho (protecaodados@uminho.pt)

A tua participação é fundamental!

*Indica uma pergunta obrigatória

1. Preencho este questionário de livre vontade, sabendo que o anonimato está totalmente garantido. *

☐ Sim

☐ Não

1.1.Preencho este questionário: *

☐ Sozinho/a

☐ Com a ajuda do meu educador de referência

☐ Com a ajuda de outro educador

☐ Com um técnico da casa de acolhimento

☐ Outro

2. Dados sociodemográficos

(Para te conhecer um pouco melhor, gostaríamos que respondesses a algumas perguntas de caracterização...)

2.1.Idade *

☐ 12-13 anos

☐ 14-15 anos

☐ 16-17anos

☐ 18 ou + anos

2.2.Ano de escolaridade / Nível de Ensino *

☐ 5.º Ano

☐ 6.º Ano

☐ 7.º Ano

☐ 8.º Ano

☐ 9.º Ano

☐ 10.º Ano

☐ 11.º Ano

☐ 12.º Ano

☐ Ensino Superior

2.3.Sexo, Género e Orientação sexual *

2.3.1. Quanto ao sexo pertences ao:

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Intersexo
- ☐ Prefiro não dizer

2.3.2. Quanto ao género consideras-te: *

- ☐ Homem/Rapaz
- ☐ Mulher/Rapariga
- ☐ Não binário/Não me identifico com nenhuns desses
- ☐ Transgénero
- ☐ Prefiro não dizer

2.3.3. Em relação a orientação sexual, consideras-te: *

- ☐ Heterossexual
- ☐ Homossexual
- ☐ Bissexual
- ☐ Gay
- ☐ Lésbica
- ☐ Prefiro não dizer
- ☐ Outra

2.4.Pensando na casa ou instituição em que estás acolhida/o, responde: *

2.4.1. Há quanto tempo resides nesta casa de acolhimento?

- ☐ Menos de 6 meses
- ☐ De 6 meses a 1 ano
- ☐ De 1 a 2 anos
- ☐ Mais de 2 anos

2.4.2. Indica o motivo pelo qual vieste para esta casa: *

2.4.3. A casa onde estás acolhida/o é de tipo: *

- ☐ Feminina
- ☐ Masculina
- ☐ Mista

2.4.4. Quanto à tua permanência nesta casa, assinala a opção mais adequada ao teu caso: *

- ☐ Estás cá sempre, todos os dias de semana e fim de semana
- ☐ Estás cá só durante a semana e vais a casa da tua família no fim de semana
- ☐ Estás cá quase sempre, só vais a casa da tua família nas férias
- ☐ Outro

3. Emoções, Afetos e Relacionamento

3.1. Para cada item seguinte assinala o nível de concordância que melhor representa como te sentes contigo mesmo: *

(Concordo, Concordo totalmente, Discordo, Discordo totalmente)

- No geral, estou satisfeito/a comigo mesmo/a
- Por vezes penso que não sou nada bom/a
- Sinto que tenho um bom número de qualidades
- Estou apto/a para fazer coisas tão bem como a maioria das outras pessoas
- Sinto que não tenho muito de que me orgulhar
- Por vezes sinto-me inútil
- Sinto que sou uma pessoa com valor, pelo menos num plano de igualdade com os outros
- Gostava de ter mais respeito por mim mesmo/a
- Em termos gerais, estou inclinado/a a sentir que sou um/a falhado/a
- Tomo uma atitude positiva perante mim mesmo/a

3.2.Em relação a emoções, assinala o teu nível de concordância com cada uma das seguintes afirmações: *

(Discordo fortemente, discordo, não discordo nem concordo, concordo, concordo fortemente)

- Na maioria das vezes tenho uma boa noção das razões pelas quais tenho certos sentimentos
- Compreendo bem as minhas emoções
- Compreendo verdadeiramente o que sinto
- Sei sempre se estou ou não contente
- Reconheço as emoções dos meus amigos através do seu comportamento
- Sou um bom observador das emoções dos outros
- Sou sensível aos sentimentos e emoções dos outros
- Compreendo bem as emoções das pessoas que me rodeiam
- Estabeleço sempre metas para mim próprio, tentando dar o meu melhor para as atingir
- Tenho por hábito dizer a mim próprio que sou uma pessoa competente
- Sou uma pessoa que se auto-motiva
- Encorajo-me sempre a dar o meu melhor
- Sou capaz de controlar o meu temperamento, conseguindo assim lidar com as dificuldades de forma racional
- Consigo controlar bem as minhas emoções
- Sou capaz de me acalmar rapidamente quando estou muito irritado
- Possuo um bom controlo das minhas emoções

3.3.Pensando nas relações afetivas entre jovens, explica como deve ser para ti, um relacionamento de namoro. *

3.4.Já tiveste namorado/a ou estiveste envolvido numa relação afetiva? *

☐ Sim

☐ Não

3.5. Se respondeste "Sim" à questão anterior, referindo-te à tua relação atual ou anterior, por favor, responde às seguintes questões selecionando a opção que melhor se aplica a ti:

(Nunca, raramente, algumas vezes, muitas vezes, sempre, não se aplica)

- Tens receio do comportamento do teu/tua namorado/a
- Tens medo da reação dele/a quando não partilham a mesma opinião
- O teu/tua namorado/a frequentemente desconsidera os teus sentimentos
- O teu/tua namorado/a ridiculariza frequentemente o que lhe dizes
- O teu/tua namorado/a procura ridicularizar-te ou fazer-te sentir mal em frente dos vossos amigos ou de outras pessoas
- O teu/tua namorado/a já ameaçou agredir-te
- Ele/a já te bateu, deu um pontapé, empurrou ou te atirou com algum objeto
- Já te sentiste pressionado/a a ter relações sexuais pelo/a teu/tua namorado/a
- Tens medo de dizer 'não' quando não queres ter relações sexuais
- Não podes estar com amigos/as ou família porque ele/ela tem ciúmes ou te manda 'bocas'
- Sentes-te forçado/a a justificar tudo o que fazes
- Ele/a está constantemente a ameaçar acabar com o vosso relacionamento
- Sempre que queres sair tens de pedir autorização à/ao tua/teu namorada/o ou dizer onde vais e com quem
- O/a teu/tua namorado/a costuma vigiar o teu telemóvel, redes sociais e mails
- Sentes necessidade de vigiar o telemóvel, redes sociais e mails do/a teu/tua namorado/a
- O/A teu/tua namorado/a costuma interferir na roupa que gostas de usar

3.6. Já te envolvereste em algum relacionamento afetivo e/ou de namoro nesta casa? *

☐ Sim

☐ Não

3.7. Se respondestes "SIM" à pergunta anterior e te sentires confortável, partilha algumas informações sobre como foi a tua experiência.

Refere quais foram os maiores desafios e os aspetos positivos desse relacionamento.

3.8.Como avalias as normas atuais em relação ao namoro nesta casa de acolhimento? Selecciona apenas uma opção. *

☐ Concordo totalmente, acho que são justas e eficazes.

☐ Concordo, são adequadas.

☐ Não concordo nem discordo, pois desconheço a existência de regras e normas na casa acerca deste tema.

☐ Discordo, precisam de melhorias.

☐ Discordo totalmente, são muito desadequadas.

3.8.1. Se na questão anterior assinalaste que discordas, sugere as melhorias ou adequações que consideras necessárias.

3.9.Na tua opinião como são tratados os relacionamentos afetivos e/ ou de namoro dentro da casa de acolhimento onde vives?

☐ São aceites e apoiados

☐ São tolerados, mas não incentivados

☐ Não são aceites e são desencorajados

☐ Varia dependendo da situação

☐ Não sei / Não tenho a certeza

3.10. Na casa de acolhimento, alguma vez te sentiste encorajado a falar sobre namoros e/ou relacionamentos afetivos com alguém da equipa? Ou seja, sentiste que quando precisastes havia alguém disponível para conversar contigo sobre esse tema, especialmente quando as relações acontecem dentro da casa de acolhimento? *

3.11. Sentes que os adultos desvalorizam os teus sentimentos ou que não dão importância ao que sentes, especialmente quando se trata de relações afetivas / amorosas? *

- [] Sinto que os adultos desvalorizam os meus sentimentos
- [] Às vezes sinto que os adultos não entendem o que sinto
- [] Não, sinto que os adultos valorizam e respeitam os meus sentimentos
- [] Não tenho uma opinião formada acerca deste assunto

4. Informação e Conhecimento sobre Sexualidade

As duas questões seguintes referem-se a aquisição de informações sobre sexualidade.

4.1. Assinala com que frequência recorres às seguintes fontes de informação para esclarecer dúvidas ou falar das tuas preocupações sobre relacionamentos afetivos e/ou de namoro durante a tua estadia nesta casa de acolhimento: *

(Sempre, Muitas vezes, Poucas vezes, Nunca, Não se aplica ao meu caso)

- Pai/ mãe
- Outros familiares adultos (tia, avó, etc.)
- Amigos
- Educador de referência
- Técnicos/as da casa de acolhimento
- Professores na escola
- Enfermeira/o no serviço de saúde
- Médico de família
- Psicólogo/a
- Internet

4.2. Se tivesses oportunidade de ter sessões de esclarecimento sobre sexualidade que temas gostarias de saber mais ou te suscitam maior interesse? Assinala o teu nível de concordância com cada tema seguinte: *

(Discordo, Discordo totalmente, Concordo, Concordo totalmente)

- Noção de família e planeamento familiar
- Amizade, amor e relações amorosas
- Compromissos
- Maus-tratos, assédio e abuso sexual
- Tomada de decisões e suas consequências
- Diversidade, tolerância, orientação sexual e respeito
- Onde e como procurar ajuda em caso de ter dúvidas sobre sexualidade

- Fontes de informação sobre sexualidade
- Noção de corpo e imagem corporal
- Noção de sexualidade
- Relações sexuais
- Resposta sexual e prazer
- Doenças e infeções sexualmente transmissíveis

5. Relacionamentos de intimidade e sexualidade

5.1. Já iniciaste a tua atividade sexual? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Prefiro não dizer

5.1.1. Se na pergunta anterior respondeste "Sim", com que idade iniciaste a tua atividade sexual?

5.1.2. A pessoa com quem tiveste a primeira relação sexual era:

- ☐ Muito mais velha do que tu (mais de 5 anos de diferença)
- ☐ Um pouco mais velha do que tu (diferença entre 2 a 5 anos)
- ☐ Com idade próxima da tua (diferença entre alguns meses a 2 anos)
- ☐ Um pouco mais nova do que tu (diferença entre 2 a 5 anos)
- ☐ Muito mais nova do que tu (mais de 5 anos de diferença)

5.1.3. Consideras que a tua primeira relação sexual ocorreu por:

(Totalmente falso, Falso, Verdade, Totalmente Verdade)

- Por curiosidade
- Por queres mesmo
- Porque as/os tuas/teus amigas/os também já tinham relações sexuais
- Por sentires desejo sexual
- Por estares muito apaixonado/a por essa pessoa
- Por te forçarem muito
- Por não seres capaz de dizer não
- Por estares a ser pressionado/a e teres medo de perder o/a namorado/a
- Por teres bebido bastante nesse dia

5.1.4. Consideras que nas tuas relações sexuais sentes (assinala a opção que melhor representa cada sentimento)

(Nunca, Raramente, Muitas Vezes, Sempre)

- Prazer
- Sofrimento
- Amor
- Humilhação
- Partilha
- Falta de respeito
- Carinho
- Violência
- Descarga de tensão e alívio
- Arrependimento

5.1.5. Quantos parceiros sexuais já tiveste?

- ☐ Nenhum
- ☐ Apenas 1
- ☐ Entre 2 a 4
- ☐ Mais de 4

5.1.6. Já usaste algum método de contraceção (preservativos, pílulas, DIU (Dispositivo Intrauterino), implantes, entre outros.)?

- ☐ Sim
- ☐ Não

5.1.7. Se sim, qual foi?

5.1.8. Já alguma vez precisaste (tu ou parceira) de recorrer ao método contracetivo de emergência (pílula do dia seguinte)?

- ☐ Sim
- ☐ Não

5.1.9. Se sim, porquê? Assinala a opção mais adequada:

- ☐ Não tinhas utilizado nenhum método contracetivo na relação sexual
- ☐ Esquecimento da toma da pílula
- ☐ Rompimento do preservativo
- ☐ Outro

5.2. Nas tuas relações sexuais, sentes-te confortável para expressar as tuas preferências e limites a com quem te relacionas?

☐ Sim

☐ Não

☐ Varia dependendo da situação

6. Opinião Final

Para que nada fique por dizer, responde a estas últimas questões. E, acima de tudo, **Muito Obrigada** pela tua participação!

6.1. Durante o preenchimento deste questionário, sentiste necessidade de apoio ou ajuda?

☐ Sim

☐ Não

6.2. Se quiseres partilhar alguma informação adicional sobre a tua experiência ou perspetivas relacionadas com o namoro na casa de acolhimento podes fazê-lo aqui a seguir.

Apêndice II

ASSENTIMENTO INFORMADO PARA JOVENS

Para a regulação ética do trabalho de campo desenvolvido no âmbito do meu projeto de investigação de Mestrado, que implica a aplicação de questionários com duração aproximada de 20 minutos a jovens, independentemente do género e do sexo, com idades entre os 12 e os 18 anos a residir em casas de acolhimento, e para salvaguarda dos sujeitos neles envolvidos, este assentimento informado apresenta-se como um documento essencial e visa formalizar a sua aceitação de participação neste estudo.

Após a leitura deste termo e o esclarecimento de qualquer questão sobre o trabalho em curso, a assinatura no final deste documento representa a sua aceitação de participação no mesmo.

1. Informações sobre o projeto

O projeto com o tema "*Relações de namoro entre Adolescentes em Centros de Acolhimento de Crianças e Jovens: Desafios e Oportunidades*" tem como objetivo principal investigar o impacto das relações de namoro entre jovens que partilham o mesmo ambiente de acolhimento residencial. Visa também desenvolver estratégias educativas e políticas que promovam a compreensão, a aceitação e a regulamentação das relações de namoro entre jovens que vivem no mesmo contexto de acolhimento residencial, reconhecendo este direito como parte integrante da sua experiência.

2. Riscos e Desconfortos

Não se preveem riscos e/ou desconfortos pessoais associados à participação na investigação. Contudo, se algum participante se sentir desconfortável durante a recolha de dados poderá de imediato suspender a mesma e será encaminhado para apoio adequado e especializado, conforme as suas manifestações.

3. Autonomia e Voluntariedade

O/A participante tem o direito de ser respeitado/a e ser-lhe-ão fornecidos o tempo e o espaço necessários para tomar as suas próprias decisões. Também terá o direito de não participar ou de se retirar do trabalho, a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

4. Confidencialidade e Privacidade

As informações recolhidas serão unicamente para uso neste trabalho e para a divulgação dos seus resultados em publicações científicas. Comprometo-me a nunca identificar os(as) participantes, como previsto nas normas éticas da Universidade do Minho e na legislação nacional. Em qualquer

divulgação do(s) processo(s) do trabalho e do(s) seu(s) resultado(s), os nomes dos(as) participantes nunca serão revelados, podendo ser substituídos por nomes fictícios.

Caso pretenda notificar algum aspeto relativo à proteção dos seus dados, deverá fazê-lo, por escrito, dirigindo notificação ao Encarregado de Proteção de Dados da Universidade do Minho (protecaodados@uminho.pt).

5. Acesso aos Resultados

Deste estudo irá ser produzido um relatório / dissertação de mestrado que ficará disponível para ser consultado no *repositorium* da Universidade do Minho, conforme as normas que o regulamentam.

6. Acompanhamento e identificação das investigadoras

O trabalho será desenvolvido pela Mestranda Alice Seivas Santos sob orientação da Professora Doutora Zélia Anastácio, que poderão ser contactadas em caso de qualquer dúvida ou circunstância, através dos seguintes e-mails: aliceseivas3@gmail.com e/ou zeliaf@ie.uminho.pt

Consentimento Assinado do/a Jovem Participante

Eu,

_____ [Nome do Jovem], declaro que fui devidamente informado(a) e aceito colaborar nesta investigação.

Sei que a minha participação neste estudo é completamente **voluntária** e entendo que posso optar por não participar ou retirar-me a qualquer momento, sem penalizações ou consequências.

Compreendo que todas as informações que fornecer serão mantidas estritamente **confidenciais**. Isso significa que as minhas respostas e quaisquer outras informações fornecidas durante o estudo serão utilizadas apenas para fins de investigação e nunca serão partilhadas com terceiros, exceto em casos em que a minha segurança e bem-estar possam estar em risco.

Sei que a pessoa que me está a auxiliar no preenchimento do questionário (educador/a, investigadora, técnico/a...) está aqui apenas para me auxiliar nas dúvidas que me possam surgir, que não precisa ver as minhas respostas desde que eu tenha autonomia para o preenchimento do questionário e que é obrigado/a a manter total confidencialidade sobre o momento de preenchimento e sobre todas as informações fornecidas.

Assinatura do participante:

Data: _____ de _____ de 2024

Apêndice III

CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, _____ (nome do Diretor/Diretora Técnica), na qualidade de Diretor/a Técnico/a da casa de acolhimento _____ (nome da instituição), declaro que fui devidamente informado(a) sobre a investigação intitulada “*Relações de Namoro entre Adolescentes em Centros de Acolhimento de Crianças e Jovens: Desafios e Oportunidades*”, a ser realizada por Alice Sevivas Santos, mestranda da Universidade do Minho, sob a orientação da Professora Doutora Zélia Anastácio. Como representante legal dos jovens acolhidos nesta instituição, autorizo a participação dos mesmos no presente estudo.

Caso pretenda notificar algum aspeto relativo à proteção dos dados, deverá fazê-lo, por escrito, dirigindo notificação ao Encarregado de Proteção de Dados da Universidade do Minho (protecaodados@uminho.pt)

Assinatura:

Data: _____ de _____ de 2024

Informações de contacto:

Contacto telefónico: 939 404 581

E-mail: alicesevivas3@gmail.com; zeliaf@ie.uminho.pt

Apêndice IV

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO

Exmo/a. Sr. Diretor/a,

Eu, Alice Sevivas Santos, mestranda no 2º ano do Curso de Mestrado de Estudos da Criança, na Universidade do Minho, e sob a orientação da Professora Doutora Zélia Anastácio, estou atualmente em fase de desenvolvimento da minha dissertação de mestrado intitulada “Relações de Namoro entre Adolescentes em Centros de Acolhimento de Crianças e Jovens: Desafios e Oportunidades”. A minha investigação tem como objetivo geral desenvolver estratégias e políticas que promovam a compreensão, aceitação e regulamentação das relações amorosas, partindo da identificação das conceções dos/as jovens.

Assim, venho por este meio solicitar a colaboração da instituição que dirige, no sentido de realizar a recolha de dados para a investigação. Comprometo-me a seguir todas as políticas, regulamentos e diretrizes da instituição. Também estou disposta a assinar qualquer documentação necessária para garantir a conformidade com as normas éticas e legais que regem a investigação, acrescentando ainda sob compromisso de honra que o funcionamento da instituição nunca será posto em causa nem a identificação da mesma será revelada. Acresce ainda que o projeto só avança depois de obtido parecer favorável da Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Minho.

A recolha de dados, para a qual venho solicitar a vossa autorização, consiste unicamente na aplicação de questionários aos jovens da casa de acolhimento, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 ou mais anos, independentemente do género ou sexo, os quais terão a opção de preenchê-los individualmente ou com auxílio. Os participantes assinarão um termo de consentimento ou assentimento, através do qual serão informados sobre todos os aspetos relevantes da investigação, garantindo-se assim que compreendam os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios envolvidos e que tomem uma decisão consciente e autónoma.

Em anexo (para a vossa apreciação), envio os consentimentos e assentimento (assinado pelo menor) e o questionário a aplicar. Estou à disposição para discutir mais detalhadamente o meu projeto de investigação, os seus objetivos e responder a qualquer dúvida ou preocupação que a direção da instituição possa ter em relação à realização do estudo.

Agradeço antecipadamente pela atenção à minha solicitação e aguardo ansiosamente a oportunidade de discutir este assunto em maior detalhe.

Atenciosamente,

Alice Sevivas Santos

Data: _____ de _____ de 2024

Informações de contacto:

Contacto telefónico: 939 404 581;

E-mail: alicesevivas3@gmail.com; zeliaf@ie.uminho.pt

Apêndice V

CONSENTIMENTO INFORMADO PARA QUEM ACOMPANHA O JOVEM NO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

Para a regulação ética do trabalho de campo desenvolvido no âmbito do meu projeto de investigação de Mestrado, que implica a aplicação de questionários com duração aproximada de 20 minutos a jovens, independentemente do género e do sexo, com idades entre os 12 e os 18 anos a residir em casas de acolhimento, e para salvaguarda dos sujeitos neles envolvidos, este consentimento informado apresenta-se como um documento essencial e visa formalizar a sua aceitação e compreensão da sua participação neste estudo.

Após a leitura deste termo e o esclarecimento de qualquer questão sobre o trabalho em curso, a assinatura no final deste documento representa a sua aceitação de participação no mesmo.

1. Informações sobre o projeto

O projeto com o tema "Relações de Namoro entre Adolescentes em Centros de Acolhimento de Crianças e Jovens: Desafios e Oportunidades" tem como objetivo principal investigar o impacto das relações de namoro entre jovens que partilham o mesmo ambiente de acolhimento residencial. Visa também desenvolver estratégias educativas e políticas que promovam a compreensão, a aceitação e a regulamentação das relações de namoro entre jovens que vivem no mesmo contexto de acolhimento residencial, reconhecendo este direito como parte integrante da sua vivência.

2. Riscos e Desconfortos

Não se preveem riscos e/ou desconfortos pessoais associados à participação na investigação. Contudo, se algum participante se sentir desconfortável durante a recolha de dados poderá de imediato suspender a mesma e será encaminhado para apoio adequado e especializado, conforme as suas manifestações.

3. Autonomia e Voluntariedade

O/A participante tem o direito de ser respeitado/a e ser-lhe-ão fornecidos o tempo e o espaço necessários para tomar as suas próprias decisões. Também terá o direito de não participar ou de se retirar do trabalho, a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

4. Confidencialidade e Privacidade

As informações recolhidas serão unicamente para uso neste trabalho e para a divulgação dos seus resultados em publicações científicas. Comprometo-me a nunca identificar os(as) participantes, como previsto nas normas éticas da Universidade do Minho e na legislação nacional. Em qualquer divulgação do(s) processo(s) do trabalho e do(s) seu(s) resultado(s), os nomes dos(as) participantes nunca serão revelados, podendo ser substituídos por nomes fictícios.

Caso pretenda notificar algum aspeto relativo à proteção dos dados, deverá fazê-lo, por escrito, dirigindo notificação ao Encarregado de Proteção de Dados da Universidade do Minho: protecaodados@uminho.pt

5. Acesso aos Resultados

Deste estudo irá ser produzido um relatório / dissertação de mestrado que ficará disponível para ser consultado no repositório da Universidade do Minho, conforme as normas que o regulamentam.

6. Acompanhamento e identificação das investigadoras

O trabalho será desenvolvido pela Mestranda Alice Seivas Santos sob orientação da Professora Doutora Zélia Anastácio, que poderão ser contactadas em caso de qualquer dúvida ou circunstância, através dos seguintes e-mails: aliceseivas3@gmail.com; zeliaf@ie.uminho.pt

Eu, _____ [Nome],
aceito participar no estudo intitulado "Relações de namoro entre Adolescentes em Centros de Acolhimento de Crianças e Jovens: Desafios e Oportunidades", conduzido pela mestranda Alice Seivas Santos, no âmbito do 2º ano do curso de Mestrado em Estudos da Criança da Universidade do Minho sob a orientação da Professora Doutora Zélia Anastácio. Comprometo-me a assegurar total confidencialidade sobre todas as informações fornecidas pelo/a jovem durante o estudo. Reconheço a sensibilidade e o carácter confidencial destas informações, comprometendo-me a nunca as partilhar com terceiros, exceto em situações que possam comprometer a sua segurança e bem-estar. Adicionalmente, reconheço que o meu papel é exclusivamente auxiliar o jovem em caso de dúvidas que lhe possam surgir durante o preenchimento do questionário, não preciso ver as respostas desde que o/a jovem tenha autonomia para o preenchimento do questionário e que sou obrigado/a a manter total confidencialidade sobre o momento de preenchimento e sobre todas as informações que me forem fornecidas.

Assinatura do participante:

Data: _____ de _____ de 2024

Anexo I

Parecer Favorável da Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH)



Universidade do Minho

Conselho de Ética

Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH)

Identificação do documento: CEICSH 067/2024

Título do projeto: *Relações de Namoro entre Adolescentes em Centros de Acolhimento de Crianças e Jovens: Desafios e Oportunidades*

Equipa de Investigação: Alice Sevivas Santos (IR), Mestrado em Estudos da Criança, Instituto de Educação, Universidade do Minho; Zélia Ferreira Caçador Anastácio (orientadora), Instituto de Educação, Universidade do Minho.

PARECER

A Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) analisou o processo relativo ao projeto de investigação acima identificado, intitulado *Relações de Namoro entre Adolescentes em Centros de Acolhimento de Crianças e Jovens: Desafios e Oportunidades*.

Os documentos apresentados revelam que o projeto obedece aos requisitos exigidos para as boas práticas na investigação com humanos, em conformidade com as normas nacionais e internacionais que regulam a investigação em Ciências Sociais e Humanas.

Face ao exposto, a Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) nada tem a opor à realização do projeto nos termos apresentados no Formulário de Identificação e Caracterização do Projeto, que se anexa, emitindo o seu parecer favorável, que foi aprovado por unanimidade pelos seus membros.

Braga, 12 de junho de 2024.

O Presidente da CEICSH

Assinado por: **EMANUEL PEDRO VIANA BARBAS
DE ALBUQUERQUE**
Num. de Identificação: 07089799
Data: 2024.06.12 09:07:56 +0100

(Emanuel Pedro Viana Barbas Albuquerque)